

Eliana de Almeida

FOLHETIM: UMA CRÔNICA DA LÍNGUA

Tese apresentada ao Departamento de
Linguística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em Linguística, na
área de Análise de Discurso.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Estudos da Linguagem

Agosto de 2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Estudos da Linguagem

Tese em Doutorado em Linguística

Título: Folhetim: uma crônica da língua

Banca examinadora:



Prof. Dr.ª Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi (Unicamp)
(Orientadora)

Prof. Dr.ª Claudia Pfeiffer Castellanos (Unicamp)

Prof. Dr.ª Carolina Maria Rodriguez Zuccolillo (Unicamp)

Prof. Dr.ª Vanise Gomes Medeiros (UERJ)

Prof. Dr.ª Yasmin Jamil Nadaf (Univag – MT)

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (Unicamp)
(Suplente)

Prof. Dr.ª Bethania Mariani (UFRJ)
(Suplente)

Prof. Dr.ª Ana Maria Di Renzo (Unemat)
(Suplente)

Tese aprovada em 18 de agosto de 2006.

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por ELIANA DE AMORIM

e aprovada pela Comissão Julgadora em

10/08/2006



UNIDADE	BC
Nº CHAMADA:	T/UNICAMP
	AL64f
V. _____	Ed. _____
TOMBO BC/	71579
PROC.	16.145-07
C <input type="checkbox"/>	D <input checked="" type="checkbox"/>
FREÇO	11,00
DATA	26-02/07
I 3-ID	40435

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

AL64f Almeida, Eliana de.
 Folhetim : uma crônica da língua / Eliana de Almeida. --
 Campinas, SP : [s.n.], 2007. 2006.

Orientador : Enj Puccinelli Orlandi.
 Dissertação ^{tese} (mestrado) ^{doutorado} - Universidade Estadual de Campinas,
 Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise de discurso. 2. Língua portuguesa - História. 3. Discursos literários. 4. Folhetins. 5. Crônicas. I. Orlandi, Enj Puccinelli, 1942-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: Bulletin: a chronicle of the language.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Discourse analysis; Portuguese language - History; Literary discourse; Bulletins; Chronicles.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: ^{scoutor} Mestre em Lingüística.

Banca examinadora: Profa. Dra. Enj Puccinelli Orlandi (orientadora), Profa. Dra. Claudia Pfeiffer Castellanos, Profa. Dra. Carolina Maria Rodriguez Zuccolillo, Prof. Dra. Vanise Gomes Medeiros, Profa. Dra. Yasmin Jamil Nadaf.

Data da defesa: 18/08/2006.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

RESUMO

Esta tese trabalha fundamentalmente a relação constitutiva entre *língua* e *literatura* significadas na escritura do folhetim a partir do duplo viés: de um lado, busca-se compreender os modos pelos quais a língua brasileira se dá enquanto materialidade simbólica à produção literária do folhetim e, de outro, como essa literatura produz conhecimento sobre a língua, nesse seu momento de instituição e estabilização na segunda metade do século XIX no Brasil.

O processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil, sob a égide da discursividade nacionalista do Romantismo, fomenta a tensão de sentidos entre o discurso da escrita e o discurso da oralidade, dando-lhe visibilidade no percurso mesmo de escrituração do folhetim.

Tomando das publicações de jornais mato-grossenses, constituímos a escritura literária do folhetim – segunda metade do século XIX – o *corpus* de nossas análises. A contradição de sentidos se instala à medida que a escrita, estruturante do sujeito ocidental, confronta em seus próprios limites com práticas linguajeiras de oralidade, dando diferentes configurações à língua e à escritura literárias brasileiras.

O conjunto das publicações do folhetim nesse período narra o processo discursivo de formulação e estabilização de uma nossa língua brasileira, cujo desfecho narrativo estabelece-se com a publicação da crônica.

A crônica passa a funcionar enquanto discurso estético da língua materializando-se constitutivamente na literatura pelos procedimentos discursivos da escritura literária e na língua, pelo jogo discursivo de sua plasticidade constitutiva, definindo-se enquanto materialidade simbólica capaz de poesia.

Por isso, *Folhetim: uma crônica da língua*.

Palavras-chave:

1- Análise de Discurso; 2- Gramatização brasileira; 3- Escrita; 4- Folhetim; 5- Crônica; 6- Escrita/oralidade;

ABSTRACT

This thesis basically works the constituent relation between language and literature meaning the writing of bulletin from the double bias: on one hand, it seeks to understand the ways the Brazilian language occurs as symbolic materiality to the literary production of bulletin and, on the other hand, as this literature produces knowledge about the language, in this moment of institution and stabilization in the second half of century XIX in Brazil.

The process of the Portuguese language grammatization in Brazil, under the nationalistic Romanticism discourseability, foments the tension of meanings between the writing speech and the orality speech, giving visibility even in the route of bulletin writing.

Taking by Mato-grossenses newspaper publications, we constitute the bulletin literary writing - second half of century XIX - the corpus of our analyses. The contradiction of meanings installs as long as the structurally writing from the western citizen , confronts in its own limits with practical orality, giving different configurations to the Brazilian language and literary writing.

The set of publications of bulletin in this period narrates the discursive process of formularization and stabilization of our Brazilian language, whose narrative outcome is established with the publication of the chronicle.

The chronicle starts to function as the esthetic speech of the language materializing itself constitutively in literature for the discursive procedures of the literary writing and in the language, for the discursive game of its constituent plasticity, defining itself as capable symbolic materiality of poetry.

Therefore, bulletin: a chronicle of the language.

Key-words:

1- Discourse Analyses; 2- Brazilian Grammatization ; 3- Scriptures; 4- Bulletin;
5- Chronicle; 6- Writing/orality;

À Giovana e Giulia,
porque a cada dia pintam
a casa de alaranjado.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Eni, que em tom de conversa teoriza, orienta e encanta. Choro as pérolas que rolaram sem que delas eu desse conta... sabendo serem muitas...

Ao Eduardo, orientador por excelência, pela leitura minuciosa na qualificação e a quem o trabalho intelectual é coisa do dia-a-dia;

À Claudia Pfeiffer, querida Claudinha, pela conciliação entre o rigor epistemológico e a generosidade teórica a todo tempo;

À Carolina, Vanice, Yasmin, Bethânia e Ana Di Renzo, banca examinadora, pelo “sim” – prontamente – à participação do meu processo;

À Bernadete Abaurre, Maria Clara e Tânia Alkmin, banca de qualificação, pela leitura e discussões sobre o texto e por poder aqui registrar, orgulhosamente, seus nomes;

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação e principalmente à Rosemeire, sempre por dentro de tudo com extrema clareza e precisão;

À Suzy-Lagazzi, pelas leituras e reflexões primeiras, quem certamente me fez entoar os primeiros acordes nesses estudos;

À Inês, minha interlocução por excelência e com quem aprendo a ler poesia, porque língua e literatura são constitutivas;

Ao Taisir, colega e Reitor da Unemat, Neodir, Jocineide e colegas da Pró-reitoria de Ensino, Heitor, Cleonice, Selma e Antonia Selma (Campus de Pontes e Lacerda) pelas condições institucionais favoráveis;

À Carmem Zirr, pelo carinho na tradução do resumo;

Aos colegas leitores, durante os dois anos na Ecole Normale Supérieure de Lyon-França como *lectrice du portugais*;

À minha mãe, quem eu sei velar por mim;

À minha família pelo sempre carinho, compreensão, silêncios e abraços gratuitos; aos colegas e amigos, pela tolerância, amizade, torcida e discussões.

Sumário

Introdução.....	01
I- Análise de Discurso: uma teoria da falha.....	07
II- Folhetim: Língua e Literatura em Mato Grosso.....	15
III- Nacionalismo: folhetim da unidade e diversidade.....	29
IV- Fronteira brasileira: sua oralidade e seus sentidos.....	35
V- Escrita literária: uma configuração discursiva.....	51
1- Escrita: Da enunciação para o discurso	51
2- Escrita: um discurso da tradição.....	54
VI- Folhetim: cenário teatral da oralidade.....	59
VII- Folhetim: outras cenas da oralidade.....	71
VIII- Crônica: escrita de um acontecimento discursivo...	85
IX- Folhetim: uma crônica sobre a língua.....	95
1- Diferentes conhecimentos coexistentes sobre a língua...	99
2- O conhecimento de outros sistemas lingüísticos.....	112
3- Conhecimento do discurso estético da crônica.....	116
4- O conhecimento do discurso da diferença lingüística.....	124
X- Considerações finais.....	129

Referência bibliográfica	137
Anexos	143

LISTA DE ANEXOS

1- JORNAIS	FOLHETINS	AUTOR
2- O Expectador	Sem título	Oscar
3- Echo de Cuyabá	Diálogo entre professores	Longue
4- A Imprensa de Cuyabá	2 ^a Quinzena de Julho	O Sentinella Felício
5-A Imprensa de Cuyabá	1 ^a Quinzena de Setembro	O Sentinella Felício
6-A Opinião	O Anjo da Bonança	A . Correia
7-A Opinião	Os Bailes	França Júnior
8-A Opinião	El Demonio de la Perversidad	Edgar Allan Poe
9-Gazeta Official	(Documento Oficial do Estado)	Parte Official – Estatuto do Liceu Cuyabano

*Não sinto o mesmo gosto nas palavras: oiseau e pássaro.
Embora elas tenham o mesmo sentido.
Será pelo gosto que vem de mãe? de língua mãe?
Será porque eu não tenha amor pela língua de Flaubert?
Mas eu tenho.
(Faço este registro porque tenho a estupefação
de não sentir com a mesma riqueza as
palavras oiseau e pássaro)
Penso que seja porque a palavra pássaro em
mim repercute a infância
E oiseau não repercute.
Penso que a palavra pássaro carrega até hoje
nela o menino que ia de tarde pra
debaixo das árvores a ouvir os pássaros.
Nas folhas daquelas árvores não tinha oiseaux
Só tinha pássaros.
É o que me ocorre sobre língua mãe.*

Manoel de Barros
(Fazedor de amanhecer- *A Língua Mãe*)

Apresentação

Do que sei ter consciência, a proposição desta pesquisa advém de uma reunião entre os coordenadores do Projeto História das Idéias Lingüísticas – HIL, Eni e Eduardo e os professores da Unemat que faziam o Mestrado Interinstitucional em Lingüística, na Unicamp – IEL, em 1999, na residência do pessoal de Cáceres, em Campinas.

O objetivo da reunião foi o de dar a conhecer a linha teórica do Projeto, seus objetivos e as frentes de trabalho com os quais ocupava. Tivemos nessa noite ferrenhas discussões sobre questões lingüísticas, discursivas, indígenas, etc., por exemplo, *resgata-se ou não* as culturas indígenas no Brasil? Foram conversas extremamente produtivas.

No decorrer da reunião, nós, os professores da Unemat – MT, fomos convidados a participar – com compromisso – do Projeto, dando os nossos nomes ligados a alguma questão de linguagem que fosse concernente ao Projeto e que, de algum modo, constituísse uma questão também para nós.

Chegou a minha vez e nesse momento, com caneta *bic* e papel na mão, a Eni me perguntou:

- E você, Eliana, onde pretende inscrever sua proposta de pesquisa?

Foi quando me lembrei de uma tarde calorenta em Cuiabá, na sala do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NEDIHR) da UFMT, a propósito de conhecer o jornal em Mato Grosso, que li o folhetim pela primeira vez e pensei *duro* trabalhar com ele. Então respondi à Eni que adoraria mudar minha temática em relação ao Mestrado e, que se houvesse possibilidade, gostaria de pensar a língua, pelo Projeto HIL, numa relação com as publicações do folhetim em Mato Grosso.

A Eni me respondeu: - Isso! Então você fica com quem trabalha o espaço discursivo da relação *Língua e Literatura*.

Não foi mero acaso: eu fiquei !

Introdução

As elaborações desenvolvidas a partir do Projeto História das Idéias Lingüísticas (HIL) estão na base de sustentação teórica dos estudos que orientam esta pesquisa. Desenvolvido por pesquisadores de diferentes universidades brasileiras e francesas, este Projeto representa-se sob a coordenação de Eni Puccinelli Orlandi (Unicamp) e Eduardo Guimarães (Unicamp) no Brasil e sob a coordenação de Sylvain Aurox (École Normale Supérieure de Lyon) na França, ocupando-se com o estudo da produção do conhecimento sobre a língua e sua história de constituição.

No caso específico do Brasil, e pela própria injunção histórica, o Projeto HIL tem-se ocupado, dentre outras frentes de estudos, com a formulação do conhecimento sobre a língua nacional brasileira no momento de sua constituição no Brasil. Esta nossa proposição de pesquisa *Folhetim: uma crônica da língua* inscreve-se justamente nesse lugar da relação de sentidos entre a construção de um saber sobre a língua e a constituição da língua nacional, formulada por Sylvain Aurox (1992) a partir de suas elaborações sobre o processo de gramatização.

Os pressupostos teóricos que assumimos são os da Análise de Discurso, formulados no final da década de 60, século XX, a partir da articulação teórica sustentada nas elaborações de Michel Foucault (1969), conforme aponta Orlandi (2001) “no interior de um pensamento filosófico dedicado ao estudo da história” e de Michel Pêcheux (1969, 1975) “que constitui a análise do discurso como modo de se poder pensar a determinação histórica e o político como próprios do processo de significação do dizer (no qual se constitui o sujeito)”.

A proposição teórico-metodológica deste trabalho inscreve-se também nos estudos realizados por Orlandi (1987), (1996) e (2001), tomando de suas

elaborações teóricas o desenvolvimento dos dispositivos teórico e analítico da Análise de Discurso no Brasil.

Esse trabalho de *Leitura*¹ e construção do dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso produzido por Orlandi a partir de Pêcheux, Barthes, Foucault, etc., numa relação com os estudos e análises desenvolvidos por pesquisadores brasileiros envolvidos no Projeto HIL sobre o processo de gramatização no Brasil melhor definem e situam o lugar teórico que fundamenta nossas reflexões.

A constituição do objeto de estudo desta pesquisa – os diferentes discursos sobre a língua materializados na/pela escritura literária do folhetim no Brasil, na segunda metade do século XIX – advém da possibilidade de tomar os dispositivos teóricos da Análise de Discurso para se compreender como os objetos simbólicos – no caso específico, a língua escrita – produzem sentidos. A partir da definição do objeto discursivo construímos um nosso dispositivo analítico próprio, a depender dos atravessamentos de sentidos que determinam a relação teoria/pesquisador/objeto.

O período da segunda metade do século XIX impõe-se como recorte necessário ao *corpus* pela injunção histórica dos diferentes processos de constituição da língua e da nacionalidade brasileira. Como afirmam Guimarães & Orlandi (1996:9):

... nesta história é crucial a questão da língua nacional, ou seja, a língua que funciona no Brasil e que, por suas especificidades, faz parte do processo de constituição da nacionalidade.

O material de linguagem que tomamos para a composição do *corpus* são as publicações em série do Folhetim – muito freqüentes nos jornais mato-grossenses – que circularam na segunda metade do século XIX, no Mato

¹ Noção foucaultiana em que *Leitura* pressupõe a forma-sujeito *Leitor*;

Grosso, abarcando fundamentalmente as cidades de Cuiabá – hoje, capital mato-grossense – e Corumbá – hoje, cidade situada em Mato Grosso do Sul, em decorrência da divisão do estado no final da década de 70.

Uma delimitação mais precisa do *corpus* se configurará no decorrer da análise, quando buscaremos compreender pela escritura literária do folhetim – materialidade simbólica que produz sentidos sobre a língua – como, de certo modo, se organizam os sentidos que definem a ordem do discurso literário numa relação com a língua portuguesa no momento de sua instituição no Brasil e, ao mesmo tempo, como se organizam também os sentidos que definem a ordem do discurso da língua nessa relação com a escritura literária do folhetim.

Logo, a questão central que se impõe e que buscaremos responder no percurso desta pesquisa é: *como se produzem, como funcionam e quais os sentidos sobre a língua portuguesa textualizados no folhetim publicado em jornais mato-grossenses na segunda metade do século XIX?*

Construímos o dispositivo analítico deste trabalho conforme as demandas de nossa questão, objetivando compreendê-las no desenvolvimento dos capítulos que compõem e organizam nossas reflexões, como se segue:

O primeiro capítulo expõe o ponto de vista teórico da Análise de Discurso no qual nos situamos, dando também, pelo viés discursivo, a visibilidade do objeto desta análise. No segundo capítulo situamos o folhetim mato-grossense enquanto um discurso literário desterritorializado das instâncias empíricas que o reduzem.

A publicação do folhetim mato-grossense inscreve-se no gesto discursivo romântico, conjugando, pela discursividade literária, o Mato-Grosso ao Brasil (Rio de Janeiro) e à Europa (França). Este capítulo aponta para dois lugares discursivos de ancoragem à publicação do folhetim: ao do processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil e ao do Romantismo. De um lado, o processo de gramatização reconfigurando uma nossa língua e, de outro, o

Romantismo instaurando outros diferentes rituais de escritura literária.

O terceiro capítulo ocupa-se em descrever a contradição constitutiva da escritura literária do folhetim a partir do jogo discursivo da unidade e da diversidade lingüísticas sob as determinações do discurso nacionalista inscrito no Romantismo.

Abrimos parênteses no quarto capítulo para uma amostragem da língua falada na região, propondo-nos à leitura do que já se disse e do que se diz sobre ela. Este capítulo dá o parâmetro da oralidade constitutiva do sujeito mato-grossense e aponta para sentidos produzidos sobre essa língua pela Lingüística, cujos sentidos narram uma história de silêncios e não formulações. Estabelece-se o parâmetro de diferença entre a língua oral falada em Mato-Grosso e a língua escrita configurada na escritura do folhetim pelo discurso da escrita.

No quinto capítulo apontamos o deslocamento de Barthes em relação à noção de escritura, ou seja, de pensar a escritura enunciativamente para tomá-la discursivamente. Perfizemos também uma via que compreende o lugar de inscrição teórica da escritura na tradição e que compreende os sentidos tensionados da relação unidade/diversidade significando, de modo específico, a língua portuguesa do Brasil.

Os capítulos sexto e sétimo compõem-se, fundamentalmente, de análises do folhetim, quanto ao procedimento discursivo de construção da cena enunciativa da narrativa literária. E em ‘Crônica: escritura de um acontecimento discursivo’, o oitavo capítulo, tomamos o aumento efusivo da publicação da crônica enquanto metáfora de sentidos sobre a língua, visto que a textualização daquilo que é da ordem do cotidiano, na escritura, instiga ao discurso da escrita a sair de seus compartimentos.

O nono capítulo trata dos modos pelos quais a escritura do folhetim produz conhecimento sobre a língua. Este capítulo aponta para a reflexividade discursiva da escritura literária falando de si mesma, numa injunção com a

materialidade plástica da língua enquanto uma sua possibilidade.

As considerações finais retomam nosso percurso analítico e textualizam a compreensão e formulação dos processos discursivos da relação entre a materialidade simbólica da escritura literária e o discurso da língua escrita.

Pelo fato de a coisa significada constituir o simbólico que a significa, como consideramos em *Análise de Discurso*, é certo que a materialidade simbólica da língua escrita produzirá os sentidos de si mesma naquilo que significa e, por isso mesmo, a escritura literária expõe aos analistas as diferentes instâncias de relação estabelecida entre a materialidade simbólica da escrita e o discurso sobre a língua.

I- Análise de Discurso: uma teoria da falha

As obras Análise Automática do Discurso (AAD) de Michel Pêcheux (1969) e a Revista Langages sob organização de Jean Dubois (1969) fundam, na França, a Análise de Discurso (AD). Lançando mão da noção de inconsciente, pressuposto psicanalítico lacaniano (1966), e da noção de sujeito assujeitado, pressuposto materialista althusseriano (1985), a AD – teoria crítica de linguagem – institui a noção de sujeito do discurso, um sujeito constitutivo de linguagem e por isso mesmo afetado pelo inconsciente e pela ideologia. Um sujeito assujeitado sócio-historicamente.

Paul Henry (1992:188) considera, a propósito de suas reflexões sobre *O Sujeito e o Significante*, que:

O sujeito é sempre e, ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação.

O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e passa a funcionar como uma posição dentre outras, como um lugar de materialização dos sentidos, “subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso”, como vemos em Orlandi (1999:17). A noção do sujeito cartesiano, idealista – *penso, logo, existo* – que produz o efeito de onipotência e completude como que por um conhecimento dado de antemão cede lugar à noção de um sujeito dividido, descentrado, constitutivo de sentidos e, nos termos de Henry, cede lugar a *corpos atravessados de linguagem*.

Tomamos tanto a evidência da existência espontânea do sujeito, quanto a evidência dos sentidos literais como efeito de sentidos compreendido pelos 2 (dois) esquecimentos constitutivos do sujeito formulados por Pêcheux

(1988:173): O esquecimento [2] de que o sujeito não é origem/causa de si, o que produz a ilusão de onipotência e completude do sujeito; e o esquecimento [1] de que os sentidos não têm relação direta entre palavra/coisa e que, justamente, essa mediação simbólica sempre dá aos sentidos as possibilidades de sempre serem outros.

Busquemos esta compreensão na formulação de Pêcheux:

O esquecimento nº. 2, pelo qual todo falante seleciona no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase. (...)

O esquecimento nº. 1, que dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina.

Segundo o autor, o esquecimento nº. 2 aponta para o fato de que não há neutralidade ideológica nos processos de subjetivação do sujeito e que nosso dizer está irremediavelmente inscrito num já-dito, reproduzindo e significando em forma de paráfrase os sentidos que nos constituem, como não tendo origem em nós mesmos. O esquecimento nº. 1 aponta para o fato de que nosso dizer não se inscreve em outra formação ideológica que não naquela que nos constitui, de modo que não temos acesso aos nossos próprios processos de constituição.

Sujeito e sentidos são produzidos historicamente para a AD. Há um jogo da língua na história que se dá como lugares de captura do sujeito discursivo, como afirma Orlandi (1999:22):

É isso que significa a determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos: nem fixados ad eternum, nem desligados como se pudessem ser quaisquer uns. É porque é histórico (não natural) é que muda e é porque é histórico que se mantém. Os sentidos e os sujeitos poderiam ser sujeitos ou sentidos quaisquer, mas não são. Entre o possível e o historicamente determinado é que trabalha a análise de discurso.

São esses lugares de captura do sujeito instituídos na relação da língua com a história, portanto, no discurso, que configuram a identidade do sujeito, cujos lugares são o do funcionamento ideológico. Nessa relação língua/sujeito/história os sentidos ora se acomodam, ora extrapolam a ordem do discurso da língua, por sua incontinência constitutiva à estrutura, às regularidades.

Vejam as considerações de Orlandi (1999:21) a propósito da noção do sujeito discursivo, este, estruturado por uma gramática da língua capaz de falha:

A língua é capaz de falha. Essa possibilidade – a da falha – é constitutiva da ordem simbólica. Por seu lado, o equívoco já é fato de discurso, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco. Este se dá, portanto, no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente. O equívoco é a falha da língua na história.

Para a AD, a língua constitui-se pela não-transparência de sentidos e essa opacidade advém do fato de que a relação palavra/coisa não é direta, mas mediada pelo simbólico de imaginários sociais, portanto, pela ideologia. Não tocamos o real que não seja de antemão um real significado, ideologizado. É nessa instância que se dá o trabalho do analista, em compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, espatulando as camadas ideológicas e desnaturalizando-as numa relação com a memória discursiva, o interdiscurso – espaço discursivo do já-dito.

Sujeito e sentido constituem-se historicamente e se subjetivam/significam – materializam-se – pelo simbólico, de modo que se a língua é capaz de falha, falhos serão o sentido e o sujeito, tomando da relação constitutiva língua/história/sujeito. Dessa relação resultam as configurações de incompletude do sujeito, de falha na língua, de equívoco na história e de sentidos e sujeitos múltiplos. Esses espaços de incompletude, falha, equívoco e

multiplicidade são os lugares de intervenção do inconsciente e da ideologia na língua por determinações históricas.

Fazer-se sujeito e produzir sentidos é estar no espaço de memória do dizer, do já-dito. O procedimento analítico de quebrar a sintagmatização, a segmentalidade da língua põe-nos por sobre as fronteiras do enunciado numa relação de sentidos com o já-lá do interdiscurso, conforme lemos a partir de Pêcheux (1969:160):

As palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentidos segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito.

Como afirma Orlandi (1988:22) “todas essas afirmações nos levam a dizer que a linguagem não é precisa, nem inteira, nem clara, nem distinta”, cujas faltas lhes são constitutivas, como o é também a incompletude da forma-sujeito que na linguagem se institui. A materialidade simbólica da língua, ao lado de outras formas de linguagem, constitui-se em senha de entrada ao espaço dos sentidos, à memória discursiva, a qual é habitada por diferentes nuances ideológicas. É nestes termos que consideramos a opacidade da língua, porque “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores”. Orlandi (2001:21).

O discurso está historicamente determinado e definido por sua inscrição ideológica no interdiscurso, cuja materialização concreta dos sentidos imaginários de suas relações com outras discursividades se mostra pelas formações discursivas, por lugares ideológicos possíveis de dizer, organizados

na ordem segmentar da língua sob a égide do semanticamente normal, do semanticamente possível de ser dito.

Desse modo, a formação discursiva, uma das noções basilares da AD, se define como o lugar de materialização simbólica de uma certa posição ideológica, conforme Orlandi (2001:49) melhor expõe:

A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito.

Os efeitos imaginários de sentidos são aqueles que estão socialmente postos, configurados ideologicamente, produzindo ilusões de um mundo semanticamente normal. Capturado por esses lugares sociais de dizer, a forma-sujeito representa-se diferentemente enquanto autor e enquanto leitor.

Estas representações, de modo específico, têm relação constitutiva com o texto. O efeito-autor se representa enquanto aquele que organiza, segmenta os discursos sob os critérios da textualidade, se tomamos o texto, na sua materialidade, como unidade significativa de sentidos, conforme Orlandi (2001). É esse efeito-autor que se circunscreve, enquanto posição sujeito, no texto e que, ao mesmo tempo, circunscreve uma sua contraparte, o efeito-leitor.

Essa circunscrição do efeito-autor se dá no modo mesmo como se arregimentam suas responsabilidades na relação com o texto:

Assim, do autor se exige: coerência, respeito aos padrões estabelecidos, tanto quanto à forma do discurso como às formas gramaticais; explicitação; clareza; conhecimento da regras textuais, originalidade; e entre várias coisas “unidade”, “não contradição”, “progressão” e “duração” de seu discurso.

E, por outro lado, a circunscrição do efeito-leitor se configura no texto

pelo imaginário social que constitui a relação autor/leitor. Há uma certa injunção dessas representações no texto, visto que o efeito-autor, no trabalho com a palavra, interpreta e expõem os possíveis sentidos que vão construindo, no texto, a posição desse sujeito-leitor. Ou seja, este trabalho de autoria é já na largada um trabalho de leitura, de interpretação.

Até então, construímos um percurso teórico, buscando compreender algumas noções que definem e situam a Análise de Discurso no cenário das teorias lingüísticas. Consideramos estas noções, como as vimos, o pressuposto para as discussões que, de modo particular, esta pesquisa nos impõe para a construção de um nosso dispositivo analítico.

Propomo-nos, a partir de agora, à configuração discursiva do *corpus*, estabelecendo uma sua relação mais direta com a AD e as elaborações do Projeto HIL. A definição pelo folhetim como o nosso material de linguagem está ligada às elaborações desenvolvidas no Projeto História das Idéias Lingüísticas – HIL: publicação do folhetim na segunda metade do século XIX em jornais mato-grossenses num período coincidente com o processo de definição e estabilização da língua portuguesa no Brasil.

Consideramos o folhetim um espaço simbólico de articulação de diferentes ordens discursivas, como o discurso literário, o discurso da e sobre a língua, o discurso das oposições unidade/diversidade, escrita/oralidade, etc., sob o ensejo de uma imprensa jornalística sujeita ao processo de gramatização brasileira. Essa articulação expande o espaço de circulação da literatura no momento em que o texto literário não mais se restringe ao livro, à biblioteca, às estantes, mas se coloca diariamente (ou nos conformes de suas tiragens) na caixa receptora de correspondências personalizadas das residências do assinante do jornal.

Há um gesto discursivo de divulgação do conhecimento que se instaura com a instituição da imprensa. Ao sujeito-leitor não mais se impõe a necessidade de *ir ao livro*, porque a literatura vem periodicamente – em série –

ao sujeito-leitor. Esse fato não pode ser tomado fora das contingências históricas determinantes da segunda metade do século XIX no Brasil, se consideramos este período o marco do processo de gramatização da língua brasileira.

No que concerne ao processo de gramatização, Auroux (1992:28) apresenta um quadro das possíveis causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes lingüísticos, dentre as quais estão a administração dos grandes Estados, a literarização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, as viagens, os contatos entre línguas, etc. e esta é basicamente a configuração do cenário brasileiro, nesta segunda metade do século XIX.

Nesses termos, a gramatização institui-se num acontecimento discursivo de linguagem, tomando do gesto de publicação do folhetim enquanto “prática constitutiva da cultura de uma época” (Orlandi, 1990:124) um seu eficaz agente modalizador e estabilizador. O folhetim constitui-se na materialidade simbólica que põe em movimento diferentes sentidos sobre a língua escrita e falada no Brasil do século XIX, nesse momento em que, por um lado, a gramatização institui o português do Brasil e, de outro, o Romantismo dá-lhe o tom pela configuração da ordem do discurso literário brasileiro.

A escritura literária enquanto lugar discursivo de exemplaridade lingüística a uma nação que emerge sob os auspícios do Romantismo e do processo de gramatização, no momento mesmo de sua instituição lingüística e literária, produz um folhetim cuja escritura narra a representação da oralidade, ou melhor, a representação do que é considerado próprio de um povo e, no caso específico do *corpus* que delimitamos, do povo mato-grossense.

Desse modo, consideramos que o processo de gramatização aliado aos ideais do Romantismo no Brasil redimensiona a língua portuguesa no Brasil, mais, instaura uma nova estética lingüística na escritura literária, cuja língua tem sido definida como a língua brasileira em Orlandi (2000:29):

Se a questão da oralidade – embora tenhamos, com o movimento da gramatização do século XIX, legitimado nossa escrita e nossa escritura – permanece em um imaginário mal resolvido, produzindo efeitos sobre a imagem que temos da escrita em nossa sociedade, também a questão da legitimação do português deste lado do Atlântico tem sua história. [...] O português assim transportado acaba por estabelecer em seu próprio sítio de enunciação outra relação palavra/coisa, cuja ambivalência pode ser lida nas remissões: *no Brasil / em Portugal*. Tem início então a produção de um espaço de interpretação, com deslizamentos, efeitos metafóricos que historicizam a língua. [...] A língua praticada nesse outro regime enunciativo realiza, agora deste lado do Atlântico, a relação unidade / variedade: a unidade aqui não mais refere o português do Brasil ao de Portugal mas à sua unidade e às variedades existentes no Brasil.

Essa é a língua portuguesa que se estabiliza no Brasil, uma língua re-significada pelas determinações históricas deste lado do Atlântico em língua brasileira.

A escritura literária do folhetim mato-grossense a partir dessa língua portuguesa gramatizada no Brasil dá visibilidade à compreensão dos processos discursivos de saberes sobre a língua, materializando no procedimento narrativo da escritura a história do conhecimento sobre a mediação das relações de oposição entre a palavra e a coisa e as unidades simbólicas.

II – Folhetim: *Língua e Literatura em Mato Grosso*

Tomar o discurso sobre a constituição do saber como objeto de estudos numa perspectiva discursiva é, ao mesmo tempo, expor-se a gestos de interpretação que se impõem pelo confronto inescapável com o equívoco, o *'non-sense'*, a instabilidade, a errância dos sentidos.

O conhecimento não se dá aprioristicamente, de antemão, para a Análise de Discurso, mas produz-se pela possibilidade mesma da interpretação. Assim, o saber e o discurso sobre o saber constituem-se de uma natureza itinerante e provisória pelas determinações históricas de produção dos sentidos e do sujeito.

Há, pelos processos discursivos de naturalização da ideologia, uma ilusão de pré-existência do conhecimento, ainda, uma ilusão essencialista dos sentidos, como se a relação palavra/coisa mantivesse entre si um vínculo natural e/ou de substância.

Ocorre também que os acontecimentos de linguagem evocam interpretações que se espriam para a configuração de outros saberes, outros sentidos. Mesmo os acontecimentos que já configuraram num tempo dado um certo conhecimento, evocam outros sentidos, propõem novas formulações de saberes sobre a língua. Propomo-nos, a propósito dessas derivas de sentidos, pela Análise de Discurso, à compreensão do discurso sobre a língua textualizado na materialidade simbólica da escritura do folhetim publicado em jornais do Mato Grosso, na segunda metade do século XIX.

Uma caracterização literária conferida ao folhetim a partir de Marlyze Meyer em sua obra *Folhetim: uma história* considera que:

De início, ou seja, começos do século XIX, *le feuilleton* designa um lugar preciso do jornal: o *rez-de-chaussée* – rés-do-chão, rodapé -, geralmente o da primeira página. Tinha uma finalidade precisa: era um espaço vazio

destinado ao entretenimento. E pode-se já antecipar, dizendo que tudo o que haverá de constituir a matéria e o modo da crônica à brasileira já é, desde a origem, a vocação primeira desse espaço geográfico do jornal, deliberadamente frívolo, oferecido como chamariz aos leitores afugentados pela modorra cinza a que obrigava a forte censura napoleônica. (“Se eu soltasse as rédeas à imprensa”, explica Bonaparte ao célebre Fouché, seu chefe de polícia, “não ficaria três meses no poder”).

Essa configuração espacial do folhetim, no rodapé do jornal pode ser visualizada a partir da figura abaixo e do quadro de anexos:



De modo mais específico, em relação ao folhetim publicado em jornal do Mato Grosso, pode-se afirmar a partir dos estudos realizados por Nadaf (2002:65) – pesquisadora do folhetim mato-grossense – que:

Seus escritos, ora extraídos de outras fontes ora traduzidos ou criados especialmente para este ou aquele jornal, tomaram a forma dos mais variados gêneros, incluindo-se entre eles a crônica, o conto/novela, o ensaio, a poesia, o texto teatral e o romance.

Tomando da configuração espacial do folhetim na página do jornal e do modo como o folhetim subscrita a escritura literária indiferentemente a um seu gênero específico podemos considerar o folhetim no Mato Grosso como um esquadro vazio no rodapé do jornal em cujo espaço a literatura encena sentidos sobre a língua. Ou seja, como um quadro vazio na parte inferior do jornal a ser tomado, preenchido por aqueles que se interessam – tanto como sujeito-escritor, quanto como sujeito-leitor – pela produção literária que ali circula, seja romance, conto, crônica, novela, prosa literária curta, teatro, poesia, etc.

É nesse sentido que Nadaf nomeia o folhetim de *rodapé das miscelâneas*, porque trata-se de um espaço que acolhe, para a publicação, as mais diferentes modalidades textuais de escritura. Desse modo, o folhetim não se constitui em um gênero específico da escritura literária, mas numa janela aberta aos diferentes rituais de escritura literária, sob a designação de Folhetim.

Temos funcionando como folhetim, por exemplo, o conto de Edgar Allan Poe (1809-1849) *El demonio de la perversidad* em 1879 no Jornal A Opinião de Corumbá. O mesmo Jornal publicava em número significativo as crônicas de França Júnior, escritor considerado carioca, tais como *A Rua do Ouvidor*, *Massantes*, *Bailes*, *Jantares*, *Visitas*, *Mudanças*, *Enterros*, *O namoro*, todas publicadas no ano de 1878.

O Jornal *A Província de Mato Grosso* (1879) publica em espaço

destinado ao folhetim e sob essa mesma inscrição a novela *O Violino do Diabo* e o romance *O anjo da guarda* de Henrique Peres Escrih (1829-1897) e o Jornal *A Gazeta* publica em 1889 sob a mesma designação do Folhetim e no espaço gráfico do rodapé do jornal designado para a publicação do Folhetim as seguintes prosas literárias curtas *O duelo* – autor sem indicação (extraído) – e *Uma das mil e uma* – Júlio César Machado (1835- 1890). Essas categorias textuais são trazidas nesse momento para uma melhor definição do folhetim enquanto espaço vazio, por onde circulam diferentes lugares discursivos de dizer sobre a língua brasileira.

No entanto, do ponto de vista da AD, consideramos que o funcionamento discursivo de uma prosa literária curta pode ser o mesmo de um conto, o que significa afirmar que não nos orientamos teoricamente pelas categorias externas do texto, mas pelo funcionamento discursivo que engendra a escritura literária do folhetim.

Em nossa análise observamos folhetins que foram definidos como conto, como é o caso de *A agulha e a linha* de Machado de Assis, publicado em 1889 pelo Jornal *A Gazeta*, em Cuiabá, podendo também, de uma certa forma, produzir o funcionamento discursivo da crônica se considerarmos que, de algum modo as personagens-objeto humanizados – agulha e linha – portanto seres falantes, põem em cena as questões do cotidiano, além do enunciado de efeito moralista – aplicativo – no desfecho do texto. Do mesmo modo há a definição de *prosa literária curta* para folhetins que estruturam diferentemente o funcionamento discursivo da crônica, do conto, da novela, etc.

Para a AD, no que concerne à questão de autoria do folhetim, consideramos que não esteja remetida ao gesto do escritor em específico, mas ao gesto editorial de articular matérias, organizá-las e editá-las no jornal. Nesses termos, a publicação do folhetim aparece como prática discursiva da instituição literária do final do século XIX, ensejada pelo Romantismo e motivada pelo processo de gramatização.

O editorial responsável pela seleção das matérias a serem publicadas significa muito mais uma posição discursiva dando coerência política e ideológica ao jornal que, necessariamente, um grupo de pessoas ou um indivíduo em particular. Em relação à noção de autoria, Orlandi (2002:81) considera:

Nos termos discursivos, que são os que proponho, o autor é *posição-autor* e não autor empírico: é um lugar, no imaginário, constituído pelo confronto do simbólico com o político.

Como o viés que tomamos como foco para a nossa reflexão, nesta pesquisa como um todo, é sempre a relação constitutiva língua/literatura, vale dizer que a literatura se define pela materialidade simbólica da língua à medida que essa escritura literária define a língua para o Brasil.

Consideramos que pensar a relação língua/literatura no momento de independência cultural e política de Portugal, aliada à formação e constituição do estado brasileiro, faz intervir, inescapavelmente, os sentidos do Romantismo e do processo de gramatização, enquanto produção de sentidos sobre a língua/escrita e literatura/escritura.

O material de linguagem que recortamos para a configuração do *corpus* – folhetins publicados em jornais do século XIX – inscreve-se no Romantismo, constituindo-se em espaço legítimo de divulgação dos ideais românticos, como por exemplo, o de popularizar o conhecimento e a arte. O jornal favorece a todos, indistintamente, o acesso à letra, porque põe em circulação o conhecimento formulado pela elite e para as elites na intersecção com as discursividades literária e jornalística.

Ao tratar do conteúdo das leituras do século XIX em História da Vida Privada, Corbin (1991:496) considera:

A partir da Monarquia de Julho, esse gosto [pelos autores

clássicos e livros de histórias] traduz-se, no seio do próprio povo, pelo inusitado sucesso do romance de folhetim.

É a burguesia no poder buscando re-significar suas condições materiais de existência. Na França – considerada o berço do folhetim – o folhetim constitui-se em espaço de consolidação dos ideais do Romantismo: divulgação da arte, propiciando o seu acesso às classes populares e, acima de tudo, permitindo que personagens dessas classes populares constituam-se protagonistas dos folhetins publicados em jornal. Personagens de classes populares, de certo modo, falam uma língua popular a ser representada na escritura do folhetim.

Têm-se, assim, os sentidos do Romantismo textualizados no *corpus* que delimitamos. O objeto de estudo é compreendido em sua historicidade, não numa história fora dele, anacrônica, mas cravada, historicizada na materialidade simbólica. A discursividade romântica será sempre pródiga em relação ao discurso da escrita, batendo-lhe à porta, mostrando-se, significando-se, deixando suas marcas à revelia de quaisquer consentimentos do sistema da escrita.

Neste caso, refletir sobre *o quê a escritura dos folhetins de Mato Grosso conta sobre a língua portuguesa no Brasil do século XIX* é, ao mesmo tempo, refletir sobre os processos de significação do Romantismo no momento em que a língua brasileira se institui enquanto língua nacional. Na largada, o gesto de publicação literária através de jornais é já um procedimento romântico, e esse gesto produz, institui, certamente, conhecimentos sobre a língua que ora se instaura no Brasil.

A propósito da noção de história, para a AD, Orlandi (2001:88) afirma:

Não se parte da história para o texto – avatar da análise de conteúdo – se parte do texto enquanto materialidade lingüístico-histórica. A temporalidade – na relação

sujeito/sentido – é a temporalidade do texto. Não se trabalha assim a história refletida nele, mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos.

Consideramos a partir daí que não somos nós, os analistas, que nos inscrevemos na discursividade do Romantismo ao constituirmos o nosso objeto de estudos, mas a discursividade do Romantismo materializada no material de linguagem. Assim, refletir sobre o gesto de escritura do folhetim no Brasil é necessariamente refletir sobre o Romantismo, que o institui.

Fragoso (2001:20/29) aponta o Romantismo no Brasil como um fato de linguagem e afirma que:

[...] o Romantismo inaugura uma posição discursiva para o autor nacional que poderá interpretar a sua própria língua, ou seja, os escritores românticos criam um saber lingüístico específico da língua nacional.

Ainda, o mesmo autor:

A literatura romântica está diretamente ligada à questão da língua nacional. Trata-se de um discurso (o literário) que fixou uma mentalidade para o povo brasileiro. Construiu uma imagem para a língua nacional e para a nação brasileira. Criou uma identidade para a língua e para o povo desta nação.

Deslocando-nos do eixo que conduz a reflexão lingüística para o discurso das polêmicas entre Brasil e Portugal, centramos nossos estudos no modo como se dá e se define o discurso sobre a constituição do saber lingüístico no Brasil

Consideramos, pela AD, que a publicação desses folhetins materializava já um funcionamento do discurso literário antes mesmo do estabelecimento de uma data para o surgimento da Literatura no Mato Grosso, como atesta o historiador Mário César Silva Leite.

Assumimos um lugar teórico que, em se tomando a relação língua/literatura constitutivamente, opõe-se ao discurso sobre a temporalidade do estabelecimento da literatura em/de Mato Grosso. Leite atesta que a literatura se legitima em Mato Grosso nas primeiras décadas do século XX, a partir do funcionamento pleno da noção de ‘sistema literário’ de Candido².

O autor toma o regionalismo como o pivô que estabelece a conjugação entre obra/autor/leitor instituindo a literatura em Mato Grosso. Silva-Leite (2005) afirma:

A linha ininterrupta espaço-temporal, literariamente falando, engendra-se, e debate-se, basicamente nesse drama de construção-elaboração de identidade(s), de região, de literatura(s), de cultura(s). É isso que garante e garantirá o sistema. O amálgama do sistema é o discurso regionalista. Ou melhor, os discursos regionalistas nos embates pela hegemonia, unidade e legitimação.

Pensamos, na verdade, que uma discursividade literária já falava antes desse momento inaugural para a literatura em Mato Grosso – em algum lugar, de alguma maneira. O critério que estabelece a noção de Sistema Literário para a configuração de uma certa literatura pode produzir exclusões ou inclusões. Trata-se de um mecanismo que se define, segundo Lagazzi-Rodrigues (1998) pela abstração e generalização de sentidos, instaurando um certo lugar de “poder dizer” sobre a literatura.

Lugar este do discurso historiográfico que des-historiciza e apaga funcionamentos do discurso literário, reduzindo-os todos a Manifestações Literárias, e estas impedidas de compor os compêndios literários brasileiros já existentes.

Os processos de produção dos sentidos literários para Mato Grosso não se definem pela relação empírica entre autor/obra/público, visto que

² CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* 2ª ed. rev. São Paulo: Livraria Martins Editora.

escapam aos aprisionamentos das categorizações e mesmo os sentidos de regionalismo não vão se configurar por fórmulas de etiquetagem da língua na sua relação com o social e/ou com as temáticas locais, regionais.

O discurso regionalista numa perspectiva discursiva é tomado a partir do funcionamento discursivo dos sentidos que definem uma dada região, cujos sentidos estão materializados na língua, instalados (in) diferentemente na fonética, na musicalidade, no léxico, na sintaxe, etc.

Ao lado do discurso literário que funcionava antes da data de estabelecimento da Literatura no Mato Grosso, havia também um discurso sobre a língua funcionando no Mato Grosso, antes mesmo da consolidação da Lingüística no Brasil e isso porque a língua diz de si mesma, como veremos posteriormente.

A obra *O Romantismo*, organizada por J. Guinsburg (1995), apresenta o texto de Sílvio Elia *Romantismo e Lingüística* em que o autor conclui que a constituição da Lingüística no século XIX é fruto do Romantismo. Elia (1993:114) argumenta:

não se trata simplesmente de um movimento literário [o Romantismo] ou estético e sim da irrupção de uma nova tábua de valores que atingiu todos os domínios do pensamento humano, o artístico como o científico, não só o religioso.

O discurso do Romantismo organiza e estrutura os sentidos estéticos da escritura literária do folhetim, produzindo o funcionamento discursivo de diferentes instâncias de representação da oralidade e, do mesmo modo, o processo de gramatização produz outra estética para a língua brasileira, à medida que a produção de dicionários e gramáticas configura o parâmetro de língua / literatura nacional brasileira. Ou seja, a nova língua instaurada no Brasil, a língua brasileira, produz certamente uma outra escritura literária do folhetim.

Essa relação entre o Romantismo e a Lingüística, a partir de folhetins publicados em jornais do século XIX no Mato Grosso, transporta-nos a um tempo em que a Lingüística ainda se mostrava inconsistente no cenário nacional, em que a língua, seu objeto de estudos, estava sendo ainda (re)definida por um saber elaborado, posto também pela literatura e divulgado pelo jornal. Diferentes formas materiais de enunciação textualizadas na escritura literária são publicadas em folhetins bem antes da primeira edição da obra *Princípios de Lingüística Geral* de Mattoso Câmara (1941) e da integração da Lingüística como parte do currículo mínimo dos cursos de Letras, o que só ocorreu no Brasil em 1965.

Diferentes discursividades fertilizavam sentidos sobre a língua no cenário intelectual brasileiro na segunda metade do século XIX no Brasil e nossos literatos não estavam fora dessas determinações. Guimarães (1996:127) considera este período o marco do processo de gramatização:

Nosso objetivo aqui, ao centrar nossa atenção a partir do final do século XIX, é poder refletir sobre a movimento de gramatização brasileira do português.

1- O primeiro período iria da “descoberta” em 1500 até a primeira metade do século XIX, momento em que se desenvolvem debates entre brasileiros e portugueses a propósito de construções consideradas inadequadas por escritores ou gramáticos portugueses. Deste momento é a célebre polêmica entre José de Alencar e Pinheiro Chagas; ou a polêmica entre Carlos de Laet e Camilo Castelo Branco.

O segundo período iria da segunda metade do século XIX, iniciada pelos debates referidos no parágrafo anterior e pela publicação de gramáticas como a de Júlio Ribeiro em 1881, pela fundação da Academia Brasileira de Letras no Brasil: tanto a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (em 1937) quanto a Faculdade Nacional de Letras da Universidade do Brasil em (1939).

Isso aponta para o fato de que havia um saber sobre a língua se instituindo, se definindo no Brasil, cujo saber se mostra no modo como as

personagens e narrador se lançam, pelo uso da palavra, no discurso literário e partilham do jogo lingüístico que se estabelece na escritura do folhetim.

Como já o afirmamos anteriormente, de tradição e origem francesa³, o folhetim teve fértil estabelecimento na imprensa brasileira do século XIX. No caso específico do folhetim em Mato Grosso, Nadaf⁴ afirma:

[...] o folhetim da imprensa de Mato-Grosso, dos séculos XIX e XX, buscou tirar proveito das ações que acarretaram no êxito do folhetim carioca e do folhetim francês : plagiou o *layout* do espaço, copiou a fórmula folhetim-salada-mista para preencher o roda-pé e importou as práticas comerciais de divulgação do gênero para atingir vantagens financeiras.

É certo que as primeiras edições de jornais mato-grossenses do século XIX já constavam do espaço destinado ao folhetim no *rez-de-chausée* de suas páginas.

Como o nosso objeto de estudo – compreensão dos sentidos sobre a instituição de um saber sobre/da língua portuguesa no Brasil – pela própria imbricação histórica com a segunda metade do século XIX, interessam-nos apenas os folhetins publicados em jornais desse período, ou seja, de 1859 a 1899, período este, como vimos, em que se dá o processo de gramatização do português no Brasil.

Temos, assim, um volume de 127 folhetins publicados num acervo de jornais diversos, sendo que 58 (46%) deles são assinados por escritores estrangeiros e/ou de renome nacional, 41 (32%) por escritores não identificados e 28 (22%) assinados por escritores mato-grossenses.

³ « *Originário da imprensa francesa da primeira metade do século XIX, o folhetim teve uma recheada história de vida, paixão e morte na primeira metade do século XX* ». NADAF, Yasmin Jamil. *Rodapé das miscelâneas – o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro : 7 Letras, 2002.

⁴ Doutora em Letras pela Unesp de Assis e estudiosa do folhetim mato-grossense;

Consideramos que a inscrição discursiva do gesto de escritura do folhetim ao Romantismo não se dá apenas pela circulação em grande escala do chamado *feuilleton-roman* ou do romance de ficção. Não se trata de uma inserção do folhetim na história como um fora dela; antes, porém, de compreendê-lo como uma das formas de textualização do Romantismo no Brasil. Ou seja, a publicação do folhetim pelo jornal constitui-se prática discursiva do Romantismo, de certo modo, agenciada pelos instrumentos lingüísticos homogeneizantes do processo de gramatização.

No tecido retalhado da escritura folhetinesca periódica *Literatura e Lingüística* vão compondo uma nossa história da língua portuguesa no Brasil e de sua escritura literária. Nestes termos, pode-se afirmar que o Romantismo inaugura na literatura uma sua prática discursiva específica: a publicação do folhetim.

Como já o afirmamos anteriormente, o folhetim, diferentemente de outras matérias jornalísticas, tem um seu espaço sagrado no rodapé do jornal e como que uma escritura de encaixe numa estrutura fixa e vazia, essa escritura é embutida em seu *lócus*, produzindo o efeito de identidade discursiva entre o Mato Grosso, o Brasil e a França (Europa).

Prefaciando a obra de Marlyse Meyer – *Folhetim: uma história* – Antonio Candido afirma:

Literatura francesa e literatura brasileira se fundem, assim, num projeto que pertence ao domínio da melhor literatura comparada e nos permite conhecer direito algumas das fontes da nossa sensibilidade no século passado.

Consideramos que o efeito de unidade discursiva não advém dos esforços empreendidos pelos editores em simplesmente reproduzir no Mato Grosso os jornais do Rio de Janeiro e da França, antes, tomamos o folhetim como o lugar de injeção discursiva que desterritorializa os sentidos do

Romantismo. Ou seja, a conjugação entre Mato Grosso/Brasil/Europa se dá pelo discurso, e pelo discurso literário.

III- Nacionalismo: *folhetim da unidade e diversidade*

A sociedade mato-grossense do país independente, depois de 1822, se ocupava com as relações internas que se impunham no cenário nacional a propósito da consolidação do processo de independência.

Desencadearam-se embates internos travados entre a Corte e a província, entre o presidente da província (nomeado pela Regência) e as elites que lhe faziam oposição. De modo específico, *A Rusga* – Movimento Armado em Mato Grosso (1840) – significa uma facção social entre 2 (dois) segmentos, [1] os Liberais:

articulados através da Sociedade dos Zelosos da Independência (englobando tanto Moderados quanto Exaltados)

[2] Os Caramurus:

organizados junto à Sociedade Filantrópica, composta, majoritariamente, por muitos portugueses e outros estrangeiros ligados ao grande exportador/importador.

A Rusga é um fato histórico que, tomado enquanto materialidade simbólica, significa o discurso nacionalista, quando os Liberais depõem, à força, o governo liderado pelo partido Conservador, composto por portugueses, estrangeiros e grandes proprietários de terra e escravos.

Esse espírito nacionalista mantém-se no gesto de publicação do folhetim na segunda metade do século XIX no Mato Grosso, mobilizando os sentidos da integração nacional pela língua. A língua nacional para o Estado brasileiro institui-se na escritura literária do folhetim em duas direções:

1- Estabelecendo a diferença (fronteira) lingüística: [1] Brasil e países

hispânicos - porque até onde se fala, se lê e se escreve o português são terras reconhecidamente brasileiras; [2] Brasil e suas fronteiras internas – pela divulgação de uma representação do funcionamento do discurso da oralidade publicado na escritura do folhetim – portanto um discurso da diversidade lingüística, ainda que controlado e contido pela escritura do discurso da escrita. As fronteiras de sentidos regionais, sociais, econômicas materializadas na língua são lugares de visibilidade de um discurso regional, social, econômico.

2- Estabelecendo a unidade lingüística: [1] Mato-Grosso e Corte (Rio de Janeiro) - porque quando se fala, se lê e se representa na escrita o português como se fala, se lê e se representa na escrita o português na Corte fortalecem-se os vínculos de unidade lingüística para a constituição da nação brasileira; [2] Mato-Grosso x Brasil – pela divulgação do discurso da escrita na publicação do folhetim, porque esse gesto retoma os sentidos de representação da oralidade constitutivos e já presentes nas narrativas clássicas, como veremos num próximo capítulo a partir de Genette.

Essas relações de sentidos resultam em que o discurso da unidade prescinde da homogeneização nacional e das diferenças regionais para ancorar o discurso de integração nacional. A diferença lingüística se coloca na relação com os demais países latinos e na relação com as demais regiões brasileiras e a unidade lingüística se dará numa relação discursiva com a tradição européia e com a capital da Província, Rio de Janeiro.

A publicação do folhetim significa um gesto literário que se institui como forma de controle e contenção dos sentidos da diversidade lingüística. Em outras palavras, os folhetins textualizam o discurso nacionalista à medida que delimitam a fronteira lingüística com os países hispânico-latinos, mantendo o imaginário de unidade lingüística com a corte brasileira e, ao mesmo tempo, à medida que acolhe as derivas de sentidos dessa língua – una – atravessada por discursividades fluidas, advindas do discurso da oralidade.

O discurso nacionalista não se explicita apenas pela veiculação de

folhetins que impingem, por seus conteúdos, o sentimento pátrio ou que tematizem o espírito de nacionalidade como os folhetins considerados nacionalistas de Gonçalves Dias, José de Alencar, Visconde de Taunay, dentre outros. O romance considerado regionalista *A Inocência* de Visconde de Taunay, ambientado em terras mato-grossenses, publicado no Jornal do Comércio em 1872 no Rio de Janeiro e re-editado em 1897-1898 – Cuiabá – pelo Jornal *O Republicano*, configura-se dentro desse projeto romântico nacionalista do século XIX.

A posição teórica que assumimos, tomando da relação constitutiva língua/sujeito, tem como pressuposto que o sujeito, este que produz linguagem esteja também significado nela. Desse modo, o sujeito literato brasileiro, o sujeito editor de jornal, etc., significavam na escritura do folhetim o nacionalismo que os constituíam, produzindo pelo projeto romântico literário os efeitos de unidade e integralização nacional brasileira.

Há nesse momento uma demanda histórica que reclama os sentidos do nacionalismo romântico materializados na temática do regionalismo, na descrição da natureza sertaneja, nos processos autonímicos⁵ da escrita/escritura, etc. Buscaremos compreender esses efeitos de sentidos pela articulação entre o processo de gramatização do português no Brasil e o Romantismo.

Lajolo (1996:118) considera:

Em termos da sua disposição na página, e na esteira de sua etimologia, epígrafe e rodapés inscrevem-se, respectivamente, *acima e abaixo* da página. No caso de *Inocência*, o texto entre ambas é também graficamente marcado, salpicado de aspas ou rendilhado de itálicos e negritos através dos quais Taunay sinaliza trechos produzidos por estrangeiros ou por analfabetos e por isso vazados num português que se afasta da norma culta”.

⁵ Discutiremos a noção de “processos autonímicos” posteriormente a propósito de nossas análises, a partir de Jacqueline Authier-Revuz;

Mas consideramos que a nacionalidade se institui no folhetim e aponta para outros funcionamentos discursivos como vemos no folhetim *A Agulha e a linha*, conto de Machado de Assis, publicado no Jornal *A Gazeta de Cuiabá* (1889), pondo em funcionamento o discurso da exemplaridade lingüística e literária, se a língua e a literatura produzidas por este autor carioca valem o capital que lhe fora creditado no nome, na segunda metade do século XIX. Machado de Assis era reconhecidamente um autor nacional; ou no folhetim *Memórias da Rua do Ouvidor* – crônica de Joaquim Manoel de Macedo, publicada no Jornal *A Tesoura*, em Corumbá (1878), expondo o cotidiano da principal avenida do Rio e dando a conhecer ao país sua capital, seu comércio, sua economia, etc.

Vemos que o funcionamento discursivo do conto de Machado e da crônica de Macedo mobiliza os sentidos da unidade nacional, não pela ênfase de uma temática ou de um conteúdo, mas pelo gesto editorial dos jornais mato-grossenses em publicar esses folhetins, fortalecendo a relação discursiva dos sentidos administrados pela própria língua/literatura na esfera nacional. Esse gesto editorial mato-grossense de re-edição dos folhetins de eminentes autores brasileiros que foram, em outro tempo, publicados em jornais do Rio de Janeiro configura a inscrição numa posição discursiva nacionalista.

Nesses termos, sem que seja consciente para os editoriais dos jornais e sem que haja explicitação sobre essas matérias em relação ao discurso nacionalista, entendemos que o discurso sobre a constituição do saber lingüístico textualizado na escritura do folhetim funciona à revelia de uma metalinguagem. O discurso nacionalista está na base que engendra o projeto de unificação nacional dando-se também pela re-edição de folhetins publicados no Rio.

Ao escrever, imprime-se já o que se concebe sobre língua pelas noções mesmas que estão ali postas, significadas. Machado de Assis, na sua crítica

Instinto de Nacionalidade⁶ considerou:

Devo acrescentar que neste ponto manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura.

A divulgação da língua do Estado brasileiro em território nacional pode ser considerada de natureza pedagógica, no sentido de encenar e instituir a exemplaridade na escritura do folhetim: veja como é [pode/deve ser] a língua portuguesa.

Há gestos discursivos mato-grossenses que foram adquiridos e mantidos por resistência da própria elite e do poder a favor do vínculo cultural entre Mato Grosso e Rio. Não se trata de gestos de vontade, mas de determinação histórica. Por exemplo, a fonética do português falado no Brasil que mais se aproxima à fonética do português falado na fronteira, ainda hoje, é a do português carioca, conforme veremos no capítulo que trataremos da língua oral mato-grossense.

A propósito da implantação da norma culta no Brasil, Pagotto (1999:56) considera:

[...] é um processo que se integra historicamente ao modelo de sociedade que uma certa elite implanta, calcado na manutenção da estrutura de dominação. [...] a literatura foi, no século XIX, o grande motor da promoção de novas formas lingüísticas e o grande palco sobre o qual se construiu o discurso sobre a norma culta.

Nesse momento histórico de instituição da língua nacional brasileira que se dá pelo processo de gramatização e pelo Romantismo, intensifica-se o

⁶ MACHADO de Assis. *Instinto de Nacionalidade*. IN: *Críticas Literárias*. Editora Mérito, São Paulo: SP, 1959.

embate travado entre o discurso da oralidade e o discurso da escrita materializados na escritura literária do folhetim. E quanto mais a língua portuguesa precisa acomodar-se ao sabor brasileiro das palavras, mais a escritura literária trabalha a estética da língua em relação ao efeito de oralização da oralidade, produzindo a *quase identidade* empírica entre a língua literária e a fonética do português falado.

Os sentidos para a definição da ordem do discurso literário brasileiro ensejados pelo processo de gramatização e a construção da ordem do discurso da língua fertilizado pelo Romantismo vão se estabelecendo à medida que o sujeito-autor mato-grossense é capturado por novas possibilidades discursivas de dizer, como a da língua nacional. E, do mesmo modo, a instituição de uma língua e uma escritura literária no Brasil sedimentada pelo processo de gramatização apaga os efeitos de sentidos estéticos da língua pela normatização, tanto que fica difícil identificar pela língua o autor do folhetim, se carioca ou mato-grossense. Digamos, são autores nacionais.

IV - Fronteira brasileira: *sua oralidade e seus sentidos*

Numa relação entre a língua falada em Mato Grosso com a língua literária representada no folhetim, buscaremos compreender os processos discursivos determinantes de alguns sentidos já-dados, que naturalizam uma história do português no Brasil. História esta de inclusões e pertencimentos como também de exclusões e silenciamentos.

No entanto, impõe-se a inexistência de estudos de ordem fonético-fonológica contemporâneos à escritura do folhetim mato-grossense da segunda metade do século XIX, que se ocupem com a descrição fonético-fonológica da língua portuguesa no Brasil, em suas diferentes regiões.

A primeira descrição lingüística do português falado pelo sujeito mato-grossense, habitante da região de fronteira com os países vizinhos, data de 1922 a partir dos trabalhos de Antenor Nascentes, o que nos conduzirá à compreensão de sentidos sobre a política de línguas instaurada no Brasil, pela relação posta entre o discurso da oralidade e o discurso institucional da Lingüística, o da descrição.

Começamos por dizer que o conjunto dos fenômenos lingüísticos que caracterizam, hoje, o português falado na fronteira Brasil/Bolívia, sumariado inicialmente por Bisinoto (2000:32)⁷ define-se a partir das seguintes realizações:

1- A indiferença à propriedade do gênero, tanto no uso de artigos quanto no de morfemas flexionais, com destacada predominância do uso do masculino: ‘Eu vou na casa do mamãe’; ‘A casa tá limpo’.

⁷ BISINOTO, Leila Salomão Jacob. *Atitudes sociolingüísticas em Cáceres – MT: efeitos do processo migratório*. Dissertação (Mestrado) em Sociolingüística, sob orientação de Tânia Alkmin – UNICAMP – IEL – Campinas (SP), 2000;

2- A troca de ditongos por vogais nasais e reciprocamente: ‘Ele sofre do coraçon’; ‘Vou trabalhar amanhão’.

3- A realização das fricativas palato alveolares [ʃ] e [ʒ] como africadas palato-alveolares [tʃ] e [dʒ]: ‘Fico olhando a tchuva da djanela’.

4- A abertura da vogal tônica [ɐ] em ambientes de nasalização: ‘Tânia tchegou’; ‘Vou no feira comprar banána’.

5- A Alteração na ordem dos constituintes da frase em relação ao uso comum: ‘Está demais de nervoso.’; ‘Gostosa que tá essa carne’.

6- A supressão de pronomes, preposições, artigos e verbos:
‘Cuidado a dengue!’(=Cuidado com a dengue); ‘Cara de Pelé!’ (=Ele é a cara do Pelé!).

A estas, acrescentamos outras ocorrências que tratam de:

7- A palatalização da fricativa alveolar [s] em final de sílaba, seguida de ditongos: Do[j] ma[j] quatro são se[j]. (=dois mais quatro são seis).

8- A flexão verbal em 3ª pessoa do singular substituindo a 1ª. como em: ‘Eu *foi* com Maria na casa do mamãe’. (=eu *fui* com /.../).

Há, certamente, outros fenômenos lingüísticos ainda não caracterizados além destes que apresentamos. O português falado na região de fronteira é uma língua ainda pouco estudada, logo, pouco conhecida no que tem de particular em relação às línguas faladas em outras regiões brasileiras e em relação à política de línguas estabelecida.

Nosso interesse está em apontar a singularidade desta variante lingüística falada na região que delimita a fronteira do Brasil com os países hispano-americanos, ou seja, no eixo geo-lingüístico que se define pela cidade de Corumbá (hoje Mato Grosso do Sul), passando pela Baixada Cuiabana,

Poconé, Cáceres, até o Forte Príncipe, instalado no século XVIII na então capital do estado de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade. E esta como amostra de uma oralidade lingüística distante daquela representada na escritura literária, embora a literatura brasileira já ensejasse esse gesto discursivo em publicações no Rio.

Dessa variante lingüística, tomaremos apenas a ocorrência do /a/ tônico, baixo antes de consoantes nasais – como espaço de maior visibilidade da realização, numa relação com possíveis não-realizações em ambiências fonológicas idênticas de outras variantes lingüísticas. Ou seja, intuímos que nos mesmos ambientes fonológicos, outras variantes lingüísticas do sistema do português nasalizam essa vogal /a/ quando tende a baixar e a abrir, logo, a oralizar em Mato Grosso.

A partir de um projeto que envolve várias universidades brasileiras, Almeida (1999:109-124) propõe uma primeira descrição das Vogais do Português falado no Vale do Cuiabá, conforme transcrevemos abaixo no que trata, em específico, da vogal tônica, nasal:

A vogal [ã], tônica ou pretônica nasal, geralmente possui timbre semelhante à do português padrão:
mor[ã]o, ar[ã]me, tir[ã]ndo, l[ã]mina, irm[ã],
[ã]nd[ã]ndo, tr[ã]nqüil[ã]o, comp[ã]neiro.

Esta semelhança por vezes também é alterada. Boa parte dos falantes tende ao abaixamento da vogal [ã] tônica, como foi percebido em:

mor[a]o, ar[a]me, tir[a]ndo, l[a]mina, [a]nd[a]ndo,
irm[a], bast[a]nte.

Outra alteração também pode ser notada em verbos de primeira conjugação na primeira pessoa do plural, em que a vogam temática *a* nasalada passa a [a] para denotar tempo passado, como se vê em:

Caç[a]mos, encontr[a]mos, ach[a]mos, fal[a]mos,
cant[a]mos e danc[a]mos.

Registrou-se apenas uma forma [õ] no lugar de [ã], em posição inicial, no vocábulo [õ]nte[õ]ntem. Nesse caso é bem possível que fenômeno ocorre por assimilação ao timbre da vogal tônica.

Almeida (1999) descreve o quadro das vogais orais e nasais, tônicas e átonas correntes do português falado no Vale do Cuiabá, em especial pelo povo ribeirinho com pouca ou nenhuma escolaridade e com idade média de cinquenta anos, embora o autor enfatize ser possível encontrar os mesmos traços lingüísticos comuns dentre os mais velhos, bem como na fala dos mais jovens que permanecem na região.

O autor acentua a singularidade na realização do /a/ tônico, nasal pelo abaixamento e abertura dessa vogal. Consideramos, no entanto, que se trata de um funcionamento categórico de não nasalização do /a/ tônico em ambiente de nasalização, mas consideramos também que se trata de uma regra variável a depender da gradação de nasalidade em diferentes contextos lingüísticos.

Abaurre (1996:496), a partir de Mattoso Câmara Jr. (1970), afirma os estruturalistas terem chegado à conclusão de que há dois tipos de nasalidade na língua: a fonológica – que pressupõe oposição de sentidos, portanto pares mínimos – e a fonética – que pressupõe a variação sincrônica da realização, sem qualquer alteração semântica. Fala-se simultaneamente com um /a/ aberto e com um /a/ fechado:

- aberto: o toque do pi[a]no tá incomod[a]no;
- fechado: o toque do pi[a]no tá incomod[a]no.

Disso, depreendemos que uma análise da realização do [a] tônico, aberto em ambientes de nasalização configura-se enquanto uma nasalidade fonética, mesmo porque uma atestação da não-nasalização da vogal /a/ em ambientes de nasalização rompe a regularidade do sistema vocálico do português brasileiro até então instituído:

/... é a nasalidade fonética que, por ser fenômeno variável, manifesta-se de forma diferente em diferentes dialetos do PB, prestando-se, por conseguinte, a uma análise de cunho variacionista .../

Pode-se considerar a simultaneidade no sistema vocálico do português do Brasil nas realizações do [a] tônico, aberto, baixo ao lado de realizações predominantes do [a] tônico, fechado, médio. Na verdade, qualquer atestação veemente sobre rebaixamento e/ou abertura dessa vogal e suas gradações em contextos lingüísticos distintos demandará uma análise acústica acurada, submetida ao espectrômetro.

O fenômeno lingüístico de nossa amostra constitui-se pelo possível rompimento da regularidade do sistema vocálico do português em relação à realização da variável [a] tônica, nasalizada em contextos lingüísticos idênticos. Regularmente, em relação ao sistema vocálico do português do Brasil, na realização fonética da vogal /a/ em ambientes de nasalização o som sobe e se fecha, expondo-se gradualmente à nasalização. De modo que é sempre nasalizada: quanto mais fechada a vogal acentuada, tanto mais exposta à nasalização e, ao mesmo tempo, tanto mais aberta a vogal acentuada, menor a intensidade da nasalização.

Como vemos, a variante lingüística de nossa amostra se caracteriza, dentre outras ocorrências lingüísticas, pela singularidade na abertura e abaixamento da vogal /a/ tônica em ambientes de nasalização, em oposição à realização do [a] tônico, fechado, médio ou alto, nasalizado, o que produz a diferença dialetal ainda não identificada no sistema vocálico do português brasileiro.

Tô acord[a]no. (*Estou acordando.*)

O gado tá no pant[a]no. (*O gado está no pântano.*)

Cadê o Djóca? - Tá pesc[a]no. (*Cadê o Joca? – Ele está pescando.*)

O c[a]mpo tá cheinho de fror. (*O campo está cheinho de flor.*)

Barre direitinho, guri, o c[a]ntinho do quarto. (*Varra direitinho, guri, o cantinho do quarto.*)

O homi tá de c[a]ma ainda. (*O homem está de cama.*)

Diz ele que [a]ma a mulher dele. (*Ele diz que ama a sua mulher*).

Ele é um [a]njo de pessoa. (*Ele é um anjo de pessoa*).

A esta realização específica do [a] tônico, aberto, em ambiente de nasalização e ao conjunto das demais ocorrências descritas anteriormente, acrescentam-se também outras características semelhantes a do falar carioca, configurando uma variante lingüística, ao mesmo tempo singular – pelo que há de específico do português da fronteira – e similar – pela identidade lingüística com o português do Rio. Essa identidade, dentre outros traços específicos, pode ser percebida a partir de:

a pronúncia chiante, característica principalmente do Rio de Janeiro, e que goza do prestígio sociocultural da antiga capital federal.

O fato lingüístico existe e demanda que se lhe encontremos uma interpretação: trata-se, especificamente, da grande incidência da realização fonética (gradativa) da vogal [a], tônica, aberta, em ambiência de nasalização. No Brasil, o grau de nasalidade pode variar de lugar para lugar, como é o caso de b[ã]n[ã]n[a] no Espírito Santo pela total nasalização do /a/ átono seguido de uma consoante nasal que se nasaliza e muda o timbre em oposição da realização fonética b[a]n[ã]n[a] em que o /a/ átono seguido de consoante nasal não sobe, portanto, permanece baixo e desnasalizado.

Consideramos o modo como se fala na fronteira: b[a]n[a]n[a], em que as realizações do [a] são sempre de rebaixamento e abertura em ambiência de nasalização enquanto definições identitárias da forma-sujeito mato-grossense. Questões estas para nossas reflexões futuras.

Até então buscamos apresentar o funcionamento de um fenômeno lingüístico do conjunto dos fatos lingüísticos do português da fronteira enquanto materialidade simbólica de atestação da existência de uma variante lingüística específica no Mato Grosso. O funcionamento discursivo dessas

singularidades lingüísticas define a língua mato-grossense, atestando performativamente a existência dessa língua sobre a qual falamos.

A constituição do objeto de nossa pesquisa como um todo – o funcionamento discursivo de saberes sobre a língua/escritura literária – toma da escritura do folhetim a materialidade simbólica de análise, impondo que trabalhemos justamente no espaço de tensão e contradição da relação entre escrita/oralidade, como veremos em análises posteriores.

De um lado temos o funcionamento discursivo da tradição literária brasileira estabelecendo e definindo, pelos folhetins, uma certa língua escrita, uma escritura literária e de outro, temos práticas linguajeiras que prescindem de singularidades ímpares, configurando a variante dialetal falada pelo sujeito-mato-grossense, numa relação sincrônica com outras tantas variantes lingüísticas brasileiras.

Não obstante a produção literária brasileira, na segunda metade do século XIX, apresentar algumas obras românticas que se definem por ambiências regionais representadas e configuradas na língua, percebe-se a escritura literária do folhetim em Mato Grosso indiferente aos vestígios de marcas regionais da oralidade. A produção literária divulgada em jornais mato-grossenses pelo folhetim fecha o acordo histórico de unificação nacional e manutenção da forma do sistema escrito da língua portuguesa.

Não há relativização da língua para o sistema da escrita. Os folhetins não representam em sua escritura a fonética do português falado pelo sujeito mato-grossense de modo a caracterizar ou definir a região. Os escritores mato-grossenses assumem perfeitamente a dicção do projeto de integralização nacional do país, de modo que a literatura em circulação é enunciada da mesma posição discursiva das demais regiões brasileiras, a posição sujeito-nacional.

No entanto, nessa história de saberes sobre a língua, há sentidos ainda não formulados e outros já cristalizados pela Lingüística orientando diferentes interpretações dos processos de constituição da língua no Brasil.

Buscamos na história de instituição das línguas do Brasil descrições que, oficialmente, representem a fonética, o léxico, a sintaxe, etc., da língua mato-grossense no propósito mesmo de estabelecer relações e precisar as tensões entre os sistemas de escrita e oralidade. Essa nossa busca faz-nos abrir um parêntese em nosso percurso, em relação às questões primeiras deste trabalho, o que retomaremos nos próximos capítulos.

Atestada a existência da língua, vejamos os sentidos que sobre ela se produziu e se produz na história do português no Brasil. De 1922 temos as descrições do filólogo Antenor Nascentes que, tomando das vogais médias pretônicas como parâmetro de distinção, propõe a divisão fonética do português brasileiro em duas grandes regiões brasileiras, norte e sul. Divisão esta reafirmada pelo próprio autor em 1953 e, mais recentemente, por Cardoso, em 1986, como vemos abaixo subseqüentemente:

Hoje que já realizei o meu ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoc ao Xuí, de Recife a Cuiabá, fiz nova divisão que não considero nem posso considerar definitiva, mas sim um tanto próxima da verdade.

Nascentes (1953-24)

e

Em 1986, em trabalho intitulado “Tinha Nascentes razão? (Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil”, Cardoso (In: Estudos Lingüísticos e Literários. 5. Instituto de Letras/UFBA, 1986, p. 47-59), a partir do que se registra no Atlas Prévio dos Falares Baianos (NELSON ROSII et al. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1963) e no Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais (JOSÉ RIBEIRO et al. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977) examinou as ocorrências das vogais médias pretônicas nessas duas áreas e observou que a isoglossa estabelecida por Nascentes para limite desse fato, nessa região, foi confirmada com os dados geolingüísticos atuais.

Cardoso (1986).

Essa divisão dialetológica do português do Brasil descrita na obra *O Linguajar Carioca*⁸, de Nascentes (1922; 1953), predica grande extensão da região centro-oeste e sua fronteira com a Bolívia enquanto *território incaracterístico*. Nascentes (1922-1953) considera:

Por ser quase despovoada, considerava ele incaracterística a área compreendida entre a parte da fronteira boliviana e a fronteira de Mato Grosso com o Amazonas e Pará.

Os estudos de Nascentes são reatualizados também pelo Projeto Alb, conforme o *site* DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada ISSN 0102-4450 *versão impressa* e são também reiterados por Cunha & Lindley-Cyntra em *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1985).

Do ponto de vista discursivo, consideramos o gesto de predicação que se baseia em dados quantitativos do uso lingüístico enquanto forma de apagamento da relação sujeito/língua/fronteira/história. A língua falada pelo sujeito-mato-grossense constitui a história oficial da língua no Brasil, cujos sentidos são significados pelo silêncio e/ou por uma descrição lingüística que a apaga, melhor, dá-lhe o estatuto de inexistência.

O enunciado *território incaracterístico* de Nascentes (1922; 1953) que predica a região mato-grossense a partir da correlação opositiva espaço/população movimenta os sentidos em diferentes direções, conforme indicação no mapa abaixo, em Nascentes (1922 – 1953):

⁸ NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2ª ed. Completamente refundida. Rio de Janeiro, Simões, 1953.



O enunciado pode significar:

1- Há falantes, mas em quantidade insuficiente para (se) significar no universo dos meus dados;

2- Há falantes e estes apresentam uma prática linguageira que foge às configurações prescritas pela dialetologia brasileira e por isso mesmo apagam-se os sentidos mesmos de existência dessa língua.

Poderíamos considerar ainda outras leituras, aquelas apagadas pelas relações de poder ou aquelas cuja vontade de verdade garante espaço na produção de outros sentidos, como em:

1- Há falantes e por isso mesmo há que se considerar a língua que falam;

2- Há falantes e estes apresentam singularidades em relação às demais variantes lingüísticas faladas no Brasil. Por isso mesmo deve-se

estudar esta variante, em específico, numa relação com as demais.

Predicar uma região como *território incaracterístico* numa relação com a língua e o povo que nela habita é atestar a inexistência dessa língua. Parafraseando o enunciado de Nascentes (1922 – 1953) podemos formular que *se o quê caracteriza uma dada região são o sujeito-falante e sua língua, não havendo sujeito-falante e língua, logo, o território é incaracterístico*.

A AD conjuga, em seus dispositivos teóricos, a relação língua / história. A história de uma língua se dá a partir da atestação de sua existência, do mesmo modo que a existência de uma língua pressupõe a descrição que se lhe corresponde. A questão é que a história não determina as mudanças da língua no tempo, como se de um fora dela, mas a constitui diferentemente em suas condições de produção. A língua muda, porque mudam suas condições materiais de produção, a história que a engendra e o sujeito que a produz. Daí que, tratar da língua é tratar da história que a constitui.

É a compreensão do discurso que nos possibilita tomar o funcionamento discursivo como o que preside os sentidos. De outro modo, operaríamos a partir da correlação biunívoca entre espaço / população.

A tese de Nascentes (1922 - 1953) sobre o despovoamento da fronteira em Mato grosso / Bolívia poderia ser tomada à luz de outras compreensões históricas de ocupação demográfica da fronteira, conforme vemos em Araújo⁹ (2001). Para a autora, por exemplo, essa região é densamente povoada desde o século XVIII, dada a singularidade de como este lado da fronteira se define.

Aliás, a definição dessa fronteira brasileira se define pela aglomeração demográfica de portugueses (leste-oeste) e espanhóis (oeste-leste):

Os espanhóis ocupam, pelo Pacífico, a região dos Andes e avançam para a área delimitada pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Os portugueses, pelo litoral do

⁹ ARAÚJO, Olga Maria Castrillon Mendes. *O discurso de constituição da fronteira de Mato Grosso*. IN: Fronteira: Memória e linguagem. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

Atlântico, caminham em direção ao interior. Forma-se o cenário dos choques constantes pela disputa das terras à época colonial, construindo a trama histórica desse movimento. [...] A região que constituiu o espaço ocupado pela Capitania de Mato Grosso se fez importante para os interesses da Coroa Portuguesa na segunda metade do século XVIII. Cuiabá era o ponto mais avançado dessa ocupação a oeste (Volpato, 1996). Pelos constantes movimentos dos mineradores, em busca de novas jazidas, e o iminente avanço espanhol, desloca-se a necessidade de novo povoamento na região do rio Guaporé, avançando em terras de possessão espanhola pelo Tratado de Tordesilhas.

Discursivamente e pela própria metáfora da quantidade, teríamos elementos lingüísticos o bastante para caracterizarmos o português falado na fronteira, considerando a população que ali se preserva e ocupa a região há séculos atrás. Os sentidos que se produzem sobre a língua no enunciado de Nascentes ligam-se, necessariamente, à representação quantitativa de seus falantes. Os sentidos do enunciado *quase despovoada* derivam-se para outros sítios de significação e levam Nascentes a atestar a região como *território incaracterístico*.

Discursivamente, consideramos que os sentidos se produzem à revelia de categorias lingüísticas de quantificação. *Muito* ou *pouco* falantes produzem – indiferentemente – sentidos sobre a língua.

Esse gesto de Nascentes (1922 – 1953) constitui uma das formas de produção de sentidos a partir do que a Lingüística, a instituição investida, controla e administra sentidos sobre a língua. Trata-se, antes de tudo, de uma leitura determinada historicamente, cuja determinação compreende, certamente, sentidos de um *não descreveu de outro modo, porque não quis dizer de outro modo* como de sentidos de um *não descreveu de outro modo porque não havia elementos que permitissem que falasse de outro modo*.

Não nos ocuparemos aqui com as determinações históricas que levaram Nascentes a esta predicação, buscaremos apenas compreender os

efeitos de sentidos que advém desse seu gesto de interpretação. Isso demandaria conhecer as condições de produção que se lhe impuseram à produção desses sentidos.

O fato é que essa predicação de Nascentes (1922:53) significa os sentidos de uma história interdita da língua, que não fora ainda formulada. Ao predicar a região de fronteira como *território incharacterístico* pela relação constitutiva entre língua/sujeito/história, tornam-se incharacterísticos não só a língua, mas também o sujeito que a fala e a história que os determina.

Pode-se inferir que sentidos da relação colonizador/colonizado entre Brasil/Portugal se reproduzem no movimento das políticas internas de língua no Brasil. O elemento diferenciador das regiões centro-sul em relação à fronteira se instala pela produção de um discurso de conhecimento lingüístico sobre a língua. Há um vazio intelectual sobre a língua falada na fronteira que é preenchido por sentidos impetrados por outrem ou, quando muito, por sentidos do senso comum, se se considerar o pouco que se tem em termos de análises lingüísticas.

O político aqui tem a configuração teórica dada por Guimarães (2002:16), na qual o autor afirma:

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo, o político é um conflito entre uma visão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada.

Há uma língua portuguesa falada na fronteira por um sujeito brasileiro desde o século XVIII: uma língua que materializa o embate histórico das políticas de línguas na definição de nossa língua. A existência dessa língua

– seu reconhecimento – reclama uma sua história, nos termos de Paul Henry, quando afirma que os fatos reclamam sentidos. A língua existe: isso é um fato que pede interpretação.

Temos três possíveis versões para a história da língua portuguesa na fronteira: 1- a que, pelo olhar do colonizador, silenciou os sentidos de existência da própria língua; 2- a que, pelo olhar do colonizado, quer ter um lugar de enunciação na história das variações lingüísticas reconhecidas no país; e, 3- a que, discursivamente, vai se constituindo pelo movimento desses sentidos todos.

A versão sobre a história da língua portuguesa na fronteira – aquela silenciada, interdita – advém de descrições como a predicação de Nascentes e mesmo de uma não-descrição qualquer. A predicação – *território incaracterístico* – refere-se à região considerada pelo autor *quase despovoada*, portanto, no que concerne à língua falada na fronteira esta língua é pouco expressiva para ser catalogada ao lado de outras variantes dialetais do cenário nacional. O contingente demográfico constitui-se caixa acústica por onde se ecoa as múltiplas vozes que definem a língua portuguesa, na relação com os países vizinhos.

Orlandi (1996) afirma “a língua resiste na sua materialidade”. Tem-se instalada a tensão entre sentidos instituídos, pela possibilidade de circulação de uma variante dialetal da fronteira e sentidos institucionalizados (formulações da Lingüística) sobre essa variante. Há uma variante lingüística em uso, portanto um fato que demanda interpretações que, à revelia das caracterizações de Nascentes e/ou de não caracterizações pela Lingüística, preserva-se resistente ao embate dos sentidos significando uma sua história específica e configurando a identidade do sujeito-mato-grossense.

São as diferentes políticas de línguas e as múltiplas posições discursivas que definem o cenário intelectual de pesquisas lingüísticas. Consideramos que o modo pelo qual a fronteira pode significar-se em relação ao

que se produz sobre língua no Brasil deve se dar pelo trabalho intelectual. É pela pesquisa que essa região pode/deve enunciar, formular outras versões sobre a história da língua portuguesa no Brasil. Somente o discurso científico sobre a língua da fronteira poderá produzir o efeito de sentidos de legitimação do conhecimento científico e, em consequência, legitimação da própria língua, do sujeito que a produz e da história que os determina.

Se há uma língua portuguesa que se sedimenta na fronteira Brasil/Bolívia desde o século XVIII, há uma demanda de descrição, análise e estudos para os lingüistas. Perceber a falta de formulação dessa história não é o bastante. Faz-se necessário formular os sentidos dessa história pela produção do conhecimento.

Por fim, a história da língua portuguesa na fronteira constitui-se do movimento de sentidos ainda não formulados e de silenciamento; de sentidos dados por outro; de sentidos que ensejam legitimidade pela via da produção científica; de uma língua que resiste o embate dos sentidos e materializa a história de tensão escrita/oralidade; de tensão entre o instituído e o institucionalizado; e, também de sentidos que dão existência a uma língua falada na fronteira, ao sujeito que a produz e à história que os constitui.

V- Escritura literária: *uma configuração discursiva*

1- Escritura: da enunciação para o discurso

Barthes (1953), em sua obra *O grau zero da escritura*, introduz o termo *escritura* nas discussões da crítica para significar o modo específico da escrita literária. Nesse momento de sua elaboração teórica, o autor afirmou que a escritura se situa entre a língua e o estilo, posto que para ele a língua está remetida a um corpo de prescrições e hábitos comuns a escritores de uma época, e o estilo remetido à herança do passado individual do escritor.

Essa noção é posteriormente reformulada por Barthes (1971) de modo significativo. O autor afirma em *Réponses* (1971:92):

da minha parte, em 1947, eu tinha tentado existencializar [charneliser] a noção; hoje, se vai muito mais longe: a escritura não é um idioleto pessoal (como tinha o estilo), é uma enunciação (e não um enunciado) através da qual o sujeito joga sua divisão se dispersando, se lançando esteticamente sobre a cena da página branca: noção que deve pouco, desde então, ao antigo estilo, mas muito, como o sabem à uma dupla inscrição, no materialismo (pela idéia de produtividade) e na psicanálise (pela idéia de sujeito dividido).

Consideramos que Barthes, numa continuidade de suas reflexões sobre a crise da noção de leitura, no final dos anos 60, na França, produz, 24 anos após o seu *Grau Zero da Escritura*, um deslocamento teórico produtivo da noção de escritura. Talvez pela própria correspondência da relação *leitura/escritura*. Então, tomar a escritura enquanto lugar de enunciação e de dispersão do sujeito, nos termos de Barthes, é, de certo modo, pensar o funcionamento discursivo da escritura.

Questionado, em relação à publicação da obra *Grau Zero da*

Escritura, Barthes afirma em *Réponses* (1971:92):

O “sujeito” (este que mal se conhecia naquela época) é dividido; então, “subjetivamente” eu estava partilhado. Na condição de sujeito de um combate ou desse que tanto eu estimava, ao conhecer a demonstração do engajamento político e histórico da linguagem literária, estava seguro de mim; mas na condição de sujeito produtor de um objeto oferecido publicamente aos olhos dos outros, eu estava bastante envergonhado; lembro-me numa tarde, após ter certeza que o *Grau Zero* seria publicado em Seuil, eu andava *bd* Saint-Michel e eu fiquei vermelho ao pensar que esse livro não poderia mais ser corrigido. Esse sentimento de pânico me toma ainda hoje, após ter escrito alguns textos (nem falo da minha repugnância que causa medo, ao reler meus livros passados); de uma só vez, o poder das palavras me aparecia exorbitante, sua responsabilidade insustentável: me sinto muito fragilizado diante de minha própria escritura; no entanto continuo, largo o texto na circulação, porque digo a mim mesmo que este não é mais que um momento falso do trabalho de escritura, a fase talvez inevitável em que se crê ainda que, como a fala, ela [a escritura] é um pedaço exposto do corpo [...].

Para nós, analistas de discurso, o que deve estar pressuposto é que essa dispersão do sujeito refere-se justamente à dispersão de diferentes posições ideológicas materializadas na escritura.

A partir de suas formulações em *Réponses* (1971), tomar a noção de escritura é inscrever-se no materialismo pela idéia de produtividade e na psicanálise, pela idéia de sujeito dividido. Quer dizer, para efeito de construção do dispositivo analítico deste trabalho, tomamos a escritura do folhetim enquanto lugar de materialização da ordem do discurso literário e do discurso sobre a língua e enquanto espaço de dispersão das diferentes posições ideológicas do discurso sobre a língua.

Ao lado dessas elaborações de Barthes, tomadas a partir de uma

leitura discursiva, consideraremos o que formula Orlandi em relação à escritura, pela Análise de Discurso, teoria na qual nos inscrevemos. Há sentidos que para se significar consistentemente precisam ser trabalhados ou na música, ou na pintura, ou na literatura, afirma Orlandi (1995:40). No que concerne ao discurso da escrita, a autora (1999:7) considera:

[...] importa é que escrita e oralidade produzem diferentes gestos de interpretação.

Orlandi define escritura, mostrando um seu funcionamento específico, como vemos:

a escritura, a meu ver, está ligada a processos em que a literatura se faz presente. Em nosso caso, por exemplo, no século XIX, com nossos processos de gramatização da língua portuguesa, legitimamos uma nossa escrita. Paralelamente, deu-se também o processo literário pelo qual fica visível o estabelecimento de uma nossa escritura específica.

Os discursos da oralidade e da escrita são efeitos de sentidos em movimento e não estabelecem relação direta com a natureza empírica da língua – sua grafia e sua fonética. Tanto o discurso da oralidade funciona na escrita, quanto o discurso da escrita na oralidade e esses diferentes discursos produzem diferentes rituais de escritura, como vemos em Gallo (1992:48):

É importante salientar que, embora a Escrita se apresentasse, a princípio, Escrita, sua leitura (oral) era possível, assim como sua recitação, o que me fez perceber duas instâncias de oralidade: a primeira que se opõe ao texto escrito, ou seja, a que não é Escrita, nem passível de ser e que eu chamo de oralidade de tipo 1. A segunda instância de oralidade, ao contrário, é a “oralização” da Escrita, sua reprodução com todas as características formais e semânticas, que eu chamo de oralidade de tipo 2. (...) Temos, então, dois processos

interpenetrando-se e confrontando-se: por um lado uma Escrita (e sua oralização) cujo efeito é produzir um sentido verdadeiro, único e imutável. Por outro lado, uma oralidade (e sua transcrição), cujo efeito é produzir um sentido não-transparente, inacabado e ambíguo.

2- Escritura: um discurso da tradição

A noção de escritura inscreve-se discursivamente à própria tradição do termo, tomado pela Igreja – origem hebraico-cristã – pela Literatura e pelo Direito. Podemos considerar a partir dos estudos de Claudine Haroche que a relação texto/sujeito significa-se diferentemente na Idade Média, no século XVII e no século XVIII.

Há mesmo um re-locamento dos sentidos em relação ao termo *escritura* que passam por essas instituições – Igreja, Literatura, Direito – produzindo diferentes práticas discursivas, cuja diferença vai se instalar justamente na mediação, posta como necessária, entre o texto e o sujeito. No caso da Igreja, essa relação é mediada pelo clero, o intérprete legítimo das sagradas escrituras; No Direito, pelo legislador ou jurista, aquele que faz a exegese hermenêutica das leis do Estado; Na Literatura, o crítico literário, aquele que conhece e tem o domínio da língua e literatura superiores.

Antes da Idade Média, na história dos hebreus, a escritura consistia numa materialidade simbólica que significava a presença empírica de Yavéh. Os mandamentos outorgados a Moisés no monte Sinai são a recusa material dessa presença, pela distância que separava o divino do humano: o povo se “corrompia” tomando para si outros deuses. Não mais podendo revelar-se ao homem, Yavéh inscreve na pedra a sua Lei, cuja materialidade simbólica passa a substituir-Lhe. Tão distante é a relação entre as instâncias sujeito/texto quanto a relação sujeito/Sujeito.

Na Idade Média, a leitura da Escritura Sagrada institui como prática

discursiva da Igreja uma relação de subordinação do sujeito ao texto. Redigida em hebraico, grego e latim, a Escritura Sagrada deveria ser interpretada unicamente pela Igreja a fim de conter as heresias. Havia uma censura dos sentidos.

No século XVIII essa relação texto/sujeito assume outros sentidos. Haroche (1992) afirma:

[...] as formas de assujeitamento e de fechamento do sujeito na ordem religiosa e depois na jurídica podem se descrever por uma passagem da 'letra' às 'letras'.

O Direito assume o lugar da Igreja e o assujeitamento que persiste se desloca para a relação sujeito/Estado. O sujeito-de-direito é prescrito pelas/nas leis do Estado.

Essa escritura do direito mantém a tradição da obscuridade, da linguagem ininteligível e inalcançável aos leigos. Se na Idade Média a interpretação da Escritura deveria ser mediada pelo clero, no século XVIII essa mediação é dada pelos homens das leis.

A propósito dessa relação entre texto/sujeito, Haroche (1992) afirma que na história de definição e uso da língua francesa, século XVI, recusa-se o uso da língua jurídica como língua comum da cidade porque:

dar acesso a todos ao conhecimento teria sido desconhecer a especificidade da língua jurídica. Pelo estabelecimento de jurisdições, leis, regulamentos, o poder real desenvolve o poder do aparelho de Estado: ele não pode, sob pena de renunciar a este estabelecimento, vulgarizar as significações da língua jurídica, que constitui, com efeito, sua melhor garantia.

Ferdinand Brunot aponta, a partir daí, o diferente uso da língua francesa pela cidade e pela corte e diz:

Vaugelas não se cansou de repetir : ‘é um princípio de nossa língua... enquanto a corte... fala de uma maneira, a cidade de uma outra, é preciso seguir a maneira da corte’. A regra é absoluta ... O uso da corte deve prevalecer sobre aquele outro, sem sobre isso buscar-se razão.

Brunot aponta também para as conclusões de Bary. Segundo Bary, há 3 (três) diferentes modalidades lingüísticas : 1- Aquela dos pedantes ; 2- Aquela vulgar ; 3- Aquela purista . Por volta de 1650 ocorre uma definição, ainda o mesmo autor:

Há de agora em diante uma língua vulgar e uma língua literária, de origem aristocrática.

Essa separação, considera Brunot, iria produzir diferentes resultados, inclusive o aparecimento de uma literatura superior, escrita quase exclusivamente na língua da Corte, o que dará a esse acontecimento – à existência de uma língua literária advinda da aristocracia – toda a importância devida.

Língua e literatura superiores produzem uma escritura literária superior. Desse modo é que a noção de escritura inscreve-se no discurso da erudição e do pertencimento institucional, seja enquanto prática discursiva da Igreja, do Direito ou da Literatura, e a interpretação do texto mediada, controlada pelo clero, pelos homens de beca ou pelos homens das Letras.

Tomar a escritura enquanto material de análise é refletir sobre as práticas discursivas da instituição literária que as produz, bem como suas relações de aliança com o poder sob quaisquer formas de dominação.

Em termos mais específicos, no que concerne à inscrição discursiva da escritura do folhetim publicado em jornais nesse lugar ideológico da tradição, da erudição, pode-se afirmar que a escritura passa a significar os sentidos de tensão e contradição produzidos pela relação oralidade/escrita – língua

vernáculo / língua – justamente num momento em que o romantismo dá o tom e reconfigura, pelos ideais nacionalistas, a escritura brasileira do século XIX sob os auspícios do processo de gramatização brasileira.

Desse modo, a escritura do folhetim, matizada pelos sentidos de recusa material à formatação escrita do discurso da oralidade, enleia-se em seu próprio ritual de escritura, produzindo o efeito discursivo de representação dessa oralidade. Quer dizer, uma oralidade já configurada desde há muito pelo/no discurso da escritura literária.

Nesse caso, o gesto literário de publicação do folhetim constitui-se na possibilidade mesma de a instituição literária apontar para o sujeito-brasileiro o modo pelo qual a língua portuguesa pode/deve ser falada e escrita.

VI- Folhetim: *cenário teatral da oralidade*

A propósito “da inscrição do processo de implantação da norma culta no projeto político de nação das elites brasileiras” Pagotto (1999 :56) aponta o Romantismo como:

o grande responsável pela mudança de postura com relação a certas formas até então ‘populares’.

O autor argumenta que o Romantismo experimenta uma extrema popularização:

abarcando um novo mercado consumidor formado pela burguesia ascendente. O artista, antes dependente de nobres mecenas, agora passa a viver da venda de sua obra. A imprensa se encarrega de difundir mais e mais os romances e a poesia. Isso significa que o escritor precisa alcançar um público maior e menos afeito às formas clássicas de expressão. É então que se dá o alçamento das formas gramaticais emergentes à condição de poder figurar no texto escrito.

Esse movimento trará certamente ressonâncias discursivas definidoras sobre a nação que emerge: sua língua e escrita, sua literatura e escritura. A injunção histórica do romantismo nessa segunda metade do século XIX sobre a produção literária brasileira incide na tensão de sentidos instalada, cuja contradição discursiva entre diferentes posições-sujeito sociais é materializada na língua pela diversidade lingüística. Nada mais contraditório que a aliança entre os ideais libertários do Romantismo e a tradição do discurso da escritura, ou dos processos de gramatização, que homogeneizam línguas a partir de um pressuposto formalista de unidade, se se considerar seus instrumentos: a gramática e o dicionário.

Pagotto (1999:56) aponta ainda para a tensão de sentidos que se coloca no momento do processo de nacionalização, a partir do historiador Antonio Gil (1994) que afirma:

A nacionalidade é estruturada a partir de um duplo enfoque: a nação é vista como criação, através da ruptura com o passado colonial; e ao mesmo tempo se procura uma unidade com o passado que os aproxime da civilização europeia”.

Continua Pagotto:

Ou seja, ao mesmo tempo em que é preciso romper politicamente com a Europa, é também preciso constituir uma elite à imagem e semelhança da qual a nação se construa. Assim, a aproximação com a cultura europeia é uma forma de a elite se manter em oposição aos demais segmentos da população.

Nesse momento de definição do Estado brasileiro, em que a ruptura com o passado colonial europeu e, ao mesmo tempo, a identificação com essa cultura europeia se dá como condição necessária ao processo de nacionalização, a língua e a literatura passam a materializar um imaginário de nação, construído pelo funcionamento discursivo da relação unidade/diversidade lingüística.

Trata-se do processo de gramatização, visto que esta língua una, homogeizante, constrói-se também a partir de um imaginário de língua. Nação esta que se quer autônoma política e culturalmente, mas que se afirma pela necessidade de unidade com a Europa como forma de pertencimento ao conjunto das nações de prestígio na época.

Nesse momento, a relação língua/literatura produz uma escritura que materializa o discurso da unidade/diversidade. De um lado, [1] o discurso da unidade se dá pela inscrição discursiva da língua portuguesa falada/escrita no Brasil à língua de Portugal e pela inscrição discursiva da escritura literária aos

sentidos da tradição. Ou seja, esse discurso da tradição materializado na escrita/língua e escritura/literatura, conforme mostraremos a partir de Auroux (1992), Genette (1972) e de alguns funcionamentos discursivos na escritura do folhetim.

Vejamos essa inscrição discursiva da língua a propósito das reflexões de Auroux (1992) sobre a expansão do processo de gramatização do mundo ocidental no século XVI. O autor afirma:

Temos todas as razões para considerar que o Renascimento constitui uma virada decisiva para essas disciplinas e que ele forma o eixo da segunda revolução técnico-lingüística”. No entanto, aponta para um processo de gramatização que se dera nos primórdios de nossa era, Auroux (1992:37), ao qual refere-se como “a gramatização anterior – do período tardo-antigo ao final da Idade Média.

Enfim, em que consiste o processo de gramatização para que o consideremos lugar de inscrição discursiva da língua escrita numa relação com o discurso da tradição literária? Consiste no modo como se define o processo de gramatização para Auroux (1992:65):

processo que conduz a *descrever* e a *instrumentalizar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário.

A gramática e o dicionário dão legitimidade à escritura literária que ora se instaura no Brasil pela materialidade simbólica da escrita. A base discursiva do processo de gramatização verga-se sobre os sentidos que definem a sobreposição do discurso da escrita em relação ao discurso da oralidade, como vemos a seguir:

Sabemos bem, entretanto, que a norma escrita

veiculada pelas gramáticas transforma as pronúncias, que ela pode suscitar novas associações semânticas, ou ainda novas reinterpretações morfológicas das unidades.

Auroux (1992:70).

Essa sobreposição discursiva põe o Brasil numa relação de unidade e homogeneidade com a Europa, até mesmo porque o processo de gramatização “massiva das línguas do mundo”, nos termos do autor, partiu fundamentalmente da Europa.

Quanto à inscrição da escritura ao discurso da unidade, reiteramos o percurso que fizemos anteriormente, a propósito do texto *Escritura: um discurso da tradição*, no entanto, arejamos esta reflexão a partir das contribuições de Genette (1972:171) quando trata da “Narrativa de Falas”.

O autor considera:

a forma mais ‘mimética’ é, evidentemente, a que Platão rejeita, em que o narrador finge ceder literalmente a palavra à sua personagem.

Ainda o mesmo autor:

esse discurso *relatado* (reportado) de tipo dramático, é adoptado, desde Homero, pelo gênero narrativo ‘misto’ que é a epopéia – e que será o romance, em sua seqüência – como forma fundamental do diálogo (e do monólogo) [...].

Genette (1972:171) mostra ainda o funcionamento discursivo da representação da oralidade na escritura do romance e considera:

uma das grandes vias de emancipação do romance moderno terá consistido em levar ao extremo, ou ao limite, melhor, essa mimese do discurso, diluindo as últimas marcas da instância narrativa e dando logo à primeira a palavra à personagem. [...] o leitor

mergulha(ria) desde as primeiras linhas no pensamento da personagem principal, e é o desenrolar ininterrupto desse pensamento que, substituindo-se completamente à forma usual da narrativa, nos da(ria) a conhecer aquilo que a personagem faz e aquilo que lhe acontece.

Trata-se de uma oralidade e o texto de Genette é a propósito *Das narrativas de falas*, no entanto, como o autor considera: *essa mímese do discurso* é a representação da oralidade.

Vemos com isso que a ordem do discurso literário estrutura-se tomando da literatura clássica o lugar de referência e exemplaridade à produção da escritura literária. O que disse Galilei¹⁰, movido por um espírito racionalista, aos seus discípulos empiristas *se ponderarmos, antes de qualquer observação, que não há anéis em Saturno: que finalidade terá mirarmos o céu pelo telescópio?* Dizemos, em relação à ordem do discurso literário, que os critérios que naturalizam o efeito de unidade discursiva sobre a literatura seguem o princípio: *se determinado quesito literário consta dos clássicos a obra terá valor estético-literário.*

Essa configuração narrativa de oralidade representada na escritura literária desde Homero, em que o narrador dá às personagens a palavra sem qualquer mediação narrativa, produz o efeito da conversação empírica, de uma situação enunciativa. Trata-se, na verdade, de um discurso da oralidade sob o filtro dos processos de gramatização, quer dizer, de um discurso de representação da oralidade, vindo do Romantismo pela escritura literária, no entanto, passado pelo crivo do discurso da escrita, com a instauração da gramática e do dicionário de língua portuguesa do Brasil – instrumentos de controle político de representação.

Ou seja, a escritura literária está submetida às configurações da língua escrita produzidas pelos processos de gramatização e, ao mesmo tempo,

¹⁰ Palestra de Sírio Possenti, a propósito da pesquisa nos Cursos de Letras, por ocasião do FALE, em Alta Araguaia – MT, 1996;

por sua inscrição discursiva aos rituais clássicos de escritura, postos como discursos de referência.

Vejam como o discurso da tradição encontra espaço e se fecha à oralidade na produção literária do folhetim, a partir das seqüências discursivas abaixo:

[1-a] Uma história verdadeira, mas perfeitamente romântica. Um estudante, filho de uma pobre viúva, recém-chegado de Upsala, passeava com os seus companheiros no jardim público, um domingo de manhã. Palestravam alegres, quando notaram que, em direção a elles, caminhava a filha do reitor da Universidade, rapariga gentilissima, que ia à igreja com a sua aia.

[Folhetim *Um beijo venturoso* (Matéria Extraída) – Jornal A Gazeta de 1889 - Cuiabá]

[1-b] Olympia, tu não estás nesse estado desesperado que julgas: vais ficar em breve restabelecida!... não penses na morte, anjo da minha alma; não ves que se tu morreres a mesma campa receberá dois corpos? Tão moça! Tão bôa, tão linda... não é possível, tu não podes morrer, ou Deus é mau, é tyranno, um coração de pedra, um assassino que se não rende a's mais ardentes supplicas e... descreio d'elle.

Que é isso Octávio?! Está's blasfemando? Olha que Deus castiga!

Então cala-te, não me falles na morte! Dize-me que has de viver ainda muito tempo, que em breve iremos passear em terra como fazíamos todas as noites no Bom-Fim.

Olympia ouvia-me e naquelles labios divinos, pairava um suave e melancolico sorriso.

[Folhetim da Opinião: *O Anjo da Bonança*, por A. Correia – Jornal A Opinião – Cidade de Santa Cruz de Corumbá, 14 de janeiro de 1879]

As seqüências discursivas [1-a] e [1-b] materializam – ainda que diferentemente – o modo próprio e legítimo de como o ritual da escritura literária produz os efeitos de representação da oralidade. Observa-se em [1-a] –

classificado como prosa literária curta¹¹ – a presença de um narrador que narra na 3ª pessoa, totalmente fora do acontecimento enunciativo que enreda as personagens da narrativa. A escritura desse folhetim não toma do travessão, marca do discurso da escrita, para distinguir as falas entre personagem/personagem e personagem/narrador.

Institui-se pela escritura deste folhetim um seu pólo oposto correspondente – o sujeito-leitor – se se considerar a relação escritura/leitura. O ritual da escritura desse folhetim circunscreve no próprio procedimento da escritura um sujeito-leitor que instala, do seu lado, o ritual de leitura. É uma escritura que pressupõe uma sua leitura: o discurso da escrita.

O primeiro enunciado do folhetim [1-a], prosa literária *Um beijo venturoso*, é, na largada, um dizer sobre a história que se está a contar *Uma história verdadeira, mas perfeitamente romântica*. A continuidade dessa prosa literária curta, como é designada, aponta ainda para o discurso da escrita quando o narrador passa à descrição da personagem e dos elementos constitutivos para compor a cena enunciativa do texto *Um estudante, filho de uma pobre viúva, recém-chegado de Upsala e Palestravam alegres, quando notaram que, em direcção a elles, caminhava a filha do reitor da Universidade, rapariga gentilissima, que ia à igreja com a sua aia*.

Esta descrição necessária, característica do discurso da escrita, institui um ritual de escritura que vai construindo, montando a cena enunciativa na medida em que o próprio enredo vai sendo tecido. Não há pressuposições de sentidos do folhetim que possam ser, de antemão, apreendidas do contexto enunciativo. Há que se descrever, que se narrar, que se configurar a cena narrada, porque, de fato, o sujeito-leitor não participa enquanto cúmplice da narrativa e conhecê-las é condição necessária à compreensão da história.

¹¹ Designações de Nadaf (2002).

De um lado, pela própria atestação do processo de gramatização que se dá nessa segunda metade do século XIX no Brasil, e de outro lado, numa injunção histórica com os sentidos do romantismo, pode-se considerar a tensão mantida pelo/no funcionamento do discurso da escrita.

Não há um discurso da oralidade, senão uma sua representação pela escritura literária e fonética, no entanto, essa representação da oralidade não se dá do mesmo modo a todo sistema da língua portuguesa. E essa diferença se instala porque a materialidade simbólica da língua não é a mesma, pois que se movem, não se contendo ao sistema da escrita. A escritura do folhetim é cerceada, regulada, estruturada pelo ritual do discurso da escrita, consistindo numa discursividade literária própria, organizada e circunscrita pela materialidade simbólica da escrita.

Esta representação da oralidade, regida pelos processos de gramatização e pela inscrição da escritura literária aos modelos clássicos de literatura, constitui-se no modo mais insidioso e transparente de sobredeterminação do discurso da tradição, textualizado na materialidade simbólica do folhetim.

Em [1-b], novela *O Anjo da Bonança*, embora o travessão não seja utilizado como marca para a mudança de enunciadores, a inversão das falas é bem percebida no modo como o discurso da escrita mobiliza o funcionamento dos vocativos. Num diálogo entre duas pessoas, como é o caso deste folhetim, a distinção das falas entre as personagens pode ser notada. O não uso do travessão, marca do discurso da escrita – não muda o funcionamento discursivo da escritura. Não é pela ausência dessa marca do discurso da escrita que a escritura do folhetim poderá estar mais ou menos suscetível ao discurso da oralidade. Trata-se também de uma escritura que circunscreve um sujeito-leitor – pólo oposto ao sujeito-autor – na escritura.

Esta novela, narrada em 1ª pessoa, apresenta um narrador que é, ao mesmo tempo, a personagem Octávio. Os enunciados que introduzem o

folhetim *O Anjo da Bonança* não são os que se apresentam acima, visto ser este nº 102 apenas uma continuação de números anteriores. O discurso da escrita organiza o ritual narrativo tanto do folhetim *O Anjo da Bonança* como do *Um beijo venturoso*, no Jornal *A Opinião* nº 95, onde começa o primeiro capítulo:

Isto que ahi vae em forma de romance é uma história verdadeira: foi o legado que um amigo sincero me deixou e dando-o à luz da publicidade, não tenho em vista mais que render um saudoso tributo a sua memória. Vae tal qual o recebi. Corrigil-o ou modifical-o fôra tirar-lhe a ingênua naturalidade.

[Folhetim *O Anjo da Bonança* (Capítulo I) – por A. Correia – autor mato-grossense – Jornal *A Opinião*]

Essa possibilidade de a escritura literária mobilizar com o narrador-personagem estabelece no ritual de escritura diferentes efeitos enunciativos: [1] a cena enunciativa que se estabelece entre Octávio e Olympia, discutindo sobre a doença e quem sabe a morte de Olympia e [2] a cena enunciativa que se estabelece entre o narrador e o sujeito-leitor, pela materialidade do jornal. A cena enunciativa [1] produz o efeito de inclusão do sujeito-leitor, enquanto que a cena [2] estabelece a ruptura desse efeito, no momento em que a escritura mobiliza a voz do narrador.

Portanto, não se trata de um discurso direto entre Octávio e Olympia, para o qual o sujeito-leitor pudesse se sentir convidado a participar, mas sim do discurso da escritura literária produzindo o efeito de representação da oralidade em proporções mais e/ou menos intensas, a depender do funcionamento discursivo da mediação narrativa da escritura, como vimos diferentemente em [1-a] e [1-b].

O procedimento de escritura em série do folhetim produz o efeito de convivialidade entre o sujeito-leitor e o trabalho editorial de escritura do folhetim. A continuidade dessa leitura que foi iniciada há dias e/ou semanas atrás põe o sujeito-leitor em relação de interação com a trama narrativa. São

interrupções propostas pelo próprio autor e/ou editorial em momentos de suspense narrativo, a partir de um *continua na próxima edição*, antecipando pelo jogo imaginário de sentidos as expectativas do sujeito-leitor, o que se projeta e se materializa na escritura do folhetim.

Se se considerarmos o folhetim *O Anjo da Bonança* apenas a partir desse número 102, poderíamos tomar do funcionamento discursivo do discurso direto, estabelecido entre Octávio e Olympia, como sendo um lugar de funcionamento da representação do discurso da oralidade, não fosse a mediação do narrador, logo em seguida *Olympia ouvia-me e naquelles labios divinos, pairava um suave e melancolico sorriso*.

Este folhetim continua o nº 102 a partir de uma cena enunciativa exposta ao sujeito-leitor, funcionando discursivamente como que um convite para que dela faça parte, entretanto, surge a voz do narrador apagando esse efeito e instituindo o ritual próprio da relação escritura/leitura. Esse movimento narrativo afeta o funcionamento discursivo da escritura em relação ao efeito de ficção do texto.

Em *Um beijo venturoso* o efeito de ficção se instala pela própria contenção do discurso da escrita: uma narrativa que conta sobre a sedução de um jovem estudante e em *O Anjo da Bonança* a intensidade dessa contenção é menor, no modo como se dá a cena enunciativa [1], porque institui quase que um efeito de veracidade dos fatos pelo funcionamento narrativo de o narrador representar-se também enquanto personagem.

Vão se definindo assim os fios discursivos que tecem a teia da ordem do discurso literário com base nos sentidos da tradição e do discurso da escrita numa oposição do discurso da oralidade que ronda o sistema da língua escrita. Em maior ou em menor intensidade a escritura literária do folhetim, perpassada pelos processos de gramatização, reproduz os sentidos da unidade lingüística, pois que põe o Brasil numa relação discursiva com a Europa pela constituição da memória, do interdiscurso e, fundamentalmente, porque o

território brasileiro pode ser identificado por uma língua, a língua portuguesa.

De outro lado, [2] o discurso da escrita/escritura põe em circulação os sentidos da diversidade lingüística materializados na própria escritura literária. A inconformidade do discurso da escrita em abrir-se para o discurso da oralidade é textualizada no modo como se representa para a literatura através de marcas lingüísticas que, de algum modo, significam um certo desconforto.

Há algo que precisa ser dito de uma forma que não se (con)forma, não toma a fôrma do discurso da escrita. Este lugar discursivo materializa-se no discurso da escrita, sob o modo de sinais gráficos ou marcas lingüísticas que apontam significativamente para a tensão, à contradição constitutiva da escritura literária. Produz-se, pela resistência do discurso da escrita, o efeito de oralização da oralidade, ou seja, de funcionamento discursivo da oralidade na escritura do folhetim, como no folhetim *O sentinela Felício*, do Jornal *A Imprensa de Cuyaba*.

Nesse momento em que a questão da língua está posta como parte do processo histórico de constituição da nacionalidade brasileira, a escritura do folhetim em jornais do século XIX, sob a ação homogeneizante da gramatização massiva do português no Brasil, mantém sua inscrição configurada ao discurso da escrita. Na verdade, a profusão dessas publicações significa o modo mais perspicaz de contenção dos sentidos pela instituição literária. Credencia-se pela escritura as regras e os limites de como se deve falar e escrever no Brasil.

Entretanto, os sentidos não se contêm, não se toleram e explodem para outras regiões da memória discursiva. A escritura do discurso da oralidade na produção literária que constitui o *corpus* desse nosso trabalho é avisada, anunciada ao sujeito-leitor através das marcas lingüísticas. Esse gesto impõe que se marque a diferença entre a escritura do discurso da escrita e o discurso da oralidade.

Trataremos mais detalhadamente dessas marcas lingüísticas em

nossas análises no próximo capítulo.

VII- Folhetim: *outras cenas da oralidade*

Como vimos, o procedimento narrativo da escritura do folhetim possui funcionamentos discursivos distintos: Um primeiro, que estabelece distâncias entre a história, o narrador e o sujeito-leitor, como em *Um beijo venturoso*, pondo o narrador a contar um fato sobre o quê ele mesmo desconhece, e outro segundo, que mobiliza um funcionamento discursivo diferenciado ao pôr o narrador como personagem do enredo narrativo numa relação com a outra personagem, portanto, um narrador onisciente que, envolvido na própria trama, conta a história, como em *O Anjo da Bonança*.

Buscaremos compreender nesse momento outros diferentes funcionamentos discursivos da narrativa constitutivos da escritura literária do folhetim, os quais estruturam diferentes formas de contar/dizer, diferentes espaços enunciativos de encenação da oralidade pela escritura do folhetim. Consideramos que essa diferença no modo de textualizar a tomada da palavra na escritura literária narrativa pode significar um conhecimento sobre língua, bem como as possibilidades da materialidade simbólica da língua discursivizar sobre si mesma.

A língua é capaz de poesia, Milner (1978), e isso significa também considerar que a língua é condição à poesia. Radicalizando, poderíamos afirmar que haveria língua sem poesia; porém, jamais, poesia sem língua, porque a poesia é depreendida da materialidade simbólica lingüística. Em sendo na escultura ou na pintura, a estética artística não seria a poética.

A escritura literária do folhetim maneja a língua suficientemente bem colocando-a no limite de se auto-narrar, à medida que nos colocamos num lugar teórico que toma da relação entre palavra/coisa como constitutiva uma da outra. Não há separação entre linguagem/pensamento, entre palavra/coisa, entre significante/significado. Naturezas opostas e constitutivas.

Outros rituais de escritura passam a co-existir, com maior visibilidade, à produção literária do folhetim. Cronistas tais como O Sentinela Felício, O Mironi, dentre outros que publicavam nos jornais, mobilizam também de um outro modo os sentidos da oralidade.

Como os modelos anteriores, trata-se também de um ritual de escritura estruturado na narrativa literária, que nesse momento histórico e político de definição de uma língua para o Brasil, agenciado pelos ideais românticos e pelo processo de gramatização, pode ser tomado como um gesto de preservação/imposição da língua escrita e falada. A escritura literária brasileira acolhe o discurso da diferença e utiliza-se de procedimentos autonímicos de metalinguagem para apontar à incongruência dessa convivialidade na língua.

As reflexões de Authier-Revuz (1998) discutem profundamente uma estética da língua, tomada no seu limite enquanto materialidade simbólica significada sobre si mesma. Consideramos que essa sobreposição da forma significativa em relação a um seu conteúdo e suas diferentes formas de representação dão à ordem do discurso da língua uma sua configuração.

A autora discute a noção de heterogeneidade constitutiva da língua e do sujeito, cujo fenômeno se mostra fundamentalmente pelas não-coincidências do dizer com ele mesmo. Essas não-coincidências estão materialmente textualizadas numa organização sintagmática da língua, em que a estrutura lingüística deixa escapar – em simultaneidades – a dispersão por diferentes fios discursivos. Os sentidos são inapreensíveis pela forma, por isso a possibilidade da poesia, da polissemia.

O que se pode afirmar a partir de Saussure sobre o eixo sintagmático enquanto ordenação e linearidade lingüísticas, ainda, sobre a impossibilidade de emitirmos ao mesmo tempo mais de um fonema, abre espaço para o funcionamento discursivo do múltiplo, do diferente, da heterogeneidade. A alteridade é constitutiva da língua: o fio único do discurso se dispersa na

proporção mesma em que o Outro se significa na língua.

Esse fio único do discurso que se abre para o múltiplo pode ser lingüisticamente materializado, conforme vemos em Authier-Revuz (1998:19):

5) sinais tipográficos (aspas, itálico) e de entonação, com um estudo crítico dos trabalhos consagrados às aspas, levando a caracterizá-las como “arquifonemas” da Modalização Autonímica;

A modalização autonímica é tomada por Authier-Revuz enquanto um fenômeno lingüístico que diz de si mesmo, ou seja, nos termos da autora:

/... o dizer representa-se como não falando por si, o signo, em vez de preenchê-lo, transparente, no apagamento de si, de sua função mediadora, interpõe-se como real, presença, corpo – objeto encontrado no trajeto do dizer e que se impõe a ele como objeto – ; a enunciação desse signo, em vez de se realizar “simplesmente”, no esquecimento que acompanha as evidências inquestionáveis, desdobra-se como um comentário de si mesma.

Consideramos o funcionamento discursivo da modalização autonímica proposto por Authier-Revuz num possível diálogo com a leitura de Foucault (1992:63) sobre Dom Quixote, quando afirma:

O texto de Cervantes se dobra sobre si mesmo, se enterra na sua própria espessura e torna-se para si objeto de sua própria narrativa.

Nesta pesquisa, particularmente, o funcionamento discursivo da modalização autonímica nos servirá de lente para compreendermos os sentidos desse *torvelinho* simbólico-discursivo a partir da escritura literária pelo discurso da escrita. A ordem do discurso da língua se define pela impossibilidade de captura do real ao mesmo tempo em que a ordem do

discurso da escrita se define pela impossibilidade de captura do simbólico, numa perspectiva em que se pode afirmar em relação ao discurso da escrita como Foucault (1992:63):

Dom Quixote assumiu sua realidade. Realidade que ele deve somente à linguagem e que permanece totalmente interior às palavras.

Nos folhetins que analisamos, a ordem do discurso da escrita se define pela repulsa à injunção do discurso da oralidade materializada nas derivas do simbólico – materialidade escrita – pelos sinais tipográficos das aspas, do itálico, etc. Desse modo, consideramos essas marcas lingüísticas como lugares de denúncias à presença do discurso da oralidade pelo discurso da escrita e, que em decorrência disso, apresentam-se anunciadas, evidenciadas na escritura literária.

Os cronistas mato-grossenses O Sentinela Felício, O Mironi, dentre outros, empregam um *eu* e um *tu* de modo a produzir um efeito de interlocução com os leitores. A exemplo do que afirma Câmara Jr. (1962:83) a propósito da obra de Machado de Assis – autor com algumas publicações em Mato Grosso – os cronistas mato-grossenses procuravam, pode-se afirmar:

muitas vezes recriar o elemento da situação concreta, estabelecendo, discreta e esporadicamente embora, um quadro ambiental para se dirigir a seus leitores.

Câmara Jr. estabelece nos *Ensaio Machadianos* uma relação entre a estética narrativa de José de Alencar e Machado de Assis:

em Machado de Assis um coloquialismo intencional, em que o escritor conversa despreocupadamente com os seus leitores; em Alencar uma franca atitude de elaboração escrita, de fazer arte com a pena, como o pintor com o pincel.

O que não podemos perder de vista é que o jogo lingüístico proposto por Machado, em sua escritura literária, não se significa fora da configuração do discurso da escrita. Toda a espontaneidade, informalidade e não observação dos protocolos próprios do ritual da escrita não descaracterizam a escritura literária. Tais procedimentos de escritura passam a ser absorvidos pela prática discursiva da instituição literária.

Embora haja, a partir do ponto de vista de Câmara Jr., na escritura literária machadiana um coloquialismo e aproximação do escritor com o leitor, em oposição às formulações literárias de Alencar, consideramos de extrema relevância o que Alencar considera em relação à língua, a propósito da escritura literária:

A linguagem literária, escolhida, limada e grave, não é por certo cediça e comum que se fala diariamente e basta para a rápida permuta das idéias: a primeira é uma arte, a segunda é simples mister.

Alencar diz da ordem do discurso literário, ou seja, de um efeito de sentido estético da oralidade da língua produzido – de modo particular – pela escritura literária. É a arte com a palavra.

A oralidade que se representa na escritura literária não se equivale – certamente – àquela que demonstramos nos parênteses de amostragem da língua oral em Mato Grosso, mas é produzida pelas configurações dadas pela ordem do discurso da escrita.

Vejam os outros funcionamentos estéticos da narrativa em que os procedimentos lingüísticos jogam com a oposição escrita/oralidade. No caso da crônica *1ª Quinzena de Setembro*, a palavra é dirigida ao leitor por um narrador em 1ª pessoa e este leitor apresenta-se como sendo um seu cúmplice na narrativa:

Estimabilíssimos leitores! Vivorio!
Preparar... apontar... fogo-brrrrrrrrrrr-páo!...
La se foi pelos ares! Levou a poeira todo o castelo de listas, chapas, sub-chapas, cabalas, altas e baixas etc. etc. *Risum teneamus* ah, ah, ah!... ri-se gostosamente certo presidente efetivo do jogo de truco. Estais bem certos, meus caros leitores, de que o vosso velho criado não se mete em política; mas tocar um pouco na burla – eleição – não é nem-um pecado mortal, e nem me é proibido pelo meu próprio programa (...)
Como já vistes, houve descarga cerrada contra as diversas listas [...]

(Crônica: 1ª Quinzena de Setembro; Jornal *A Imprensa de Cuyaboa*, nº 62, de 23 de setembro de 1860)

Esta crônica *1ª Quinzena de Setembro* põe o narrador numa relação direta com seus leitores pelo “Estimabilíssimos leitores!”, “Estais bem certos” e “Como já vistes” e representa, pelo discurso da escrita, o burburinho de um pleito eleitoral. O cenário das eleições é descrito pela narrativa de seu desfecho “ri-se gostosamente certo presidente efetivo do jogo de truco”.

Não há uma história a ser contada, na relação autor/leitor, mas uma história que toma dessa relação a condição de sua existência e nela se constrói, se enreda. Vemos também que a escritura da crônica acima produz o efeito de sentido de uma oralização do discurso da escrita falado, ou seja, a crônica é a escritura de uma representação da oralidade, cuja oralidade está estruturada pelo discurso da escrita, como em discursos oficiais ritualizados: religioso, jurídico, político-administrativo, etc. Ao enunciar pela escrita “estimabilíssimos leitores”, produz-se os sentidos de uma escrita oralizando um discurso da escrita.

Vemos aí o funcionamento discursivo do jogo do simbólico: o discurso sobre a língua se auto-representando. Outras formas de o discurso da escrita expor um seu fora – a oralidade – mostra-se na materialidade simbólica da escritura literária pela presença de marcas lingüísticas – sinais tipográficos – tais como o itálico, as aspas, os termos grafados em maiúsculas, notas

explicativas de roda-pé, etc., como veremos mais pormenorizadamente em nossa análise a propósito da crônica.

Pode-se afirmar, na verdade, que não há co-existência de diferentes rituais de escritura mobilizada no folhetim – como os rituais dos discursos da escrita e da oralidade – temos novamente os sentidos do discurso da escrita sobrepondo-se – como é na tradição – ao discurso da oralidade. O discurso da oralidade tenta encontrar espaços de significar na escritura literária, no entanto, o discurso da escrita o sufoca, o apaga, impondo-se-lhe um seu representante.

No entanto, a representação do discurso da oralidade sob a configuração da materialidade simbólica da escrita muda e muda porque os sentidos e a história que a determinam também mudam.

A oposição discursiva unidade/diversidade tem sido tomada até então fora das configurações analíticas da noção de formação discursiva. Como vimos anteriormente, a propósito do quadro teórico da AD, a formação discursiva se define pela possibilidade mesma de sua inscrição numa formação ideológica dada. Buscaremos compreender esse funcionamento em relação ao material de nossa pesquisa, como se segue:

Consideraremos que FD [1] inscreve-se ideologicamente no discurso conservador da tradição literária, produzindo para o discurso da língua escrita, os efeitos de sentidos de uma língua instituída sob a égide do Romantismo, por isso língua nacional e do processo de gramatização, por isso língua brasileira. É a língua da correção construindo um sujeito incluído, brasileiro, aquele que escreve/fala no Brasil e, a reboque, é um seu cidadão.

Esses sentidos inscrevem-se no que afirma Pagotto:

O movimento pendular das nossas elites tende, agora, para o lado europeu e terminamos o século XIX com a norma culta mais européia do que nunca "ainda" com uma norma culta ainda mais distante do português brasileiro.

A preservação dessa forma lingüística nos folhetins de Mato Grosso – inscrição ideológica no discurso da tradição clássica – significa os sentidos de pertencimento da região ao conjunto dos demais estados da Federação, visto que o efeito de unidade lingüística constitui-se condição ao estatuto de nacionalidade. Escrever na fronteira como se escreve no Rio, em São Paulo significa manter vínculos de identidade e unidade com esses outros estados brasileiros.

A FD [2] materializa o funcionamento ideológico de tensão, de contradição, de embate dos sentidos entre o discurso da escrita e o discurso da oralidade. Estabelece-se uma disputa de sentidos, em que a oralidade ameaça a ordem do discurso da escrita e o discurso da escrita resiste. A predominância do discurso da escrita, que se folga no conforto acomodado das regras, representa não apenas a oralidade, mas a si mesma, na crônica *1ª Quinzena de Setembro*: “Estimabilíssimos leitores!”. É a escritura literária da crônica representando uma oralidade pelo discurso da escrita.

A FD [1] mostra o efeito de unidade lingüística, conferindo ao país o estatuto de nação e a FD [2] mostra o funcionamento discursivo da diferença lingüística configurada no sistema da língua escrita, numa sua parte de fora, fosse o sistema a-histórico e sem fendas. Nesses espaços nos quais se esbarram escrita e oralidade a escritura literária do folhetim mobiliza os sentidos de unidade e diversidade lingüísticas.

Quanto ao que afirma Orlandi (1999) da relação lingüística entre Brasil e Portugal *falamos a mesma língua, mas falamos diferente*, diríamos da relação lingüística entre Mato Grosso e outras regiões brasileiras *falamos diferente, mas falamos a mesma língua*, significam o desejo da unidade e identidade com os grandes centros culturais brasileiros. Nessa relação, o Outro é o outro.

As reflexões de Pfeiffer (2001:167) sobre o discurso das polêmicas

entre Brasil e Portugal apontam 4 (eixos) coexistentes que significam diferentes relações de confronto dos sentidos sobre a língua, os quais podem ser pensados na relação Mato Grosso e demais regiões brasileiras: 1- O lugar discursivo da nacionalização, pondo em oposição os sentidos da língua quinhentista (Portugal) e a língua moderna (Brasil); 2- O lugar de dizer do português sobre a língua do Brasil; 3- A posição do sujeito-brasileiro que reivindica o Português de Portugal; 4- A posição discursiva a partir da qual se pode enunciar “dentro do país se faz a língua portuguesa em vários ‘Brasis’ diferentes”.

A tensão, a contradição de sentidos da/sobre a língua são constitutivas da língua pelo próprio processo de gramatização, segundo Pfeiffer (2001:168):

O processo de gramatização, funcionando como instrumento de estabilização, pressupõe o estancamento da língua a ser gramatizada, apagando outras línguas que produzem as instabilidades e polêmicas em torno da língua que falamos. [...] Este processo é marcado por um deslocamento de uma escrita oficial para uma língua oficial (em que se apagam outras línguas que só se apresentam sob a forma do discurso da oralidade (Gallo, 1993) se dar. O fato desta estruturação se dar fortemente pela escrita trabalha em seu imaginário sua função de cercear, impedir a “corrupção” da oralidade.

Essa convivialidade discursiva da relação unidade/diversidade lingüística materializada na escritura do folhetim permite questionar que *se já é tempo do brasileiro escrever como se fala no Brasil, por que as crônicas, os contos, enfim, os folhetins de autores mato-grossenses não apresentam vestígios lingüísticos de uma oralidade mato-grossense?* Diríamos que é porque a ordem do discurso da escrita resiste na sua materialidade, dando à oralidade apenas o espaço de enunciar sua existência, um seu avizinhamento, uma sua presença. O sistema lingüístico institui à materialidade simbólica da língua

oral um seu representante.

Há uma oralidade do português representada na escritura literária do folhetim mato-grossense, uma oralidade lingüística considerada de prestígio, a do falar carioca.

As diferentes formações discursivas em relação à língua definem os sentidos de unidade e diversidade, inscrevendo-se no Romantismo. No século XIX, Hegel afirmou que o “romance é a epopéia burguesa moderna”. Ou seja, o folhetim tomado enquanto lugar de um saber sobre a língua estará significando os ideais do Romantismo do seguinte modo:

- construindo um sujeito-nacional – conhecedor e tomado pela discursividade da língua oficial do Estado, língua culta, língua articulada que significa a unidade lingüística, nacional;

- construindo um sujeito-nacional – que se apropria, pela língua, de sentidos do Outro e por isso mesmo é capturado pelos lugares ideológicos instituídos no sistema – que, como sabemos não é fechado – pela sua relação com a exterioridade, produzindo os sentidos da diferença lingüística instituída;

A publicação de obras literárias em jornal amplia o acesso à literatura. A tiragem do jornal mato-grossense aumenta a lista do público seletivo e esse gesto reforça os sentidos sobre a língua no Brasil, instituindo, estabilizando uma língua nacional brasileira, calcada na unidade/diferença. O projeto de nacionalização se alia, corretamente, a procedimentos de efetivação: o jornal, por exemplo.

Como afirma Pagotto, em Portugal, o Romantismo produz o alçamento das formas lingüísticas populares à condição de língua de prestígio. No Brasil, o Romantismo define uma língua para o Estado, dando-lhe o estatuto de norma culta do português e, ao mesmo tempo, legitimando a diversidade lingüística. A escritura literária do folhetim constitui-se lugar de funcionamento de discursividades de diferentes ordens.

Consideramos essa segunda metade do século XIX no Brasil marcada

por uma escritura literária que, ao lado do processo de gramatização da língua do Brasil, dá espaços a um pensamento descritivo-relativista, ainda que regulado pela escritura literária.

De modo específico, consideremos o folhetim *Inocência*, de Visconde de Taunay, publicado no jornal *O Republicano*, em 1897-98¹², como um lugar de materialização dessa contradição discursiva .

Trata-se de um romance-folhetim ambientado em Mato Grosso que comporta as derivas semânticas de uma noção relativista da língua. Embora muitos termos supostamente falados na região se mostrem cerceados pela escritura do discurso da escrita a partir do uso de aspas, itálico, notas de rodapé, etc., o autor põe em funcionamento termos que mobilizam uma escritura diferenciada daquela legitimada no Rio e, ao mesmo tempo, que mostra a coexistência de uma posição discursiva normativa e uma posição descritiva da língua.

A obra de Taunay, *A Inocência*, estrutura os eixos das polêmicas discutidas por Pfeiffer (2001) entre Brasil e Portugal, numa relação Mato-Grosso/Brasil, do seguinte modo: 1- O lugar discursivo da nacionalização, pondo em relação de unidade os sentidos da língua moderna, instituída como língua oficial do Estado; 2- O lugar de dizer do sujeito-brasileiro (não-mato-grossense) sobre a língua de Mato Grosso; 3- A posição do sujeito-mato-grossense que se nega, reivindicando o Português de Portugal e do Rio; 4- A posição discursiva a partir da qual se pode enunciar “dentro do país se faz a língua portuguesa em vários ‘Brasis’ diferentes” e, no caso, Mato Grosso é um deles.

Leiamos Taunay em *Inocência*:

- Neste lugar, disse o mineiro apontando para o pomar,
todos os dias se juntam tamanhos bandos de *graúnas* (1),

¹² Não foi possível juntar este folhetim ao conjunto do quadro de anexos, considerando que o rolo de microfilme em que consta o Jornal *O Republicano* desapareceu do Arquivo Público de Mato Grosso antes que pudéssemos digitalizá-lo. A leitura e anotações desse jornal foram realizadas antes desse incidente.

que é um barulho dos meus pecados. *Nocência* gosta muito disso e vem sempre coser debaixo do arvoredado. É uma menina esquisita...

Parando no limiar da porta, continuou com expansão:

- Nem o Sr. Imagina... Às vezes, aquela criança tem lembranças e perguntas que me fazem *embatucar*... Aqui, havia um livro de horas da minha defunta avó.

(1) Pássaro de plumagem negra como indica a denominação indígena – *guira una* (pássaro preto) o seu canto é muito melodioso e seus hábitos eminentemente sociais.

[Folhetim *Inocência* de Visconde Taunay no Jornal *O Republicano* 1897-1898]

As notas de rodapé fazem parte da escritura do romance-folhetim. É a segunda metade do século XIX, período de nossa gramatização e estabilização da língua no Brasil. Assim como os gramáticos brasileiros escrevem e descrevem a língua, os literatos também definem e estabilizam os sentidos de uma língua literária, como vemos em *Graúnas*, *Nocência* e *embatucar* – termos marcados como espaços de embate de sentidos com o Outro – pela reversão de sentidos sobre eles mesmos com o uso do itálico ou a nota de rodapé, textualizando diferentes posições discursivas em relação à tomada da palavra.

Em *Graúnas*, os sentidos de unidade se postam pela normatização, pela explicitação do termo na nota de rodapé. É o processo de gramatização, instrumentalizado pelo dicionário, definindo e estabilizando pela literatura a língua nacional brasileira. Não apenas temos a novidade do termo como que descrevendo a ave, como se tem também o sentido no qual este termo deve ser empregado.

Em *Nocência*, o Outro importuna a ordem do discurso da escrita, e por isso mesmo se mostra, pela posição discursiva de sentidos sobre a língua, pressupondo uma certa permissividade da norma no espaço enunciativo do discurso familiar. *Nocência* por *Inocência* no modo de referir faz diferença na

relação entre o pai e a filha.

Em *embatucar* percebemos o gesto discursivo 2 em funcionamento, ou seja, o Outro num olhar de estranhamento sobre a língua, supostamente regional.

Se por um lado, as polêmicas para a instituição da nacionalidade brasileira sobre a base do efeito de unidade lingüística confere ao Brasil o estatuto de nação, do mesmo modo, essa língua que vai se fazendo, se constituindo pelas diferenças no espaço interno do território nacional é também um lugar de atestação de nossa nacionalidade legitimada.

Ou seja, à revelia das polêmicas sobre a língua – que língua é e de quem? – funcionam os sentidos pré-construídos de que a estabilidade de uma língua nacional instituída comporta a diferença.

Em sendo assim, a escritura do folhetim constitui-se num espaço literário que, não importando o gênero discursivo do folhetim, põe em movimento um saber sobre a língua portuguesa do Brasil, no século XIX.

VIII – Crônica: *escritura de um acontecimento discursivo*

O período de publicação da crônica no jornal de Mato Grosso concentra-se, fundamentalmente, entre 1881 – 1898. Em 1881, quando da publicação no jornal *A Província de Matto-Grosso* por O Mironi e em 1898, quando da última publicação da crônica oitocentista por França Júnior. Esse é o período mais intenso de publicação da crônica, visto que em 1860 O Sentinela Felício publicou sua crônica primeira no jornal *A Imprensa de Cuyabá* e em 1879 e 1881 O Mironi publica a segunda e a terceira no Jornal *A Província de Matto-Grosso*.

Tomamos esse aumento efusivo de publicação da crônica entre 1881-1898 enquanto metáfora de instauração de uma modalização outra no ritual do discurso da escritura literária. A textualização do cotidiano sob a modalidade de crônica instiga a ordem do discurso da língua escrita a sair de seus compartimentos. Mais que isso, a crônica funciona como um discurso que põe em funcionamento o efeito de oralização da escritura literária, de um lado e de outro, o efeito de reconfiguração da materialidade simbólica da língua enquanto matéria prima dessa nossa escritura literária.

Pode-se afirmar que a crônica constitui-se em espaço de definição da língua brasileira, já que a representação da oralidade, configurada no discurso da escrita, passa a comportar outros diferentes rituais de escritura. Ou seja, a representação da oralidade presente na crônica mobiliza diferentes rituais de escritura em relação a outros gêneros literários, como o conto, o romance-folhetim, a poesia, etc.

Desse modo, o gesto discursivo de publicação da crônica configura-se como um acontecimento de linguagem à medida que o conhecimento sobre a língua produzido pelo funcionamento discursivo de escritura da crônica passa a constituir essa língua que ora se instala no Brasil. Essas configurações que

definem a escritura da crônica, constitutivas da materialidade simbólica da língua, definem os sentidos para a língua brasileira, que ora se estabiliza.

A crônica configura-se enquanto um discurso que re-significa a escritura literária ao mesmo tempo em que estrutura a língua brasileira. Produz-se desse modo o efeito de cronicização da língua – a instauração de uma nova entrada enunciativa na escritura literária – em duas instâncias: na escritura literária do folhetim e na produção lingüística de uma oralidade cotidiana. Esta normatizada também por aquela.

Isso se define, para nós, como o encontro recíproco de uma dada matéria simbólica lingüística e a história, em dadas condições de produção que, produzindo outros sentidos pela relação com o interdiscurso, produz-se também outros sentidos sobre a língua, a partir do funcionamento narrativo da crônica. Ou seja, a língua falando de si mesma, como afirma Pfeiffer (2001:169), a partir das formulações de Aurox (1992):

A escrita é metalinguagem em si mesma, isto é, ela diz sobre ela mesma, ela se mostra. Neste sentido, diria ainda que ela não é origem de um saber lingüístico, mas condição de possibilidade desse saber. O que propulsiona a reflexão lingüística é a existência de uma alteridade. Esta alteridade é evidenciada pela escrita já que nela há a legitimação de uma forma lingüística em confronto com várias outras que estão em funcionamento em um mesmo espaço lingüístico. E nesta materialidade da escrita irrompem conflitos destas várias línguas.

Consideramos que a relevância desse acontecimento discursivo de linguagem se dá pela simultaneidade de práticas discursivas institucionalizadas pela literatura (Romantismo) e pela língua (Processo de gramatização) nessa segunda metade do século XIX e que não são triviais: [1] o Romantismo institui pela literatura uma definição de língua para o Brasil ao mesmo tempo em que a Gramatização institui uma língua para a Literatura; [2] o Estado brasileiro consolida o efeito de sentido de unidade lingüística

impetrado tanto pelo Romantismo como pela Gramatização; [3] a literatura dita as regras para o uso da língua, tanto para a escrita, quanto para a oralidade ao mesmo tempo em que a língua se dá como condição à escritura literária (matéria prima do literato); [4] a imprensa divulga uma escritura literária produzida pela possibilidade mesma da materialidade simbólica da escrita; [5] os sentidos da diversidade lingüística escapam aos limites postos pelo ritual de escritura do discurso da escrita; etc.

A intensificação empírica no gesto de publicação da crônica no jornal mato-grossense advém de determinações históricas de naturezas diferentes, ou seja, de uma inscrição discursiva que joga com os sentidos da oposição entre oralidade/escrita e diversidade/unidade.

Busquemos mais detalhadamente os sentidos dessa dupla inscrição: [1] De um lado, este acontecimento de linguagem re-instaura – portanto re-significa – sentidos da oralidade fundados já numa tradição da escritura literária, como já o dissemos anteriormente a propósito da *Narrativa de falas*, de Genette (1972:171); e, [2] por outro lado, funda-se na discursividade descrita por Orlandi (2002:22), quando afirma:

a língua fluida é a que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas.

Esses mesmos sentidos estão presentes em Lajolo (1996:110), a propósito do discurso da oralidade na escritura literária.

Lajolo considera:

em meados do século XIX, o Brasil era um país cuja cultura mantinha traços fortes de oralidade.

A autora aponta algumas razões para isso, dentre as quais [1] o gesto de resistência das culturas de tradição oral – indígena, africana e camponesa – aos novos processos de disciplinarização dos sentidos – no caso da língua – nos

termos de Foucault, instituídos pela escola, imprensa, literatura (escrita), instaurando pela *letra* outras práticas discursivas; e, [2], a instituição da política obscurantista portuguesa instaurada pela proibição da imprensa até o século XIX.

Pode-se afirmar ainda, a partir de Lajolo (idem), que essa oralidade passou a constituir-se, ao lado da metaficção, em elemento responsável pela sedução do leitor brasileiro e que os escritores brasileiros o fizeram com sucesso. A autora o demonstra apontando para o ritual de escritura da oralidade instituído nas obras *Lucíola* e *Iracema*, de Alencar e *Inocência*, de Taunay, cujas publicações sob o modo do folhetim se deram tanto nos jornais cariocas como mato-grossenses.

Os sentidos da oralidade no ritual da escritura literária passam a funcionar como um lugar de captura, significação e identidade do sujeito-leitor. Há um sujeito-leitor brasileiro que, ao apropriar-se da língua que ora se institui, significa ideologicamente um saber sobre a língua no momento mesmo em que enuncia.

Há que se levar em conta que, segundo Orlandi (1999:20):

[...] quando dizemos que o sujeito, para se constituir, deve-se submeter à língua, ao simbólico, é preciso acrescentar que não estamos afirmando que somos pegos pela língua enquanto sistema formal, mas sim pelo jogo da língua na história, pelos sentidos.

Poderíamos dizer que se trata de um movimento dos sentidos no ritual da escritura literária dos jornais mato-grossenses, no espaço próprio do folhetim, nesta segunda metade do século XIX, configurando – pela relação simbólica da escrita e da escritura – sentidos para a língua.

O estranhamento da escritura literária em relação à entrada do discurso da oralidade no sistema da escrita, apontado pelas próprias marcas lingüísticas da escrita na escritura narrativa, enseja com maior propriedade o

funcionamento discursivo de um conhecimento sobre a língua desse lugar da diversidade lingüística.

A reconfiguração da ordem do discurso literário está no fato de que se antes deste acontecimento de linguagem a língua portuguesa deveria manter-se una pela relação com Portugal por uma impetração normativa de sentidos, agora a escritura literária funciona como forma de estabilizar pela escritura do discurso da oralidade, o discurso da diferença. Diferença instituída tanto em relação à língua de Portugal, quanto em relação à língua que se estabelece pelas fronteiras discursivas internas, no Brasil.

Tudo isso num momento em que a nação brasileira se nos institui uma língua: língua atravessada pelos sentidos da unidade e da diversidade. O que há de específico neste jogo discursivo da oposição unidade/diversidade lingüística presente na escritura do folhetim é que esta discursividade materializa a injunção discursiva da contradição no processo de formação da língua brasileira, instalando a política lingüística pela instauração de diferentes lugares discursivos de tomar a palavra, de enunciar. É um acontecimento discursivo de linguagem estruturado sobre as bases discursivas do Romantismo e do processo de gramatização.

Essa contradição se estrutura na base discursiva da formação da língua portuguesa no Brasil. Inscrita no discurso do Romantismo, a escritura literária respira para fora de suas configurações, apontando, significando a presença da oralidade, da diversidade no enunciado e sobre a base da gramatização o discurso da língua escrita policia-se em sua configuração a ponto de interditar quaisquer sentidos do Outro.

Consideramos, na verdade, que esse acontecimento de linguagem resultante da dupla inscrição – discurso da escrita e discurso da oralidade – dá visibilidade a outros sentidos para o conhecimento da língua portuguesa no Brasil, nesse seu momento de instituição e legitimidade.

Por uma perspectiva menos idealista, portanto, menos romantizada,

consideramos o discurso da diversidade lingüística materializado na produção literária não como fato empírico em si, mas como ilusão, efeito de sentido produzido pela literatura. Há na escritura literária o efeito de permissividade à inscrição do discurso da oralidade, senha de entrada para o funcionamento do discurso da diversidade lingüística.

A especificidade desse embate de sentidos unidade/diversidade no Brasil é que essa oposição estrutura o acontecimento discursivo de linguagem que funda a língua do Brasil enquanto diferentes possibilidades de enunciar, de textualizar saberes sobre a língua.

Esse gesto de publicação do folhetim – divulgador do discurso da oralidade – redimensiona sentidos sobre a língua, visto que [1] a abrangência do alcance sócio-econômico da literatura publicada no jornal fomenta e põe em circulação os sentidos de conhecimento sobre a língua; [2] a profusão, ou seja, o notório aumento de publicação da crônica nesta segunda metade do século XIX – significa marcadamente o gesto pedagógico da instituição literária ao mostrar como pode/deve ser formulado o discurso da oralidade, ou seja, da diversidade; [3] dá visibilidade ao fato de que uma língua nacional se institui pelo efeito de unidade ao lado da instituição de uma diversidade lingüística;

Essa reconfiguração de sentidos da instituição literária não significa o apagamento do discurso da escrita pelo discurso da oralidade, mas uma sua co-existência autorizada. E a simultaneidade dessas duas discursividades põe em movimento o discurso da unidade e da diversidade lingüística instituído pelo nacionalismo romântico. Toda sobreposição discursiva de sentidos é impostada e agenciada ideologicamente pela disciplinarização institucional.

Consideramos a publicação da crônica um acontecimento discursivo de linguagem porque produz sentidos na história, porque enseja novos lugares de tomar a palavra, de dizer, na escritura da narrativa literária. Se há um rompimento, uma mudança estética nos modos de representação da narrativa da escritura literária, há também esse mesmo gesto em relação à língua, pois é

a língua escrita a matéria prima da literatura.

Há uma articulação entre a língua e a história, conforme vemos em Orlandi (2001:53):

Em termos teóricos, isso significa que trabalhamos continuamente a articulação entre estrutura e acontecimento: nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato. Sujeitos, ao mesmo tempo, à língua e à história, ao estabilizado e ao irrealizado, os homens e os sentidos fazem seus percursos, mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem. No discurso, no movimento do simbólico, que não se fecha e que tem na língua e na história sua materialidade.

O funcionamento discursivo de uma dada configuração da escritura literária é a possibilidade dada pelo simbólico, no entanto um simbólico, cuja relação com a exterioridade também o constitui. É o equívoco de sentidos na história, nos termos de Orlandi, (1999:21), porque outros sentidos na/para a história das idéias lingüísticas podem ser instaurados por essa reflexividade discursiva. A escritura da crônica põe a língua produzindo sentidos sobre si mesma numa relação com o discurso.

Para Orlandi, o equívoco se define pela distinção com a noção de falha:

É aqui que faz sentido a distinção entre falha e equívoco que tenho procurado desenvolver. A língua é capaz de falha. Essa possibilidade – a da falha – é constitutiva da ordem simbólica. Por seu lado, o equívoco já é fato de discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco. Este se dá portanto no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente. O equívoco é a falha, na história.

A falha da língua está significada na quantidade, na profusão de publicações da crônica, cujo conjunto de folhetins materializa uma narrativa da

escritura literária em Mato Grosso, quando descreve o percurso de estabilização da língua brasileira, partindo do romance à crônica. A língua se põe no seu limite ao dizer de si mesma e ao significar a adesão do Outro. O equívoco se dá pelo fato de que as derivas do simbólico estruturam outros sentidos na história. Os diferentes modos de enunciar, de tomar a palavra e de significar o incômodo pela presença do Outro passam a significar diferentemente, se os tomarmos sob as configurações do Romantismo e da Gramatização.

Em outros termos, a presença do discurso da oralidade materializado na escritura da crônica publicada no folhetim pelo jornal instaura outros sentidos para a língua, que não aqueles produzidos na escritura do romance-folhetim, etc., tampouco na língua oficial. Ou seja, a encenação dos sentidos da oralidade materializados na escritura da crônica partilha do mesmo jogo que também encena outros sentidos para o discurso do saber lingüístico no Brasil.

Re-instaura-se um gesto de escritura literária no Brasil que se põe numa relação de coexistência com os sentidos outros de narrativa e isso, analogamente ao conhecimento lingüístico, dir-se-á: instaura-se uma outra língua, portanto, outras possibilidades de significar, outros funcionamentos discursivos de saberes sobre a língua.

O discurso de um saber lingüístico funciona à medida que se compreende o gesto literário – pelo discurso da oralidade – como forma de dar existência à língua que se institui e, ao mesmo tempo, o discurso literário funciona à medida em que a língua se dá como materialidade simbólica capaz de jogo, na história.

Escrever a língua portuguesa do modo como se fala no Brasil significa inscrever-se no discurso do Outro, portanto, num discurso que abra brechas à diversidade lingüística. É nessa direção que pensamos uma teoria lingüística que toma da diferença o seu foco de compreensão na relação com o Outro: sem impingir à língua conteúdos, substâncias sociais ou culturais, mas

tomá-la na sua plasticidade simbólica, no seu limite de significar.

O social não se divide empiricamente em classes, categorias e papéis. Essas designações são dadas como lugares de significação da diversidade lingüística, sem a possibilidade de etiquetagem do real. Essa diferença lingüística instala-se no modo próprio de como a língua, enquanto materialidade simbólica, pode representar-se a si mesma, numa relação de sentidos com o interdiscurso.

IX – Folhetim: uma crônica sobre a língua

O simbólico joga diferentemente com sua materialidade para (se) significar e é essa plasticidade da língua – inapreensível no jogo – a possibilidade mesma de o significante projetar-se, significar sobre si mesmo. Os gestos literários e lingüísticos nos processos de instituição de sentidos não dependem da materialidade da língua, como também não se definem indiferentemente ao simbólico que os estrutura, porque, como afirma Orlandi (2002):

[...] a língua resiste na sua materialidade.

Um discurso da língua sobre ela mesma se impõe para os sentidos, de forma que os diferentes modos de funcionamento narrativo da escritura literária do folhetim, como que localizando um espaço ritual discursivo de passagem do vigor do romance-folhetim ao vigor da escritura da crônica folhetinesca, dão um percurso de diferentes posições discursivas em relação à tomada da palavra na escritura literária.

O fato é que a instituição lingüística demanda que os sentidos se assentem, se naturalizem num primeiro momento para que assim, domesticados, sejam aprisionados em grades analíticas pela Lingüística ou sejam criticados numa relação de paráfrase com outras produções literárias, pela Crítica Literária.

O processo de gramatização brasileira muda a materialidade da língua portuguesa no Brasil – tanto a língua escrita quanto a língua oral – e abre possibilidades outras de formulações. Temos um antes da gramatização, cuja predominância da escritura literária do folhetim – e aqui tomamos a quantidade enquanto metáfora de sentidos – se inscreve no discurso da escrita.

A materialidade simbólica da escrita se priva, como se fosse possível, do discurso do Outro, de uma sua exterioridade. Uma escritura que se defende da oralidade.

O depois, vem da injunção do processo de gramatização com o Romantismo no Brasil produzindo uma escritura literária, ainda que comportada à ordem do discurso da escrita, um pouco mais ousada, uma escritura que aponta para um fora de si, conforme já o afirmamos anteriormente. Seja um fora de si na representação da oralidade pelo discurso da escrita numa dada cena enunciativa ou um fora de si que entra na sintagmatização do discurso, travestido no discurso do Outro através de determinados termos ou sinais tipográficos da língua. Por isso, a introdução da crônica na produção literária folhetinesca pode ser tomada como um lugar de compreensão sobre o conhecimento da língua.

Se há uma representação da língua pela escrita e da escrita pela oralidade, há também uma representação da língua por ela mesma, conforme já o demonstramos. O que a língua tem de particular se significa sob uma estética própria no jogo lingüístico. Se de um lado a literatura produz diferentes saberes sobre a língua tomando da matéria lingüística que lhe é dada, de um outro, a língua produz saberes sobre a literatura na medida em que se coloca ela mesma enquanto condição estética da escrita à escritura literária. Há poesia porque a língua constitui-se, por sua natureza simbólica, sua condição de existência.

Pode-se afirmar, a partir de Orlandi, que a escrita representa uma relação particular do sujeito com a história diferentemente da oralidade, porque as posições discursivas do sujeito da escrita são outras que não as do sujeito da oralidade e, do mesmo modo, as diferentes posições discursivas da relação do sujeito brasileiro com a história significam diferentemente saberes sobre a língua.

O material de linguagem que tomamos para esta análise, especificamente, compõem-se de folhetins cuja seleção foi realizada levando em

conta o que têm em comum: produzem conhecimento sobre a língua. Consideramos relevante também para a escolha desse material de linguagem o que os folhetins têm em comum em relação à estética da língua.

Por isso, nossa opção pelos seguintes folhetins:

[1] *Diálogos entre Professores: Na ocasião da solemnidade da abertura do Lyceu Cuyabano* – Jornal Echo de Cuyabá (Cuyabá, 06 de março de 1884), cuja crônica toma como referente o conhecimento gramatical e naturalista sobre a língua; [2] *El demônio de la perversidad* – Jornal A Opinião – (Cidade de Santa Cruz de Corumbá, 31 de janeiro de 1879). Conto de Edgar Allan Poe (1809-1849) que mobiliza espaços discursivos não brasileiros de enunciação, pela escritura do folhetim em língua espanhola; 3- O Folhetim (Sem título) – Jornal O Expectador – (Cuiabá, 29 de maio de 1884). Nesta crônica vemos a língua no seu limite produzindo o efeito de oralização na escritura narrativa literária; e 4- *Os Bailes* – Jornal A Opinião: Periódico Litterario e Noticioso – (Cidade de Santa Cruz de Corumbá, 28 de janeiro de 1879), cuja crônica materializa o discurso de uma língua fluida.

Ao lado desses folhetins, tomaremos também da coluna Parte Oficial: *Os Estatutos do Lyceu Cuyabano* – (Jornal Gazeta Oficial do Estado do Mato Grosso. Cuiabá, 6 de maio de 1893 – Nº 425), cujo artigo publica o ementário dos cursos secundários de Português, Literatura, Francês, etc., do Liceu Cuiabano, o que nos dará um certo suporte para pensarmos a formação educacional do sujeito-mato-grossense, do sujeito-leitor.

Nosso procedimento analítico será tomar da correlação *efeito-autor* e *efeito-leitor* o lugar de visibilidade discursiva do(s) conhecimento(s) produzido(s) sobre a língua, de modo a perceber no folhetim como são mobilizados esses sentidos de saberes, nesta segunda metade do século XIX em Mato Grosso.

Consideramos que os gestos discursivos investidos no texto para constituir-lhe sua “unidade significativa de sentidos” definem a posição sujeito-

autor ao mesmo tempo em que inscrevem no texto a posição sujeito leitor. Orlandi (1999:76) afirma:

[a função-autor] tem seu pólo correspondente que é o leitor. De tal modo isso é assim que cobra-se do leitor um modo de leitura especificado pois ele está, como o autor, afetado pela sua inserção no social e na história.

Discurso é efeito de sentido entre interlocutores (Pêcheux, 1971; Orlandi, 1986; 2002;) e, no caso específico desse discurso literário, em que a materialidade simbólica é a escritura, a interlocução se colocará sempre na relação efeito-autor e efeito-leitor.

Como já o dissemos anteriormente, o folhetim funciona como um esquadro vazio no rodapé do jornal em que a literatura e a língua encenam sentidos sobre (si) a língua. Ou seja, é um espaço vazio destinado à publicação do folhetim cuja a escritura literária se apresenta em separado, a partir de uma certa elaboração lingüística diferenciada das demais matérias jornalísticas.

No trabalho com o tecido da própria escritura, o sujeito-autor estabelece laços específicos com o sujeito-leitor – aquele projetado e circunscrito no próprio texto – pelo efeito imaginário.

Então, perguntamos, como são mobilizados os discursos sobre a língua a partir da relação sujeito-autor e sujeito-leitor configurada no folhetim? Nossa leitura levou-nos a considerar, numa primeira instância, que o folhetim constrói para si um sujeito-leitor configurado na crônica que se representa enquanto sujeito possuidor de um certo conhecimento da/sobre a língua:

- Diferentes conhecimentos coexistentes sobre a língua;
- Conhecimento de outros sistemas lingüísticos;
- Conhecimento do processo de cronicização da língua;
- Conhecimento da instituição do discurso da diferença lingüística;

1- Diferentes conhecimentos coexistentes sobre a língua

O folhetim *Diálogos entre Professores: Na ocasião da solemnidade da abertura do Lyceu Cuyabano* põe em funcionamento os sentidos do saber lingüístico na perspectiva da teoria gramatical tradicional, que se dá pelos domínios taxonômicos das categorias gramaticais da língua.

Saber a língua é saber nomear as partes que a constituem. Trata-se especificamente de um folhetim que aponta para essas duas diferentes discursividades sobre a língua. A [1] que aponta para o funcionamento do discurso da unidade, no momento em que faz funcionar os sentidos da teoria da gramática tradicional; e, a [2] quando toma da trajetória da vida humana o modo análogo das funções e categorias da língua. Ou seja, toma-se as funções de cada categoria da língua como modelo para a vida, como metáfora biológica.

Ao referir-se à importância da presença feminina à reunião de abertura das aulas do Liceu, a personagem Sr. Philosopho, do folhetinista *Longue*, afirma:

ella é a falla principal nas conversas e escriptos, é no mundo natural o que é o verbo na gramática.

A resposta vem do Sr. Litterato que diz:

pois por si só não concebo o officio e significação deste importante verbo á não dar alma á um período.

- Período tem, completo e bem complexo embora curto, replicou o Philosopho, é a vida humana intrincada de muitas orações cuja principal o casamento, regida pelo verbo activo excellencia, o verbo modelo da 1ª conjugação, o verbo amar abrange como complemento directo os filhos.

A posição-autor constrói a partir do texto o imaginário de um sujeito-leitor intelectual, ilustrado, que aprecia o conhecimento da/sobre a língua. Esta crônica aponta para o discurso da teoria gramatical tradicional, quando opera

com toda a designação terminológica básica da sintaxe da língua. O método para “se saber” a língua era muito mais um método para se “saber sobre a língua” e em decorrência disso muitos sabiam mnemonicamente os nomes das categorias gramaticais. É, consideramos, um efeito de sentidos gramatizador, produzido pela escritura literária.

Não é trivial considerar que ao lado dessas publicações folhetinescas, o *Jornal Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso* publicava na coluna *Parte Oficial* (6 de maio de 1893 – Nº 425) os Estatutos do Lyceu Cuyabano (Decreto Nº 42, de 24 de abril de 1893), que deliberava sobre os currículos do curso secundário. Além das disciplinas de Francês, Latim, Matemática, Geografia, tem-se também o ensino de *Portuguez* especificado no currículo, conforme as seqüências abaixo:

3º Anno

Portuguez.

(Grammatica histórica, exercícios de composição com subsidio do professor)

Leitura e recitação de trechos de prosadores e poetas brasileiros e portuguezes: explicação do sentido geral de todo o trecho lido ou recitado. Exercícios orthographicos sob dictado, em que entrem homonymos, paronymos e formas divergentes.

Grammatica – Revisão das doutrinas aprendidas no anno anterior, com desenvolvimento da morphologia: noções de etymologia portugueza; exercícios de composição das palavras e sobre vocabulos de formação popular e de origem erudita: thesaurus analyse syntaxica e etymologica. Composição: exercicios de conversão de verso em prosa e de mudança de estructura de composição de períodos: breves narrações, descrições e cartas, conforme o subsidio que ministrar o professor.

Lições de grammatica portugueza, por João Ribeiro

Seleccão Litteraria, por Fausto Barreto e Vicente de Souza.

[*Jornal Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso - Parte Oficial* (6 de maio de 1893 – Nº 425) – Estatutos do Lyceu Cuyabano (Decreto Nº 42, de 24 de abril de 1893)]

O efeito de gramatização está presente no jornal, no gesto de fazer publicar os conteúdos estudados nas disciplinas curriculares do Lyceu, bem como na escritura literária do folhetim publicado no jornal.

Vemos, pelo folhetim, que a crônica toma a si mesma como objeto de sua escritura quando mobiliza o discurso do conhecimento lingüístico da teoria gramatical. A preocupação do editorial, quando solicita cuidados na revisão do jornal para não deixar sair *Cofluxo* em lugar de *Defluxo*, dá visibilidade a esse momento de estabilização da língua do Brasil. Aliás, o folhetim, do modo como o temos visto, materializa uma sua definição, pelo processo de gramatização.

Pode-se considerar a escritura literária sob inscrição no Romantismo, se não um dos instrumentos lingüísticos de gramatização da língua portuguesa no Brasil, ao menos, uma sua forte aliada.

Há um funcionamento discursivo mobilizando os sentidos da unidade lingüística ao lado do discurso da diversidade. Se o discurso da unidade se constrói pelo estabelecimento de uma norma *escreve-se defluxo e não cofluxo* o uso *cofluxo*, opondo-se a *defluxo*, aponta para o funcionamento discursivo de um outro parâmetro lingüístico e, em decorrência disso, de uma variação em relação à norma, *a defluxo*.

Vemos funcionar na escritura da crônica duas diferentes discursividades sobre o conhecimento lingüístico: [1] conhece-se pela teoria gramatical a estrutura da língua e [2] concebe-se a língua a partir de um ponto de vista naturalista, biológico, previsto no ciclo da vida.

Consideramos que ao se saber sobre a língua, sabe-se de um lugar teórico e a crônica em análise aponta para um lugar teórico claro e definido, o do Naturalismo: a sintaxe da língua é tomada como um ser vivo que possui alma.

Trata-se de uma concepção sobre a língua que ressalta o vigor do pensamento naturalista do século XIX, nos termos de Schleicher, ao considerar:

As línguas são organismos naturais que, fora de vontade humana e seguindo leis determinadas, nascem, crescem, desenvolvem-se, envelhecem e morrem; elas manifestam, pois, também elas, essa série de fenômenos contidos habitualmente no nome vida. Bréal (1992:195).

O folhetim *Dialogos entre professores* textualiza a contradição constitutiva da história da Lingüística descrita por Pêcheux (2004:29) em *A língua inatingível: o discurso na história da Lingüística*. O autor considera que oposição clássica naturalismo / convencionalismo e, posteriormente, analogismo / anomalismo, lugares epistemológicos para se pensar a língua, instalam-se na própria estrutura da história da lingüística.

Afirma Pêcheux:

Ao longo do século XIX, assiste-se à instalação do que levará a essa configuração atual. O formalismo do sistema prepara-se entre os partidários da unidade, em relação mais ou menos clara com a constituição da lógica moderna, enquanto que se manifesta a resistência dos partidários da diversidade concreta (na dialetologia, por exemplo).

O discurso Naturalista sobre a língua é também textualizado no folhetim quando o Sr. Litterato afirma não conceber “o offício e significação deste importante verbo [a mulher] á não dar alma á um período”. Este enunciado pode se desdobrar nas seguintes paráfrases: *o verbo é a alma da língua; a língua é viva; ou ainda, as leis que regem a língua são as mesmas leis da natureza.*

O quadro abaixo expõe o funcionamento dos sentidos de correspondência entre a estrutura da língua e as fases da vida humana textualizadas na crônica em análise:

Verbo > mulher	-	Gramática > Mundo Natural
Período (completo, complexo, curto)	>	vida humana
Oração principal (regida pelo verbo AMAR)	>	casamento
Complemento direto	>	os filhos
Complemento de fim	>	o dinheiro
Sujeito (premissa necessária)	>	o homem
Complementos circunstanciais de Modo	>	a riqueza e a pobreza
Complemento Restritivo	>	a pobreza
Complemento indireto	>	a caridade
Ponto final	>	a morte
		(complemento necessário)

Pode-se afirmar, por um funcionamento discursivo, que o sujeito-leitor construído no folhetim sabe a língua e sabe sobre a língua tanto por uma perspectiva da gramática tradicional (que nomeia), quanto por um olhar naturalista para quem a língua é tomada enquanto ser da Natureza.

Isso atesta o fato de que a língua é uma questão para o sujeito brasileiro do século XIX, portanto matéria para a crônica – *advinda do cotidiano*, nos termos de Neves (1992:76) – à escritura da crônica. Esse movimento de sentidos proposto pela escritura do folhetim mobiliza diferentes perspectivas teóricas para a compreensão do objeto lingüístico e aponta para o funcionamento discursivo do jogo imaginário.

Saber sobre a língua funciona como atestação de que se sabe a língua. Por isso o uso da metalinguagem se instala como lugar legítimo do conhecimento. A crônica, pela própria inunção dos discursos jornalístico e literário, constitutivos da crônica, acolhe deliberadamente a co-existência de diferentes discursividades.

Desse modo, a crônica se dá como espaço para os sentidos do conhecimento sobre a língua circular / formularem-se / legitimarem-se. Diferentes configurações textuais, tais como o romance, o conto, a crônica,

constituem diferentemente um seu ritual de escritura e essa diferença pode produzir diferentes sentidos para a língua. A edição de folhetins inscritos no discurso da crônica, certamente, vai agenciar outros sentidos para a língua.

Essa diferença discursiva não concerne à relação estabelecida entre a categoria textual e seu conteúdo, antes à inscrição do texto à uma memória do dizer, a gestos da instituição literária que, de certa forma, reconfiguram sentidos na história. É o caso da crônica – modalidade textual que vem à tona nesse momento – partilhando do projeto de integração nacional, ao divulgar pela escritura literária uma língua e o conhecimento sobre essa língua.

Tomamos da publicação da crônica o seu aspecto quantitativo enquanto metáfora que significa a consolidação da escritura e da língua no Brasil sob as determinações históricas do Romantismo e da gramatização e isso nos leva a considerar a posição de Nadaf (2002:76) quando afirma:

na trajetória do folhetim na imprensa oitocentista e novecentista mato-grossense, a crônica foi o gênero mais constante. O volume considerável dessa modalidade de escrita que localizamos em nossa pesquisa atesta que ela se acomodou, ou melhor, se aclimatou, de maneira fácil no ‘roda-pé’ ou ‘rodapé’ dos jornais da região.

Esse gesto discursivo não se restringe à imprensa jornalística mato-grossense. Neves (1992:77) considera que das muitas invenções que povoam o cotidiano carioca na segunda metade do século XIX uma delas é a *crônica*, cuja modalidade textual lítero-jornalística – tomada como espaço de formular/definir a língua – passa a ocupar vigorosamente o espaço do folhetim, anteriormente ocupado por outras modalidades textuais, como o romance-folhetim, o conto, poemas, etc.

Acrescentaríamos a essas observações o fato de que há uma publicação em escala crescente da crônica neste período da segunda metade do século XIX em termos quantitativos e consideramos esse gesto de publicação

como uma possibilidade da língua, sob os rigores do sistema da escrita, apontar para a co-existência dos sentidos da diferença, da diversidade lingüística, como veremos nesta análise.

A instituição literária toma da palavra e produz uma certa escritura literária brasileira porque a língua se dá como possibilidade simbólica à produção desta escritura e não outra. Pela publicação da crônica a língua é legitimada, instituída como língua possível.

Consideramos que as diferenças no modo pelo qual o sujeito se apropria do sistema simbólico e se lança nas múltiplas possibilidades de formulações no ritual da escritura significam diferentes concepções sobre a língua. Diferentes sentidos instaurados para a língua na crônica podem ser vistos, hoje, a partir de diferentes paradigmas teórico-lingüísticos como, por exemplo, o das teorias descritivas/ variacionistas, o das teorias enunciativas, etc.

Vemos na escritura da crônica o funcionamento discursivo de um endosso dado pelo discurso da tradição, conferindo à instituição literária o cetro de controle e regulação à materialidade lingüística e aos sentidos de conhecimento sobre a língua.

O percurso narrativo da escritura do folhetim nos possibilita perceber a passagem do romance-folhetim à crônica (em maior quantidade) materializado nas tiragens dos jornais, significando os processos de estabilização e definição de uma nossa língua literária. A publicação da crônica materializa os efeitos discursivos da gramatização, dando-se enquanto uma materialidade lingüística outra, à legitimação de uma nossa escrita e oralidade.

Os diferentes funcionamentos discursivos da narrativa literária demandam novos paradigmas teóricos para o discurso do conhecimento lingüístico, demandam a instauração de outros corpos teóricos de definições, outra metalinguagem. A língua, pela sua materialidade plástica, se dá como possibilidade estética literária à revelia de categorizações lingüísticas ou

literárias. No entanto, às instituições é mister que os sentidos se domesticuem.

Há diferentes modos de textualização enunciativa no funcionamento discursivo da escritura da crônica advindos de discursividades pungentes sobre a língua nesse período do século XIX. Faz-se perceber, pela materialidade simbólica da escritura literária do folhetim, formulações que, em sendo tomadas como objeto analítico, estruturariam a elaboração de uma perspectiva teórica enunciativa ou variacionista no modo como a língua está encenada na escritura literária.

Vejam como a crônica passa a textualizar o discurso do conhecimento sobre a língua a partir de um funcionamento discursivo em que noções como *enunciação*, *variação* se textualizam na crônica:

Pois Senhores, de véras que estou apurado; realmente é um cravo esta minha vida; [...]

[Folhetim *Sem título* Jornal – *O Expectador* – Cuiabá, 29 de maio de 1884.

A escritura dessa crônica é introduzida como se apresenta a seqüência discursiva acima, ou seja, trata-se de um folhetim que se inicia por um vocativo como que num tom de conversa. O narrador, assumindo a voz em 1ª pessoa estabelece com o sujeito-leitor uma certa interlocução, instaurando o efeito de presentificação, como vimos em análise anteriores. Nessa crônica, não há qualquer mediação do narrador como um fora dela.

Esse ritual de escritura do folhetim produz o efeito de instauração enunciativa de linguagem e é a crônica um seu lugar de maior visibilidade no folhetim. Não há um narrador que introduz, o primeiro enunciado já se faz a partir de um EU, que toma como referência a si mesmo em relação às demais instâncias da enunciação. Observamos com isso o efeito estético da língua em funcionamento, num momento em que a língua ainda se encontra sob as coerções de um processo de definição e estabilização.

De modo específico, consideramos a escritura da crônica enquanto lugar de fomento e formulação de um certo conhecimento lingüístico. A gramatização toma da produção literária da crônica um seu lugar de legitimar, estabilizar sentidos sobre a língua no Brasil. Esse funcionamento discursivo estruturante da crônica é dado pelo discurso da escrita como possibilidade de re-significação e deriva da língua.

Em *Diálogos entre Professores* a escritura se apresenta sob a forma do discurso direto e a representação do discurso da oralidade torna-se menos opaca que na crônica “Sem Título”. Consideramos com isso que a questão não está no trato lingüístico, tampouco na seleção da palavra, mas no modo específico de como a crônica textualiza a tomada da palavra na relação entre sujeito-autor e sujeito leitor.

O sujeito brasileiro se significa na língua que escreve/fala no modo como está circunscrito na escritura do folhetim, pelas diferentes posições ideológicas que o constitui. Esse *dizer* é um dizer literário, de inscrição discursiva na escritura, no discurso da escrita. Na crônica *Diálogo entre professores*, embora o primeiro enunciado do texto venha identificado como um discurso direto, marcado pelo uso do travessão, o narrador mantém-se numa 3ª pessoa e intervém na história como um fora dela.

A intervenção narrativa nessa crônica aparece no seu início descrevendo a cena enunciativa¹³ na qual se desenrola a reunião de professores do Lyceu e no decorrer da crônica em enunciados como “tornou um espirito maligno e hypocondriaco”, “acrescentou o Sr. Philosopho”, etc. Esses enunciados produzem o efeito de um narrador que conta a história de fora da cena enunciativa, cuja evidência se quebra quando o narrador se coloca como um dos que participam ou pelo menos conhece quem participa da reunião do Lyceu,

¹³ E aqui estamos tomando a noção de *cena enunciativa* conforme pressupõe a Semântica Histórica da Enunciação, teoria desenvolvida por Guimarães em: GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica e Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: SP. Editora Pontes, 2002.

como em “representou o Mathematico que em matéria de contas não se deixa prevenir, confessa, porém, que a sua oração é muitas vezes elliptica, pois que frequentemente lhe falta uma parte essencial, o dinheiro”.

O narrador que antes organizava e dava fio à narrativa, agora é parte da história. A inserção da voz narrativa se dá de modo menos transparente, pela pouca presença do narrador. Como vemos, o efeito de presentificação enunciativa nessa crônica é logo apagado pela mediação de um narrador presente tanto à festa do Lyceu, quanto no diálogo narrativo da crônica. O discurso da escrita também se sobrepõe, estruturando a escritura da crônica na indicação das personagens do *Diálogo* pelo nome designativo de suas formações acadêmicas, tais como: O Litterato, O Mathematico, O Philosopho, O Doutor.

Não se trata de uma voz narrativa, mas de uma marca do discurso da escrita que, por uma sua falta constitutiva de descrição da cena enunciativa na qual se estrutura a narrativa, lança mão da descrição necessária do contexto situacional no qual se fala:

- Como acharam a festa, perguntou o representante superior da instrucção provincial, aos mais distintos senhores que o assistiram no acto de abrir as aulas do Lyceu Cuyabano?
- Bôa, porém devemos lastimar que não tivesse maior numero de senhoras presenciando aquella solemnidade, pois perderam o gôsto do panegyrico, que em seu bem elaborado discurso acaba de lhes dedicar o perito orador e admirador da mais bella metade do genero humano;

De modo diferentes, a crônica “Sem Título” diz-se em 1ª pessoa e constrói para si um sujeito-leitor tão próximo como aquele que chega a preocupar-se com os bastidores da imprensa, fazendo parte do próprio processo de escritura. O sujeito-leitor é tomado como cúmplice do processo de escritura. A crônica passa a ser a própria narrativa de sua feitura, ou seja, a narrativa vai se compondo no fio segmental do texto, à medida que o sujeito-autor representa pela escrita uma interlocução de conversa com o sujeito-leitor:

Pois Senhores, de véras que estou apurado; realmente é um cravo esta vida; prometi ao Sr. Monseller, dar-lhe um outro folhetim para o seo jornal, isto, porém, se estivesse eu de veia para a cousa, por isso que como bem diz o meo amigo Ramiro: nem tudo é para todos.

Ora eu, que vivo hoje abraços com um projecto jigantesco que vivo a matinar com a descoberta do Xingu e pensando com os meos botões em como essa commissão hade dar com os costados por lá, attendendo a pouca munição de boca que ella leva para atravessar mattas, campos e montanhas onde nunca receberam pés humanos, e onde em muitos logares não existe caça, eu q'vivo enfronhado nessa história toda heide agora escrever, e escrever sempre – folhetim?

O sujeito-autor e o sujeito-leitor se dão a conhecer no momento em que a crônica vai se perfilando no fio intradiscursivo da narrativa. Tem-se aí a escritura da crônica produzindo um discurso do conhecimento sobre a língua no funcionamento mesmo da narrativa: uma narrativa diferente em relação àquelas que vimos anteriormente.

Dizendo de outro modo, o gesto de escritura da crônica no Brasil produz saberes sobre a língua que apontam para o funcionamento discursivo de diferentes modos de tomadas da palavra, diferentes gestos enunciativos na escritura literária e, ao mesmo tempo, para o funcionamento discursivo da diversidade lingüística, em oposição à língua escrita da unidade que ora também se institui.

O discurso da diversidade lingüística materializa-se na escritura da crônica. Nas seqüências discursivas abaixo vemos esse funcionamento discursivo materializado nos termos que se definem pela relação entre o português do Brasil e outras línguas faladas nas imediações da fronteira.

Os termos evidenciados por maiúsculas na escritura do folhetim significam a demarcação, a fronteira de sentidos entre Brasil/Bolívia e também fronteiras no espaço interno do território brasileiro, no que concerne à língua:

As nove horas da noite convergem dos quatro ângulos da cidade os convidados e dentro em pouco penetrão n'aquela jardim de fadas as bellas CUNHATAINS acompanhadas de editor responsável, [...].

Ao terminar-se a libação volta o olhar languido ao amável CARAHY e diz-lhe e com tom melífluo – muchas graças [...].

[...] Você, carahy pensa que eu não vi você ontem com aquella lambida todo cheio de partes? CAMBA' TUJA!"...

Folhetim da Opinião: *Os bailes*, de A. Correia. Cidade de Santa Cruz de Corumbá – 21 de Janeiro de 1879.

Esta crônica noticia a vida noturna de Corumbá e dá a configuração da ecologia humana da cidade: região populosa e muito habitada por cidadãos estrangeiros. Num momento em que o discurso da unidade se institui enquanto lugar de definição da nacionalidade brasileira, esta crônica materializa o discurso da diversidade pela relação que se estabelece entre as fronteiras discursivas de enunciar, sustentando diferentes lugares ideológicos de dizer, como vemos ainda em:

O sexo masculino é representado pelo ZÉ-POVINHO de todas as nações, paraguayos, argentinos, orientaes, brazieiros, italianos, enfim uma verdadeira Babel.

Folhetim da Opinião: *Os bailes*, de A. Correia. Cidade de Santa Cruz de Corumbá – 21 de Janeiro de 1879.

Instaura-se uma política de línguas. Os termos escritos em letras maiúsculas como [1] CUNHATAINS e [2] CARAHY – do Tupi – significando respectivamente, conforme o dicionário de Aurélio Buarque, [1] mulher adolescente, menina, moça; e, [2] homem branco, significam a resistência da língua fluida, da língua geral, apontando certamente para o funcionamento de uma diferença. No século XIX, a língua Tupi já significava a língua do Outro

desde a interdição pombalina do século XVIII. No entanto, o discurso da oralidade persiste-se à revelia de decretos e normatizações do Estado.

A crônica materializa os sentidos de tensão quanto à estabilização e definição da língua brasileira ao mobilizar diferentemente a escritura de termos da língua guarani e espanhola, ora em letras maiúsculas “CUNHATAINS e CARAHY”, ora em letras minúsculas, “carahy e muchas graças”. Estes termos em letras minúsculas, sem quaisquer diacríticos que remetam a escrita a si mesma, como que não causando qualquer estranhamento à ordem discursiva do sistema da escrita, produzem os sentidos de tensão entre a unidade e a diversidade.

O termo ZÉ-POVINHO é também identificado como um discurso do Outro, porém, a partir de um funcionamento discursivo diferente dos termos anteriores. Mobiliza-se o conhecimento lingüístico que se instala nos processos de nomeação, produzindo os sentidos de depreciação, pejoratividade pelo uso do diminutivo. Os sentidos de indiferença pessoal, insignificância são produzidos pelo uso abreviado de um nome comum, tal como a designação Zé do nome José é comum.

Se em *cunhatains* e *carahy* o discurso do Outro é mobilizado pela própria raiz etimológica dos termos à língua Tupi, em *Zé Povinho* funcionam os sentidos de uma língua que certamente não é a padrão. *Zé Povinho* mobiliza o discurso do Outro à medida em que, pelos processos de designação, uma certa categoria de pessoas é nomeada figurando em si as mesmas características de um Zé.

Esta designação aparece na crônica como um discurso do Outro pela impropriedade de significar-se enquanto discurso da oralidade na escritura do discurso da escrita. A crônica se instaura como esse lugar de (in)definição, de trânsito, elaboração e formulação dos sentidos sobre o conhecimento.

2- Conhecimento de outros sistemas lingüísticos

Além de saber a língua e saber sobre a língua, o sujeito-leitor projetado no folhetim dos jornais mato-grossenses conhece outros sistemas lingüísticos, como por exemplo, o francês – em epígrafes de folhetins – o espanhol – em publicações específicas, conforme nota do próprio editorial do jornal *A Opinião*:

Começamos a publicar em hespanhol folhetins de alto merecimento. Não os traduzimos muito de propósito.

Jornal *A Opinião* – Cidade de Santa Cruz de Corumbá –
31 de janeiro de 1879

Vemos que a ilusão de unidade lingüística que se consolida sob a égide do processo de gramatização e do romantismo pelo ideário de nação nesta segunda metade do século XIX é coexistente com a diversidade concreta de línguas. Não é o sujeito-leitor estrangeiro que está configurado no folhetim, mas o sujeito-leitor brasileiro, aquele que sabe o francês, que sabe o espanhol. O folhetim se dá como espaço discursivo de diferentes lugares de enunciar e de dizer sobre a língua

Vimos anteriormente, a propósito do conhecimento teórico gramatical que o ensino de Francês e Latim faziam parte do currículo escolar secundarista do Lyceu Cuyabano. A proposição da ementa para o ensino da língua francesa aponta para *habilidade lingüística* pressuposta e adquirida.

Um conhecimento lingüístico e literário da língua francesa que supõe os pontos elencados na matéria abaixo corresponde a um sujeito falante e leitor do francês, como também a um conhecedor da literatura francesa. O folhetim mobiza saberes gramaticais sobre a língua e saberes estéticos da escritura literária advindos de outros sistemas lingüísticos.

Leitura e tradução de trechos, escriptos na pedra, dictados pelo professor; Tradução e versão escripta de autores cada vez mais difficeis, prosadores e poetas. (...)
Halbout, grammatica francoza;
Charles André, Petit Cours de Litterature Française;
Racine; Berenice e Athalie; Britanicus;
Fauto Barreto, selecção litteraria;

[Jornal Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso -
Parte Oficial (6 de maio de 1893 – Nº 425) – Estatutos do
Lyceu Cuyabano (Decreto Nº 42, de 24 de abril de 1893)]

É na injunção com a diferença com o discurso do Outro que a gramatização estabiliza e define os sentidos para a língua do Brasil. Observa-se o funcionamento discursivo de um conhecimento lingüístico da língua e da literatura francesa. Analogamente, se o jornal Gazeta Official do Estado de Matto Grosso, enquanto órgão divulgador das deliberações do Estado, impõe e normatiza um saber para a língua portuguesa (Estatutos do Lyceu Cuyabano) e esse gesto produz o efeito da eficácia – mandou/cumpriu; ensinou/aprendeu – pelo próprio caráter institucional que rege a matéria, também em relação ao conhecimento da/sobre a língua francesa, produz-se o mesmo efeito de sentidos.

Havia certamente leitores que se colocavam no espaço de dizer do sistema lingüístico que se publicava. Delibera-se sobre um saber lingüístico do/sobre o português ao lado de saberes lingüísticos de línguas estrangeiras. O imaginário da ilustração via conhecimento de diferentes línguas se impõe.

A coexistência dessa diversidade lingüística no século XIX não põe em questão a soberania nacional pela relação língua/Estado, mas a reconhece, a reafirma e, por isso mesmo, a define como um lugar de estabilidade e de definição de uma língua para o Brasil.

A língua oficial do Estado coexiste com outras línguas e essa diversidade lingüística materializa-se na escritura do folhetim pelo efeito de cronicização da língua, ou seja, porque a materialidade simbólica da língua

escrita se dá enquanto tal.

À medida em que a escritura da crônica é tomada a partir de sua natureza discursiva e seu funcionamento discursivo aponta à coexistência de diferentes rituais de escritura, inscreve-se nessa escritura literária da crônica o discurso da oralidade, o discurso da diversidade. A crônica funciona enquanto espaço de melhor convivência entre a escrita e a oralidade.

Consideramos a crônica, enquanto discurso, um espaço da escritura literária que abriga, por sua natureza, o movimento de sentidos da diferença e nesse lugar a crônica se institui. A crônica conjuga discursos de diferentes ordens e nessa tensão se organiza, se estrutura discursivamente.

O modelo lingüístico para a língua portuguesa instituída no Brasil, segunda metade do século XIX, tanto para a língua escrita quanto para a língua falada é dado pela literatura. A escritura literária prescreve igualmente rituais da escrita e da oralidade, normatizando-os como possibilidade de uso pelo sujeito-brasileiro.

A epígrafe “*Em tout cherchez la femme*” de Alexandre Dumas – folhetinista francês – em *Diálogo entre Professores* ao lado do Folhetim *El demônio de la perversidad* – todo publicado em espanhol – dão à crônica a matéria prima de sua escritura: o conhecimento lingüístico, pela configuração de um sujeito-leitor que sabe outros sistemas lingüísticos.

O fato de a crônica ensejar uma reconfiguração de sentidos para a língua na história e para o conhecimento que sobre ela se produz nos possibilita a falar do efeito de cronicização da língua. Esse discurso da crônica, que mobiliza o discurso nacionalista pela relação unidade/diversidade lingüística, inscrito no Romantismo é tomado como um dos lugares de estabilização e definição da língua, como já o temos considerado.

Pode-se afirmar que a prática de publicação da escritura da crônica – segunda metade do século XIX – acolhendo pela própria natureza jornalística o ritual do discurso da oralidade, num momento histórico de configuração de uma

língua nacional brasileira, significa diferentemente do funcionamento discursivo de representação da oralidade presente nas obras de Homero.

Consideramos que essa diferença advém da contingência histórica da segunda metade do século XIX em precisar, estabilizar e definir a língua do Brasil. Nesses termos, pode-se considerar que, de certo modo, o processo de gramatização instrumentaliza-se da crônica publicada no jornal para a unificação lingüística e, ao mesmo tempo, a toma como fins pedagógicos de exemplaridade da língua.

Mobiliza-se na crônica os sentidos de unidade e diversidade. Inscreve-se na crônica uma discursividade conservadora da tradição européia, como forma de unidade com um nosso passado brasileiro e condição para o estabelecimento da nacionalidade brasileira. Trata-se dos sentidos de uma memória discursiva definindo pelas determinações históricas o sujeito letrado, ilustrado.

O discurso da unidade materializa-se na própria diversidade proposta pela instituição literária ao mobilizar na escritura o discurso do Outro. Só há o Outro na relação com o Um. Sob a égide do progresso, a instituição literária toma para si o papel regulador e controlador da língua.

Os sentidos da diversidade funcionam na crônica à medida em que diferentes sistemas simbólicos coexistem. Se o francês funciona como língua que se fala e se lê, ao lado do guarani, do espanhol e do português, é porque tais línguas constituem-se em espaços discursivos simultâneos de enunciar, de significar no Brasil. Assim, a crônica se inscreve numa posição discursiva que mobiliza na própria escritura o discurso da diferença lingüística, cuja diferença se dá na relação entre diferentes sistemas lingüísticos.

Essas diferenças lingüísticas apontam para a não-coincidência entre as formas-sujeito significadas na escritura literária da crônica e estas em relação ao efeito-leitor. Desse modo, o efeito-leitor que conhece os diferentes sistemas lingüísticos tem uma representação de oralidade enquanto objeto

antropologizado. Há “diferenças” e “diferenças”; logo, uma divisão política de diferenças.

3- Conhecimento do discurso estético da crônica

Consideramos que o gesto discursivo desse aumento quantitativo de publicação da crônica em jornais da segunda metade do século XIX, instituindo por uma divulgação massiva a língua escrita e as regras da língua portuguesa no Brasil, produzia na língua que ora se instituía o mesmo efeito discursivo da crônica.

O que faz a diferença em relação a este período é que se instala na escritura da crônica – mesmo que sob diferentes modos de representação da oralidade pelo discurso da escrita – diferentes dicções, diferentes textualizações de tomada da palavra materializadas na publicação efusiva da crônica. Nesses termos, dá-se o processo de cronicização da língua, ou seja, nesse momento em que se instauram novos gestos de materialização do dizer pelo discurso, a representação da oralidade pelo/no discurso da escrita muda. A escritura da crônica constitui-se modelo de língua tanto para língua escrita como para a língua oral.

Do ponto de vista discursivo consideramos que este gesto deve-se fundamentalmente à disputa pelos sentidos sobre a língua no Brasil e que o folhetim – no *réz de chaussé* – esse espaço vazio, funciona como o aporte para o funcionamento dessas diferentes discursividades sobre a língua. Tomamos a crônica enquanto espaço de formulação, definição e legitimação da língua para o Brasil.

Em outras palavras, o folhetim, fruto do advento da imprensa e de forte inscrição no discurso jornalístico, é tomado aqui como o espaço lacunar do rodapé de jornais que, ao ser preenchido por um texto literário, significa diferentemente o discurso sobre a língua, mobilizando diferentes rituais de

escritura.

O folhetim foi pensado inicialmente para a publicação do romance-folhetim em série nos anos 30 do século XIX, no entanto, no Mato Grosso, ao final deste mesmo século foi usado fundamentalmente para a publicação da crônica, o que não foi diferente de outras regiões brasileiras, onde essa prática discursiva da imprensa tinha fôlego acima das distâncias e das condições geográficas.

A primorosa pesquisa de Nadaf, em relação aos folhetins publicados em jornais mato-grossenses nesse período, no texto *Do romance à crônica*, considera:

O folhetim, na imprensa brasileira, instalou-se inicialmente como literatura de ficção. Em 04 de janeiro de 1839, o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, fez a sua estréia no gênero com a publicação em série da novela folhetinesca “Edmundo e sua prima”, de Paul de Kock.

[...]

A febre do romance-folhetim ganhou tamanha proporção que alguns jornais brasileiros chegaram a publicar simultaneamente mais de uma obra num só exemplar ou mais de um título num só rodapé, acompanhando o modismo da imprensa francesa.

[...]

Coube ao contista e dramaturgo Martins Pena a responsabilidade de inaugurar a crônica folhetinesca seriada no Brasil, oferecendo textos semanais, restritos a espetáculos líricos, para o rodapé do sempre pioneiro em novidades jornalísticas *Jornal do Comércio*.

[...]

Se insistirmos na apresentação destas longas e repetidas citações, que aliás se escrevem num estilo chistoso muito peculiar à crônica de folhetim, é porque elas reiteram o retrato do gênero: casamento do “útil e do fútil”, que legitimou a divulgação do fato mais comezinho ao mais trágico acontecimento; junção do “real com a fantasia”, donde a recorrência a uma linguagem coloquial mesclada com a linguagem literária com largo uso de trocadilhos, epítetos, paradoxos, frases de estilo, gracejo, argúcia e finura na apreciação, entre

outras figuras de retórica; [...]

Com esse perfil que mais se assemelhou a um “bazar asiático” a crônica folhetinesca do Rio de Janeiro fez o seu percurso de sucesso ao longo do Segundo Império, desfrutando de uma popularidade em pé de igualdade com a ficção nacional e estrangeira que se imprimia no espaço de referência: o folhetim do jornal. Seu modelo esparramou-se inclusive para as demais regiões do país, onde alcançou idêntica aceitabilidade.

Diferentes períodos da existência do folhetim elegem diferentes rituais de escritura para a sua publicação. Isso não é trivial, porque os sentidos mudam e os sentidos mudam à medida que os jornais publicam folhetins que significam diferentemente o saber lingüístico a partir de diferentes rituais de escritura.

Como já o afirmamos anteriormente, consideramos o uso freqüente do itálico, termos grafados em maiúsculas, clichês, notas de roda-pé, etc., como marca lingüística de funcionamento da alteridade, dos sentidos do Outro.

A partir de Authier-Revuz¹⁴, vemos que o funcionamento discursivo materializado por essas marcas lingüísticas, freqüentes no ritual da escritura literária folhetinesca, em especial, na crônica, aponta para a não-coincidência dos sentidos, pela relação entre o sistema formal da língua com o interdiscurso e o inconsciente. O itálico, dentre outras marcas lingüísticas, põe em funcionamento o que a autora nomeia *formas de modalização autonímica*. A modalização autonímica se mostra quando a língua faz referência a si mesma e quando os sentidos produzidos significam uma auto-representação do dizer.

A autora define esse funcionamento discursivo como:

espaço de não-coincidências onde se faz o sentido, nutrido dessas heterogeneidades que o distinguem da fixidez una do signo, é também, indissociavelmente,

¹⁴ AUTIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

aquele onde ele poderia desfazer-se, se não o protegesse, opondo-se à sua dispersão, uma força de ligação, de coesão, de UM que faz “obter” uma fala, que faz com que obter uma fala seja, entre outros, fazer “ter junto”o que não faz outro sentido senão o de não ser um.

O itálico é uma dessas marcas lingüísticas que funcionam como espaço de não-coincidências. O discurso do Outro, marcado pelo uso do itálico aponta para os sentidos da diversidade, da diferença lingüística, pela relação de oposição de sentidos que se estabelece com os sentidos de unidade. O mesmo folhetim Sem Título do jornal *O Expectador*, significa uma colcha de retalhos discursivos, se se considerar que cada retalho seja um termo em itálico – marca material do discurso da oralidade.

Vejamos:

[1] porém, se estivesse eu de veia para a *cousa*;

[2] Nada, seo Monsseller, *voça mercê* acostumou-se a ser sempre attendido, vendo-me hoje apurado quer *folhetim* – pois não!

[3] Ora eu, que abraçado com um projeto *jigantesco* que vivo a matinar coma descoberta do *Xingu*.

[4] Pois sem Senhores, o Sr Victal anda por ahi a *bispar* tudo para dar notícias.

Essa crônica é tecida por diferentes discursividades sobre a língua, cuja diferença está textualizada no sinal tipográfico sob a forma de itálico. Os termos em itálico das seqüências discursivas acima inscrevem-se diferentemente no discurso da diversidade lingüística. Consideramos que a crônica põe em funcionamento a não-coincidência discursiva nessas instâncias: [a] entre as diferentes formas-sujeito significadas pela política de línguas; [b] entre as formas-sujeito representadas na escritura literária do folhetim e o efeito-leitor circunscrito nessa escritura; [c] entre as formas-sujeito representadas na crônica e os sentidos que se produzem pela materialidade lingüística significados no itálico; [d] e da língua numa relação de

estranhamento com ela mesma.

No que concerne à instância [1], o itálico marca justamente o efeito de conhecimento lingüístico produzido pelo sujeito-autor, apontando que o termo marcado poderia ser outro. Como a inscrição discursiva de um termo pelo outro demanda diferença em sua materialidade simbólica, diríamos que pontualmente cada termo grafado em itálico mobiliza uma discursividade outra em relação ao conhecimento lingüístico.

Em relação à instância [2], o itálico aponta para o discurso do conhecimento do português arcaico – *cousa e voça mercê*; ainda em 2, *folhetim* significa um meta-discurso, à medida em que o articulista tematiza a própria escritura do folhetim como objeto de sua escritura; em 3, o itálico mobiliza o discurso do conhecimento sobre a língua quando marca os sentidos da oralidade pelo uso da hipérbole, do exagero: um projeto *jigantesco*. Em *Xingú*, ainda 3, o itálico mobiliza os sentidos da coexistência de diferentes inscrições discursivas do sistema simbólico da língua portuguesa do Brasil, dentre às quais, nomeações em línguas ameríndias; e em 4, o discurso sobre o conhecimento é mobilizado pelo termo *bispar* (xeretar, bisbilhotar), significando o uso popular da norma padrão da língua portuguesa estabelecida pelo Estado.

A escritura do folhetim que textualiza o discurso da crônica vai ao encontro do que afirma Macedo Soares em relação à representação da oralidade pela escritura literária: “já é tempo de escrever no Brasil como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal”. Não obstante à resistência constitutiva da instituição literária em conter e regular os sentidos da oralidade, pela inscrição da escritura no discurso da tradição, a crônica funciona como um seu lugar de frestas, portanto de escape para outros sentidos.

O discurso da oralidade é mobilizado na escritura da crônica também pelo uso de clichês. A propósito de uma reflexão sobre o uso do clichê na configuração discursiva do sujeito-brasileiro, Ferreira (2001:70) afirma que é dada a esse termo uma certa noção de banalidade:

A noção de banalidade, cujo registro é freqüente entre dicionaristas, produz um efeito de sentido que acentua um tom depreciativo e de desconfiança.

Consideramos, a partir do funcionamento discursivo do clichê na escritura literária do folhetim, que enunciados dessa natureza – clichê, estereótipo, chavão, etc. – inscrevem-se na escritura mobilizando a discursividade da diferença, da oralidade pelo fato de constituírem na ordem de um discurso que não o da escrita.

Ferreira considera:

Dada sua feição lingüística particular, o reconhecimento de certos enunciados como clichês é tarefa relativamente simples. Eles circulam entre distintas camadas sociais, atravessam gerações, sendo repetidos pelos indivíduos e reforçando cada vez mais uma verdadeira injunção de dizer, a qual leva a uma certa homogeneização do discurso

Pela própria diferença constitutiva entre a materialidade simbólica da escrita e da oralidade talvez seja possível pensar em clichês próprios do discurso da escrita e clichês específicos do discurso sobre a oralidade, no entanto, não é esse o nosso foco de reflexão no momento. Observamos que, diferentemente, do funcionamento discursivo do clichê analisado por Ferreira, os clichês da crônica *Sem Título*, do Jornal *O Expectador*, não configuram sentidos de uma subjetividade, em específico:

Pois Senhores, de véras que estou apurado; realmente é um *cravo* esta vida; prometi ao Sr. Monseller, dar-lhe um outro folhetim para o seo jornal, isto, porém, se estivesse eu de veia para a *cousa*, por isso que como bem diz o meo amigo Ramiro: nem tudo é para todos. Ora eu, que vivo que vivo hoje abraços com um projecto *jigantesco* que vivo vivo a matinar com a descoberta do *Xingú* e pensando com os meos botões em como essa

comissão há de dar com os *costados* por lá [...] Eu não deixei de extranhar aquilo – porém fiz me desentendido, dei duas voltas pelo salão e principiei a pensar sobre o caso, quando me baterão no ombro e me disserão: - “de muito pensar morreu um burro” virei o rosto e dei com a *prozaica* figura do meo amigo Manoel Gaudia. [...]

Pois aqui está Sr. Monseller, leve estas tiras, como um protesto *vivo* as suas insuportáveis exigências, mas, por caridade, tenha cuidado na composição desta *cousa* que será tudo o que quiserem – menos um *folhetim*.

Tenha muito cuidado, sim, Sr. Monseller, porque os meninos da *Candinha*, vivem a pista dos nossos erros, e caem em cima como *urubus* na carniça.

[Folhetim Sem Título, de Oscar. Jornal *O Expectador* – Cuiabá, maio de 1884)

Como vemos, a crônica mobiliza diferentemente no interior de sua escritura o funcionamento discursivo do conhecimento sobre a língua no modo como textualiza o clichê. Em [1] se estivesse eu de veia para a *cousa*, [2] pensando com os meos *botões* e em [3] caem em cima como *urubus* na carniça, o conhecimento sobre a língua mobilizado pelo uso do clichê não reconhece esses enunciados enquanto tal, visto que a demarcação tipográfica da materialidade da escrita localiza simplesmente um termo do enunciado: *cousa*, em [1]; *botões*, em [2] e *urubus* em [3].

O clichê [4] nem tudo é para todos não apresenta qualquer marca tipográfica de um dizer sobre si mesmo. Isso aponta para o fato de que esses chichês, do modo como são usados na escritura literária dessa crônica, constitutivos do discurso da oralidade não causam qualquer estranheza ao discurso da escrita. É como se pelo chichê, o sistema rígido do discurso da escrita perdesse suas divisas, seu controle.

O funcionamento do clichê na crônica, no modo como estamos interpretando, produz o efeito de apagamento dessa diferença. É o discurso da crônica. Essa leitura pode ser melhor compreendida na relação com o que a

mesma crônica reconhece, pelo discurso da escrita, um seu clichê, pois que este se apresenta marcado pelo sinal tipográfico das aspas, como em [5] “de muito pensar, morrêo um burro”. Somente esse clichê se mostra do lugar legitimado do clichê na escritura da crônica.

Essa indiferença em relação às marcas do clichê, como afirmamos anteriormente, não configuram diretamente um sujeito da língua, no entanto instauram discursivamente diferentes espaços enunciativos de dizer, instauram posições discursivas de sujeitos deferentes, de um sujeito da escrita e de um sujeito da oralidade.

Para a Análise de Discurso a língua é tomada na sua relação constitutiva com o sujeito e a história, mas quando ela se põe como o objeto próprio de referência no texto para dizer de si mesma, e não é usada apenas para nomear ou ser elemento de comparação – instrumento de comunicação ou expressão do pensamento – consideramos que está ela mesma ensejando um certo conhecimento sobre a língua circunscrito na escritura literária.

A língua define-se, para a Análise de Discurso, como uma das formas materiais do discurso que produz sentidos sobre si mesma. É metadiscursiva. Um corpo de definições sobre a língua advém de uma análise lingüística que compreenda o funcionamento discursivo da língua tanto na oralidade quanto na forma escrita.

Quanto aos sentidos da diversidade lingüística e ao processo de cronicização da língua, podemos inferir que, em relação às questões do funcionamento discursivo da enunciação e da variação lingüística, tem-se a quebra de protocolos sociais pela própria quebra de protocolos instaurados na escritura da crônica. A escritura muda à medida que mudam os modos de textualização de tomada da palavra no social, à medida que mudam as formas de representação da oralidade.

No caso do clichê, aqueles de natureza oral que vão se acomodando ao texto escrito da crônica apagam o efeito mimético da realidade enunciativa da

língua, expondo-a ao limite de tomá-la enquanto tal: língua e realidade numa relação constitutiva. Na crônica, produz-se o efeito de significação e não de imitação, tampouco representação da realidade.

Se em relação à quebra de protocolos sociais, em situações empíricas enunciativas, no discurso da escrita os sujeitos enunciadore s [1] não se introduzem, visto que se produz o efeito de sentidos de que os interlocutores estão juntos, presentes na mesma enunciação; têm como hábito o que há muito se tentou evitar, [2] efeito de sentido de cortar a conversa abruptamente, elemento presente no discurso da oralidade; [3] enunciam discursivamente do lugar da diversidade lingüística, pelo discurso da oralidade, opondo-se à escritura do discurso da escrita; etc. tem-se, pelo lado da língua, a mesma quebra de protocolos.

Como afirma Orlandi (1999:7), os discursos da escrita e oralidade produzem diferentes gestos de interpretação. Isso posto, em relação ao conhecimento sobre a língua portuguesa no Brasil, produzido na segunda metade do século XIX, dizemos que produz-se na escritura da crônica, pela gramatização brasileira e pelo Romantismo, os sentidos de reconfiguração da língua, visto que essa dupla discursividade – escrita e oralidade – passa a conviver no sistema da escrita sem acusações.

Consideramos a crônica enquanto espaço discursivo de encontro e convivência sem fronteiras dessa dupla discursividade.

4- Conhecimento do discurso da diferença lingüística

Orlandi (1990:88-89) afirma:

As línguas indígenas são línguas de tradição oral. Escrever as palavras da língua indígena como elas soam é trabalhar uma sua imagem fora de sua história, de seu modo de existência.

Essa afirmação aponta para os diferentes processos de constituição da língua portuguesa no Brasil: [1] os sentidos da oralidade por sua inscrição na língua Tupi e, ao mesmo tempo, [2] o discurso da escrita quando da sobredeterminação da cultura européia em relação à colônia. Ou seja, tomar a língua brasileira a partir da escrita é, de um certo modo, apagar os sentidos da língua geral e, por um outro lado, tomá-la nesta relação é incluir o índio na brasilidade de nossa língua.

Observamos que a crônica institui para si um ritual de escritura que textualiza o discurso de representação de “como se fala no Brasil e não de como se escreve em Portugal”. Essa representação tende a graduar-se pela presença de sinais tipográficos. Esses sinais tipográficos materializam diferentemente os sentidos de estranhamento em relação à língua.

No Folhetim *Sem nome* – crônica analisada anteriormente – o texto é a escritura de uma situação enunciativa de fala, um discurso da oralidade que diz – pelo uso do itálico – de um conhecimento sobre a língua. Consideramos, com isso, que a crônica determina regiões discursivas instáveis de poder escrever ou não como se fala. É o movimento dos sentidos nos processos de definição de uma língua e de elaborações sobre a língua.

Deslocar da posição discursiva que se inscreve num *Pode-se dizer tudo, mas não escrever tudo do modo como se fala* para a posição discursiva em que *Pode-se escrever tudo do modo como se deve falar* significa, no discurso da escrita, um efeito de ruptura com a tradição dos rituais de escritura literária, já que os modos de representação do discurso da oralidade pela escrita mudaram. Podemos afirmar *pode-se falar e escrever no Brasil do modo como a escritura da crônica institui que se possa ser dito/escrito*.

Há na publicação da crônica o investimento pedagógico e didático, a propósito da nação que emerge, ensejando a unidade lingüística, visto ser este um dos elementos definidores da nacionalidade.

Nessa segunda metade do século XIX, a crônica – de modo específico – constitui-se marco de demanda e coexistência de diferentes saberes sobre a língua, portanto lugar de visibilidade do discurso sobre o conhecimento lingüístico. Mais especificamente, lugar que materializa a simultaneidade de diferentes posições-sujeito em relação ao conhecimento sobre a língua.

Essa ruptura de sentidos não se refere ao deslocamento da posição discursiva [1] discurso da unidade à posição discursiva [2] discurso da diversidade, em que a segunda instância discursiva apagaria a primeira. Consideramos esse deslocamento discursivo de sentidos em relação à língua à medida que a crônica institui a coexistência, a simultaneidade desses diferentes funcionamentos discursivos sobre a representação da oralidade pelo discurso da escrita.

O (re)conhecimento do discurso da diferença materializa-se, na escrita, pela representação de um como se diz; no uso do itálico; no funcionamento discursivo de diferentes textualizações do modo de enunciar; no uso do clichê; etc.; mobilizando diferentes lugares discursivos de sentidos.

O estranhamento ao discurso da escrita materializado na escritura literária da crônica pelos sinais tipográficos ou não, como o caso do clichê – discurso da oralidade totalmente acomodado na formatação da escritura literária – funciona como lugar de limite, mas um limite que está sendo visivelmente ultrapassado, dando visibilidade a outros sentidos, como o do discurso regional, o do idiossincrático, o da oralidade, enfim, o do discurso do Outro.

A crônica significa o efeito de quebra ao discurso da tradição, em relação à escritura, acolhendo a outras discursividades que tomam desse espaço o lugar de circulação e legitimidade do sentido da diferença para a língua.

A crônica aponta para o movimento constitutivo da língua, atestando que aquele *modo de dizer* poderia ser outro e que, no caso específico do *corpus* desta pesquisa, essa diferença diz respeito à instabilidade e estabilidade do

discurso da oralidade na escritura literária. Dá-se o momento em que a crônica instala para a língua novas regiões de sentido a partir de uma posição-autor-sujeito-do-conhecimento.

A crônica inaugura novas discursividades para língua.

X - Considerações finais

Do processo difuso e múltiplo de descrição e interpretação do folhetim publicado na segunda metade do século XIX em jornais mato-grossenses – quase tão difuso quanto a própria materialidade simbólica de sua escritura – compreendemos a partir da relação entre o discurso da escrita e o discurso da oralidade um dos funcionamentos discursivos da contradição constitutiva e estruturante da história do conhecimento sobre a língua e sobre as línguas, apresentada e discutida por Michel Pêcheux (1981) e Michel Foucault (1992) dentre outros autores.

Essa contradição constitutiva da história do conhecimento sobre a língua situa-se no interior do próprio objeto lingüístico pelo jogo discursivo da oposição Significante/Significado e no modo como as diferentes teorias tomam da relação entre a língua e a coisa significada, no caso, a própria língua.

Consideramos assim que os diferentes discursos de conhecimento sobre a língua advém do conhecimento mesmo dessa língua enquanto materialidade simbólica possível e, dada a reflexividade e plasticidade constitutivas da língua, advém também da natureza da relação estabelecida entre palavra e coisa: se de imitação como em Platão no Crátilo, se de representação como em Aristóteles ou se de significação com a instauração do signo.

As determinações históricas do século XVI põem em crise a noção de interpretação. O Renascimento, a Revolução Tecnológica da Gramatização (nos termos de Aurox), o surgimento da imprensa, a reforma protestante, a tradução da bíblia para as línguas modernas, as grandes descobertas, etc., rompem os sentidos do absoluto, criando um

mundo configurado pela/na linguagem. Foucault (1992:63-79) considera:

Dom Quixote assumiu sua realidade. Realidade que ele deve somente à linguagem e que permanece totalmente interior às palavras.

[...]

A relação do significante com o significado se aloja num espaço onde nenhuma figura intermediária assegura mais seu encontro: ela é, no interior do conhecimento, o liame estabelecido entre *a idéia de uma coisa e a idéia de uma outra* [...] A partir da idade clássica, o signo é a *representatividade* da representação enquanto ela é representável.

A tese *Folhetim: uma crônica da língua* textualiza essas nossas reflexões, apresentando, num primeiro momento, a teoria na qual nos inscrevemos, a Análise de Discurso, teoria esta que se define pela possibilidade mesma de tomar a língua como capaz de falha e de falha da língua na história. As compreensões a que chegamos em relação ao jogo de oposições unidade / diversidade, língua / literatura, escrita / oralidade, palavra / coisa, etc., estão discursivamente ligadas a sentidos ensejados por este lugar teórico.

As teorias lingüísticas e a literatura constituem-se lugar privilegiado de embate dos sentidos sobre a língua, visto constituir-se-lhes – inescapavelmente – matéria prima à produção dos sentidos. Ao mesmo tempo em que a língua é tomada como objeto de estudos das ciências da linguagem, dá-se também enquanto materialidade simbólica capaz de poesia, nos termos de Pêcheux.

O Romantismo enquanto matriz discursiva arregimenta e administra os processos de gramatização brasileira, tomando-o como espaço ideológico de produção de sentidos sobre a língua e a literatura. O discurso nacionalista é materializado no folhetim sob bases discursivas do

Romantismo e do processo de gramatização brasileira, produzindo, definindo e estabilizando língua e literatura brasileiras.

Estruturada no jogo discursivo de oposição entre unidade / diversidade lingüística, a materialidade simbólica da língua é apreendida pelo discurso nacionalista, dando visibilidade às tensões de sentidos entre o discurso da escrita e o discurso da oralidade. A propósito de um demonstrativo mínimo da língua oral mato-grossense numa relação com a escritura literária do folhetim pode-se compreender essas diferentes ordens discursivas. O discurso da oralidade produz-se enquanto representação de uma dada oralidade na escritura do folhetim mato-grossense que não se identifica com a língua falada na região.

Essa compreensão nos permite afirmar a escritura do folhetim em Mato Grosso no domínio da literatura nacional brasileira. A posição discursiva assumida pelo sujeito-autor do folhetim é dada pela própria configuração da materialidade simbólica da língua escrita, gramatizada no Brasil, enquanto língua nacional brasileira, de modo que autores mato-grossenses e demais autores brasileiros produzem igualmente literatura nacional brasileira em Mato Grosso.

Uma compreensão discursiva da noção de *escritura* nos permite afirmar que sujeito e sentido são determinados socio-historicamente, produzindo diferenças na produção de sentidos sobre a relação palavra / coisa e definindo diferentemente a própria materialidade simbólica da língua. No entanto, em se tratando do discurso da língua escrita, essas mudanças resistem à tradição da escritura, por sua própria natureza, alargando o espaço de enfrentamento de sentidos entre o discurso da oralidade e o discurso da escrita, estruturado na própria língua.

O jogo discursivo de oposição entre escrita e oralidade dá visibilidade à tensão de sentidos produzida pela/na relação palavra / mundo, palavra / palavra. A intervenção mediadora do narrador se lança

na escritura literária do folhetim e tende a apagar-se à medida em que a crônica se estabelece no espaço vazio do folhetim. Essa (não)mediação narrativa apresenta-se em nossas análises sob duas possibilidades: 1- quando do apagamento da voz do narrador na escritura literária do folhetim; 2- quando do apagamento de sinais tipográficos denunciando a presença de discursividades de outras ordens no discurso da escrita.

Os modos pelos quais se dá a representação do discurso da oralidade na escritura do folhetim estruturam diferentemente os sentidos em relação à língua, apontando para a natureza da relação Significante / Significado e para a natureza da relação que se estabelece entre palavra / coisa. Em outras palavras, a escritura da crônica materializa a tensão de sentidos entre a dupla face constitutiva do signo lingüístico e entre os paradigmas da representação e da significação na relação palavra / coisa por um viés da história do conhecimento.

Em se apagando as marcas definidoras do discurso da escrita – mediação como uma de suas condições necessárias – franqueam-se passagens e funcionamentos a discursividades de ordens diferentes no fio intradiscursivo da escritura. Na instância da relação Significante / Significado esses sentidos que definem a ordem do discurso da escrita articulam-se a sentidos de outras discursividades sem mediação, ou seja, por uma relação constitutiva no interior da língua, de modo que a escritura literária passa a ser definida no modo como está significada nela mesma a sua materialidade simbólica.

Consideramos que o jogo discursivo da oposição escrita e oralidade tende a diluir-se à medida que a representação da oralidade ocupa no espaço simbólico da escrita o lugar do fora que está constitutivamente dentro, daí, que a escritura literária assume a posição discursiva de narrar de si mesma ao apontar para a oralidade sem os mecanismos de sinais tipográficos e de narrar de si mesma ao representar

o discurso da oralidade sem a mediação narradora.

A tensão de sentidos materializada na escritura da crônica se dá pela coexistência e simultaneidade de diferentes instâncias mediadoras na escritura do folhetim pelos efeitos de presença e ausência do narrador:

1- Efeito da presença plena do narrador – nesse caso, a escritura literária do folhetim produz os sentidos de oposição dentro / fora do texto, em que o narrador – de fora dos acontecimentos da história – conhece bem o fato e põe-se a narrar:

Uma história verdadeira, mas perfeitamente romântica.
Um estudante, filho de uma pobre viúva, recém-chegado de Upsala, passeava com os seus companheiros no jardim público, um domingo de manhã.
Palestravam alegres, quando notaram que, em direcção a elles, caminhava a filha do reitor da Universidade, rapariga gentilissima, que ia à igreja com a sua aia.

[Folhetim *Um beijo venturoso* (Matéria Extraída) –
Jornal A Gazeta de 1889 – Cuiabá]

2- Efeito da presença parcial do narrador – nesse caso o narrador está estruturado na narrativa, dando-se como um conhecedor do fato a ser narrado, no entanto, um conhecedor que também faz parte da narrativa enquanto um seu personagem. O jogo discursivo da relação dentro / fora da narrativa estabelece-se na própria organização da escritura pela oposição personagem / narrador.

Que é isso Octávio?! Esta's blasfemando? Olha que Deus castiga!
Então cala-te, não me falles na morte! Dize-me que hasde viver ainda muito tempo, que em breve iremos passear em terra como fazíamos todas as noites no Bom-Fim.
Olympia ouvia-me e naquelles labios divinos, pairava um suave e melancolico sorriso.

[Folhetim da Opinião: *O Anjo da Bonança*, por A .
Correia – Jornal A Opinião – Cidade de Santa Cruz de
Corumbá, 14 de janeiro de 1879]

Há um discurso direto que se estabelece entre Olympia e Octávio, sendo este personagem e narrador ao mesmo tempo, no entanto, quando Octávio enuncia: *Olympia ouvia-me e naquelles labios divinos, pairava um suave e melancolico sorriso* tem-se novamente o funcionamento discursivo da oposição dentro / fora do texto. A voz narrativa produz o efeito de distância na relação autor / leitor, personagem / narrador.

3- Efeito da não-mediação narrativa – A não-mediação narrativa instaura os efeitos de presentificação e simultaneidade interlocutiva entre sujeito-autor e sujeito-leitor, redimensionando o funcionamento discursivo das oposições escrita / oralidade, dentro / fora do texto, unidade / diversidade lingüística, personagem / narrador, palavra / coisa, nacional / regional, etc. O discurso da oralidade, este representado na escritura literária do folhetim, produzindo o efeito de conversação natural, espontânea, sem as intervenções narrativas próprias do discurso da escrita, produz o efeito de total apagamento de mediação:

Pois Senhores, de véras que estou apurado; realmente é um cravo esta vida; prometi ao Sr. Monseller, dar-lhe um outro folhetim para o seo jornal, isto, porém, se estivesse eu de veia para a cousa, por isso que como bem diz o meo amigo Ramiro: nem tudo é para todos.

Ora eu, que vivo hoje abraços com um projecto gigantesco que vivo a matinar com a descoberta do Xingu e pensando com os meos botões em como essa commissão hade dar com os costados por lá, attendendo a pouca munição de boca que ella leva para atravessar mattas, campos e montanhas onde nunca receberam pés humanos, e onde em muitos logares não existe caça, eu q'vivo enfrornado nessa história toda heide agora escrever, e escrever sempre – folhetim?

[Folhetim Sem Título - Jornal *O Expectador*, Cuiabá, 29 de maio de 1884]

No que concerne aos sinais tipográficos da escritura literária os consideramos como formas mediadoras específicas do discurso da língua escrita, funcionando como seus agentes narradores quando se põe a falar de si mesmo, a se auto-explicar. Marcando a presença de discursividades de ordens diferentes, os sinais tipográficos estão sempre apontando para um fora de si, no entanto, a crônica apresenta-se como lugar de tensão dos sentidos ao materializar diferentes instâncias dessa mediação.

O Folhetim Sem Título do Jornal *O Expectador* aponta para o funcionamento discursivo do clichê articulado ao discurso da escrita sem mediação de sinais tipográficos, como se pelo clichê o sistema rígido do discurso da escrita perdesse suas divisas, suas fronteiras na relação com o discurso da oralidade.

Os clichês “se estivesse eu de veia para a *cousa*”, “pensando com os meus *botões*” e “caem em cima como *urubus* na carniça” não são mediados pelos sinais tipográficos mostrando o estranhamento dos enunciados como um todo do clichê. Apenas os termos “*cousa*”, “*botões*” e “*urubus*” são estranhos ao discurso da escrita. E, de modo específico, o clichê “nem tudo é para todos” apresenta-se sem qualquer marca mediadora. Somente o clichê “de muito pensar, morrêo um burro” é tomado enquanto tal, apresentando-se entre aspas.

Consideramos o discurso da crônica, este textualizado no percurso narrativo da escritura do folhetim, funcionando como lugar de tensão e formulação de sentidos sobre a língua: feita objeto de estudos das ciências da linguagem e feita matéria prima da literatura. O folhetim funciona discursivamente enquanto crônica da língua à medida que a toma do cotidiano como matéria de sua escritura.

Do nosso percurso de análise, difuso e múltiplo como a própria materialidade lingüística da escritura literária, compreendemos o espaço simbólico da relação palavra / coisa e palavra /palavra sem o liame da relação Significante / Significado impondo-se como jogo de sentidos constitutivo da materialidade simbólica da língua: o que não advém da natureza, tampouco da convenção, razão pela qual a “língua é capaz de poesia”.

ANEXOS

O EXPECTADOR

ORGAN DOS INTERESSES SOCIAES

EDITOR E PROPRIETARIO:
Pedro Moseller.

TYPOGRAPHIA DO POYO —
Ruã do Barão de Melgaço n.

Ridendo castigat mores.

— CUIABA, 29 DE MAIO DE 1884 —

EXPEDIENTE

Publicação semanal.

Assinaturas :

Por trimestre 28500 reis.
Por mez..... 18000 »
N.º avulso..... 500 »

Annuncios e a pedidos

Por linha..... 100 reis,

Não se admite testamento do ferro.

O Expectador

29 de Maio de 1884.

Abolicionismo

A idéa abolicionista que nestes ultimos tempos tem-se desenvolvido com tamanha rapidez — achou guarida em todo o coração verdadeiramente brasileiro.

FOLHETIM

Pois Senhores, de véras que estou apurado; realmente é um *cravô* esta vida; prometti ao Sr. Moseller, dar-lhe um outro folhetim para o seu jornal, isto, porém, se estivesse eu de veia para a *cousa*, por isso que como bem diz o meu amigo Ramiro — nem tudo é para todos.

Ora eu, que vivo hoje abraços com um projecto *figanteço* que vivo a matinar com a descoberta do *Xingú* e pensando com os meos botões em como essa commissão hade dar com os *costados* por lá, attendendo a pouca munção de *boea* que ella leva para atravessar *matas, campos e montanhas* onde nunca receberam pé huma-

Sim, em todo o coração verdadeiramente brasileiro, porisso que, áquelles que infelizmente não querem aceitar esta civilisadora e humanitaria idéa, não se pôde derrogo nome de brasileiro, por quanto, 'fo' brasileiro amante do progresso e civilisação de 'seo paiz' ex-forsa-se em arredar d'elle essa mancha negra q' a todos enche de epprobrio e ignom. nia!

Infelizmente, para nós Brazileiros, o Brazil è hoje unico Estado q' ainda possuiue escravos em seo seio.

Não está longe, porém, o dia em que, esse cancro social, legado a nós pelos nossos antepassados, desaparecerá d'uma vez para sempre.

Não está longe o dia em que o Brazil, poderá, aliviar, erguer a fronte e encaras as nações civilisadas, mostrando á ellas q. ao contrario dos Estados Unidos d'America do Sul, elle soube abolir a escravatura, sem

que o seu sólo fosse banhado com o sangue de seus filhos!

Ao Ceará, coube a gloria de ser a primeira das provincias do Imperio — a dar esse exemplo de civilisação e patriotismo — fazendo extinguir a condicção escrava de seo territorio, no dia 25 de Março, deste anno.

Oxalá possa, o mais breve que fór possível, esse exemplo ser imitado por todas as outras provincias.

O Rio Grande do Sul — já principiou a manifestar-se como a primeira a seguir o glorioso e minho traçado pelo Ceará; e, quasi que poderemos assegurar q' será o Rio-Grande, a segunda provincia a abolir a escravatura, e, esse juizo, fazemos baseados no caracter, por excellencia, livro e generoso de seus habitantes.

Em todas as provincias do Imperio, surgem diari-

amente sociedades e clubs abolicionistas.

A propaganda está feita; ella encontrou lécho em todos os peitos; na sua marcha encontrará obstaculos, como acontece sempre q', no seio de um povo, surge uma idéa grandioza, porém, a propaganda abolicionista saberá transpor-las vencendo todos esses obstaculos, levará o manto da liberdade aos escravos, desde o palacio do opulento até a choupana do pobre, onde elles estiverem, não, como bem diz a Gazeta de N. ticias » ao som dos libombós dos Canhões, nem ao retinir das bayoetas, mas sim, aos sons harmoniosos das bandas de musica, como até aqui tem acontecido.

O que é o abolicionismo? A obra do presente e a do futuro.

« Uma patria respeitada, não tanto pela grandeza do

nos, e onde em muitos lugares não existe caça. eu q' vivo *enfreado* nessa historia toda heide agora escrever, e escrever sempre — folhetim?

Nada! Vou despachar o Sr. Moseller, vou mandar-lhe dizer.... por exemplo: que elle tenha mais cuidado com as *provas* para não deixar sair *Cifluzo* — em lugar de *Defluxo* — como se lê na noticia sobre o *Cacete* — *defluxo* Turco.

Nada, seo Moseller, *roga* mercê acostumar-se a ser sem, re-attendido, vende-me hoje a *purado* quer *folhetim* — pois não!

Mas, em ainda não contei uma circumstancia muito interessante, que se deo comigo relativamente a noticia do

casamento do caro *Chico Orlando*.

Pois sim Senhores, o Sr. Vicual, anda por ali a *dispar* tudo para dar noticias neste jornal, vai aos bailes e não dá descaço aos seus olhos, vive aqui, alli e acolá — em toda parte ao mesmo tempo. Chega em sua casa acende uma vela de *sêbo* — enrola um cigarro, fien em *ceroulas* e ca. isu de *meu*, *ô dôs teijos* no seo *Oscar* que já está a *arru*ir e depois de tudo isto — *zê* — por que os *toilettes* das Senhoras falanas de tal e tal eram riquissimos —!

Declina uma meia duzia de n mes deixando as demais Senhoras todas *raicosas*, e, eu que pague o *pato* que não comi!

Pois foi assim, fui a uma

pequena reunião, a convite de um amigo, lá encontrei diversas Senhoras do meu conhecimento — cumprimentei a todas ellas, correspondêram ao meu cumprimento o mais friamente possível.

Eu não deixei de extranhar aquillo — porém fiz-me desentendido, dei duas voltas pelo salão e principiei a pensar sobre o caso, quando me baterão no hombro e me disserão: — « dá muito pensar, morrêo um burro! » vive o rosto e dei com a *prazica* figura do meu amigo Manoel Gaudia.

Em que diabo pensas tu? interrogame elle.

Penso, respondi-lhe eu, no motivo de *trair* d'essas senhoras, para com go.

Ora, historias homem, dia

seu territorio como pela uniao de seus filhos; não tanto pelas leis escriptas, como pela convicção da honestidade e justiça do seu governo, não tanto pelas instituições deste ou d'aquelle molde, como pela prova real de que essas instituições favorecem, ou, quando menos não contrariam a liberdade e desenvolvimento da nação.»

Evaristo Ferreira da Veiga.

Não ha muito que se falla no Brazil em Abolicionismo e partido abolicionista. A idéa de supprimir a escravidão, libertando os escravos existentes, succedeu a idéa de supprimir a escravidão entregando-lhe o mihão e meio de homens de posse que ella se achava de posse em 1871 e deixando-a acabar com elles. Foi na legislatura de 1879 — 80 q' pela primeira vez se viu dentro e fóra do parlamento um grupo de homens fazer da emancipação dos escravos, na limitação do captivoiro ás gerações actuaes, a sua bandeira politica, a condição preliminar da sua adhesão a qualquer dos partidos.

A historia das opposições que a escravidão encontrara até então pôde ser resumida em poucas palavras.

No periodo anterior a Independencia e nos primeiros annos subsequen-

tes, houve na geração, trabalhado pelas idéas liberaes do começo do seculo, um certo desassociego de consciencia pela necessidade em que ella se viu de realizar a emancipação nacional, deixando grande parte da população em captivoiro pessoal. Os acontecimentos politicos, porem, absorviam a attenção do povo, e com a resolução de 7 de Abril de 1831 começou um periodo de excitação que durou até a Maioridade.

Foi sómente no segundo reinato q' o progresso dos costumes publicos tornou possível a primeira resistencia séria á Escravidão.

Antes de 1840 o Brazil era preza do trafico de Africanos, o estado do paiz é fielmente representado pela pintura do mercado de escravos no Valongo.

A primeira opposição nacional á escravidão foi promovida tão somente contra o Trafico.

Pretendia-se supprimir a escravidão lentamente prohibindo a importação de novos escravos. A vista da espantosa mortalidade d'essa classe, dizia-se que a escravatura, uma vez extincto o viveiro inexgotavel da Africa, iria desaparecendo pro gressivamente, apezar dos nascimentos.

Acabada a importação de Africanos pela energia e decisão de Enzebio de Queiróz, e pela vontade tenaz do Imperador — o qual chegou a dizer em despacho

que preferia perder a corda a consentir na continuação do Trafico — seguiu-se a deportação dos traficantes e a lei de 4 de Setembro de 1850 uma calmaria profunda. Esse periodo de caução ou de satisfação pela obra realisada — em todo o caso de indiferença absoluta pela sorte da população escrava — durou até depois da guerra do Paraguay, quando a escravidão teve q' dar e perder outra batalha. Essa segunda opposição q' a escravidão soffreu, como tambem a primeira, não foi um ataque ao acampamento do inimigo para tirar-lhe os prisioneiros mas uma limitação apenas do territorio sujeito ás suas correrias e depredações.

Com effeito, no fim de uma crise politica permanente que durou de 1866 até 1871, foi promulgada a lei de 28 de Setembro; a qual respeitou o principio da inviolabilidade do dominio do Senhor sobre o escravo, e não ousou penetrar, como se fora um local sagrado, interdito ao proprio Estado, nos *Ergastulos*, agrarios; e de novo a esse e forço de um organismo debilitado para minorar a medças consequencia da gangrena que o invadia, succedeu outra calmaria da opinião, outra época de indiferença pela sorte do escravo, durante a qual o governo pôde mesmo esquecer-se de cumprir

a lei que havia feito passar.

Foi somente oito annos depois que essa apathia começou a ser modificada, se levantou uma terceira opposição a escravidão d'esta vez, não contra os seus interesses de expansão como era o Trafico, ou a suas esperanças, como fecundidade da mulher escrava, mas directament contra as suas posses, contra a legalidade e a legitimidade dos seus *dirctos* contra o escandalo da sua existencia em um paiz civilisado e a sua perspectiva de embrutecer o *ingenuo* na mesma senzala que embrutecera o escravo.

Em 1850 queria-se supprimir a escravidão, acabando com o Trafico; em 1871, libertando desde berço, mas de facto depois dos vinte e um annos da idade, os filhos de escravo, ainda por nascer; hoje quer-se supprimir a, emancipando os escravos em massa e resgatando os *ingenuos* da escravidão da lei de 28 de Setembro. E' este ultimo movimento que se chama Abolicionismo, e este resolve o verdadeiro problema dos escravos, que é a sua propria liberdade.

A opinião em 1875 condemnava as transações dos traficantes, mas julgava legitima e honesta a matricula depois de trinta annos de captivoiro illegal das victimas do Trafico.

(Continúa)

xa-te disso, já deo signal de quadrilha vamos dançar!

Fui convidar uma senhora para dançarmos, porem, qual não foi o meo desapontamento quando vi que todas negavao-se a dançar comigo!

Nada, dizia eu, isto não pôde continuar assim, vou indagar d'ellas mesmas a razão porque se conspirão contra a minha inoffensiva individualidade.

Dirigi-me a uma pôr uma e depois de muito instar, me disserão que, não dançavao comigo porque em noticiando os *toilettes* das senhoras que formo no baile do casamento de Orlando — limitei-me a declarar o nome de *seis* senhoras — deixando de fazer o mesmo com *ellas* que se haviam casado em se apresentar

com seus vestidos bem preparados!

E esta! não esteve má a gaitada, pois eu dei lá noticia alguma?

Exorcei-me em convence-las do contrario, fiz-lhes ver que essa noticia fóra dada pelo Victal, que eu era incapaz de me lembrar disso, porem, de nada valerão as minhas chorosas satisficções.

Sahi da reunião, porque decididamente n'aquelle ou estava *infeliz*, visto como lutava com a opposição do *bello sexo*.

Meti-me em casa a rogar p'ellas contra o Victal, que, á follar a verda de, tambem não tem culpa que eu soffresse tão grande decepção.

Em todo caso Sr. Victal eu me reabilitarei perante o *seu* amavel, apresentando-o a

elle, como o noticiariista do baile de Orlando, para livrar-me de tamanha guerra, mais cruel ainda do que a dos *farrapatos* lá da sua terra depois aguentar-se no balaço.

E, já que tratei aqui de *noticias*, vou dar uma aos leitores — o Queiróz, promettêo responder ao *folhetim* do ultimo numero deste jornal — o que fará talvez, hoje, no *Echo*.

Diz elle que foi o seu compadre Victal — o autor do *dito* folhetim, e que aquellas historas são todas inexactas, porem, o que é certo é, que, sendo do Victal, elle teve razão, não digo que *briguem*, porem, eu, no caso do Queiróz, não aturara, dizer q' é um rapaz *galante* e alegre e folgazão!

Que traz unhas, apezar de

lin: pae, *compridas*, dando assim idéa de *Tamandua*!

Nada, Sr. Queiróz, isto não se deve mesmo aturar, os nossos *principios de dignidade* nos obrigão á repellir tão grande affronta!

Fogo nelle, fogo no Victal, não tenha dô nem compaixão do seu Compadre, foi elle mesmo que escroveo o *folhetim* — elle gosta dessas *coisas* e está no seu elemento quando se ve diante d'uma *lira* de papel não o poupe Sr. Queiróz — mostre-lhe p'ra que serve um « politico » — isto é — p'ra que serve um socio do « Club dos Politicos »

Uma outra noticia vou dar aos leitores, esta sim, é importantissima, portanto sejam *rápidos* ouvindo: dirigindo-se a

EM SEGUIDA ao nosso artigo de fundo publicamos um obre o mesmo assumpto, que nos foi entregue por um nosso amigo.

Aproveitamos o ensejo, para pôr a disposição de quem quizer, as columnas deste jornal, para as publicações de artigos inherente ao abolicionismo.

NO DIA 24 do corrente, o Sr. Alfere José Leite da Cunha Mattos, restituiu a liberdade, a unica escrava que possuia com a condição de lhe servir por mais quatro annos.

ANNIVERSARIO NATALICIO. — A digna e virtuosa esposa do Sr. Tenente Coronel Carlos Magno da Silva, completou, no dia 23 do corrente o seo 44.º anniversario natalicio.

A' noite, tendo-se reunido muitas pessoas da amizade do Sr. Tenente Coronel Carlos Magno, em sua casa, foram obzequias, por este cavalleiro, com uma chave de chá, cujo serviço abundante e variado estexa a contendo geral.

A COMMISSÃO Allema, de exploração do rio XINGU, partio d'aqui no dia 26 do corrente.

A companhia a Commissão, os Srs. Capitães Paula Castro e Tupy Caldas que vae commandando a força.

Boa estrella os guie. PUBLICAMOS hoje, na sessão dos apudados um artigo em que alguns liberaes, apresentão para deputado geral, nas proximas eleições, pelo 1.º Circulo, o Sr. Dr. Dormevil José dos Santos, Malhado.

Com quanto, oppostos as idéas liberaes, e ainda que o nosso jornal seja completamente alheio as lutas dos partidos politicos, todavia, não podemos deixar de reconhecer

que, na pessoa do indigitado, concorrem todos os requisitos para sua candidatura.

O Sr. Dr. Dormevil Malhado, reside, nesta provincia e mais de vinte annos, onde é casado em segundas nupcias, com seuhoras cujabanas.

Desde q' aqui chegou, tem trabalhado com muita actividade na politica liberal, foi deputado provincial, tem por mais de uma vez assumido a redacção do orgão do seo partido, a sua profissão de medico, a qual tem até hoje exercido com muita dedicacão e caridade, attendendo com promptidão aos chamados dos meos favorecidos da fortuna, deo-lhe numa invejavel popularidade.

Democrata por excellencia, o Sr. Dr. Malhado — jamais fez ostensão de sua intelligencia e do seo pergaminho; para esquecer os deveres de cortezia, deixando de se mostrar amavel para com todos sem distincção de hierarchias.

Tem, por meio de sua profissão, ganho muito dinheiro; porem, devido a generosidade de sua alma, por um lado, e por outro as necessidades que sempre apparecem na politica, o Sr. Dr. Malhado, tudo que tem ganho tem tambem despendido.

Finalmente, em testemunho dos enumeros serviços que tem prestado ao partido liberal, o Sr. Dr. Malhado, na lista dos vice-presidentes desta provincia occupa o terceiro logar.

Si esses serviços, si esses titulos não forem mais que sufficientes para garantir ao Sr. Dr. Dormevil Malhado, uma cadeira no seo da representacão nacional, então julgamos uma chimera os es immensos sacrificios que se faz em politica.

Concluindo diremos que, de todas as pessoas que do parti-

do liberal se dizem candidatas pelo primeiro circulo, nenhuma tem tantos serviços nem mais merecimentos como tem o Sr. Dr. Dormevil José dos Santos Malhado; e, o q' vimos de expender, são verdades incontestaveis e reconhecidas por pregos e trovalhos.

UMA RECTIFICAÇÃO NECESSARIA. — sob esta epigrapho, lemos o artigo do Sr. Capitão Caetano d'Albuquerque, illustrado redactor da Provincia, em o n.º passado d'esse jornal, em que vem explicando ao publico a phrase que empregou no seo discurso, na noite de 7 do corrente, em palacio, por occasião da manifestação a S. Ex. o Sr. General Barão de Batovy; contestando-nos diz o illustre collega que: « Um livro em branco nunca poderá ser uma historia qualquer, mesmo da Carocha, quant mais da provincia » —, o exactamente.

Porém, o illustrado redactor hade nos permittir o dizer-lhe: é verdade que, « um livro em branco nunca poderá » ser a historia da causa alguma, mas, n'um « livro em branco » é que se poderá escrever a historia de uma nação, quanto mais a de uma provincia ou a da «Carocha».

Por tanto, o illustre collega podia ter julgado esse livro ainda em — branco, — (assim como disse que estavam em branco, quasi todas as suas paginas) e fferrecel-o a S. Ex. o Senr. Barão de Batovy, para encher-o.

É muito possivel que não tivéssemos ouvido — o quasi, pronunciado pelo illustre collega, não obstante a força de seos pulmões, nos quaes, com razão, muito confio, porém, creio o illustre collega de que, como nós, muitas pessoas que se achavão presentes e ouvirão do perto o discurso, não prestaram attenção a quasi.

Não nos assiste, pôr em quanto, o menor motivo para duvidar da coherencia do distincto e illustrado collega, e, cremos que, no nosso arti.º, nem pôr sombra se d'vta qualquer duvida nesse sentido.

Aceitando, pois, a rectificação do illustrado collega, diremos que, fazemos votos para que caiba a S. Ex. o Sr. Barão de Batovy, a gloria de encher as paginas do livro da vida da provincia, que estavão quasi todas em branco quando S. Ex. assumio a sua administração.

E, DIZEM QUE NÃO HA D E O, quem é que fez essas maravilhas?

Há cousas que fazem a gente pasmar e rir ao mesmo tempo.

Denunciamos as irregularidades que se notavio nos concertos da ponte do Coxipó.

S. Ex. o Sr. Barão de Batovy, tomando em consideração, por assim exigir a gravidade do assumpto, a nossa denuncia, foi elle mesmo, acompanhado do Exmo. Sr. General Carlos Rezin, examinar os concertos da referida ponte, e vio que tinhamos razão na denuncia que demos.

O Sr. Dr. Antonio Alves Ribeiro, engenheiro da provincia, que não tinha sido avisado — de se haver dado principio aquelles trabalhos, tão logo teve conhecimento da nossa denuncia, por lhe ter prevenido o Sr. Inspector da provincial, para lá se dirigio — e do que observou, dá sciencia a presidencia da provincia, em officio de 5 de Maio e publicado na «Provincia» de domingo ultimo.

Diz o Sr. Alves Ribeiro... « mostrei (ao encarregado) os esteios que devião ser substituidos — (logo, como dissemos, havia falta) notando unicamente que as linhas apparelhadas — não tinham as dimensões exigidas pelo orçamento ».

« É verdade haver o mestre Assumpção, collocado — pedaços de tabas — aos lados dos esteios »... Logo comprehendem o

Commissão dos festejos de 13 de Junho, a casa do poeta Pedro Canal, para pedir a sua assignatura, (os cubres já se vê) o poeta subscreevo com o que poude, e, promettio a Commissão que, além d'aquella esportula, lha sacar de muza uma producção poetica, de bastante força, bem patriótica para mandar publicar e imprimir em avulso no referido dia 13 de Junho.

Temos obra e obra grossa, vamos todos gozar das deliciosas producções da sympathica muza do muito sympathico poeta Canal.

emo-nos — que desta 13 de Junho, a exemplo de mais annos, não olvido, temos estas poesias, e eu que o autor dos Ale-

xandrinhos verços do poeta, competidor do mavioso Escalas, ansioso espéro esse dia.

Oh! Céos, como eu me julgar a infeliz se não pudesse ler as arrebatadoras poesia — promettidas a Commissão dos festejos!

Pois aqui está Sr. Moseller, leve estas tiras, como um proleto vivo as suas insupportaveis exigencias, mas, por caridade, tenha cuidado na composicão desta cousa que será tudo o que quisiérem — menos um folhetim.

Tenha muito cuidado, sim, Sr. Moseller, porque os titulos nos da Cantinha, vivem a pista dos nossos erros, e caminhamos em cima como aranhas na carnica.

Oscur.

ECHO DE CUYABA.

Publica-se uma vez por semana. Imprensa-se na typographia da Situação.

... mais il est permis, même au plus faible, d'avoir une bonne intention et de le dire — VICTOR HUGO.

Cuyabá,

6 de Março de 1884.

Num. 1

Expediente.

ASSIGNATURAS

Por mez	1\$000
Numero avulso	\$200
Annuncios por linha	\$050

Pagamento adiantado

As publicações solicitadas deverão vir competentemente responsabilizadas.

ECHO DE CUYABÁ.

6 de Março de 1884.

Com o apparecimento deste pequeno periodico não temos em vista difundir luz nem emprehender negocios de altos commettimentos para o que não nos desvaneca a idéa de nossa incompetencia ; entretanto, é nosso intento pugnar pela moralidade dos actos administrativos e de tudo quanto diz respeito aos interesses moraes e materiaes desta nossa cara Provincia

Se em nossa marcha encontrarmos alguns obstaculos que nos possam impedir, por certo que não iremos adiante ; porém, nos ficará ao menos a satisfação e a boa vontade com qua emprehendemos.

Sujeitamos á analyse e critica de pessoas entendidas e até pedimos mesmo a sua correção, nos pontos que julgarem contrarias á boa ordem da collocação das palavras, phrases, etc. ; porém estaremos promptos tambem á repellir as censuras das que forem incompetentes (o que de ordinario acontece) e que não estejam no caso de lançar ridiculos e satyras áquillo de que pouco ou nada entendem.

É este o nosso programma, o primeiro passo está dado. o resto depende de suas valiosas collaborações.

A imprensa e o progresso.

Apreciamos sobremaneira o caminho que tem tomado em nosso seculo o grande invento de Gutenberg denominado — Imprensa — que tanto tem coadjuvado na obra de que se empenha a humanidade por levar ávante, isto é, o grande fito de todos — o progresso universal, não pôde nos deixar de dar-lhe a devida homenagem de nosso apreço e consideração.

Esse progresso universal de que ha sido a imprensa util instrumento, e que por ella são transmitidos á todos os povos cultos, os meios de ligarem-se, pelos mais estreitos laços, já ha sido excessivamente grande.

O que não acontecia até ha bem pouco tempo ; pois que gastavão-se muitas mezas á communicarem-se umas nações com outras, e, por consequencia, tardias as noticias, que apenas erão transmitidas por navios á vellos, muitas vezes com más viagens, e difficis transportes.

Ao passo que hoje, graças ás grandiosas descobertas e estudos adantadissimos nos podemos vangloriar de que tudo devemos unicamente á — imprensa — tornando-se hoje tudo facilimo e ao alcance de qualquer individuo ainda mesmo o mais pobre.

Por meio da imprensa facilitou-se as descobertas do vapor á machinismos, do telegrapho, da estrada de ferro, do telephono, dos grandes canaes elementos poderosissimos de progresso reaes, en-

tre as nações cultas, o presenteamento das diversas maravilhosas invenções das machinas para todos os misteres da vida humana.

Agora trabalha-se e com grande interesse na extincção do cancro mais vexatório no nosso paiz, o elemento até aqui indispensavel na nossa d. finhante lavoura, fonte necessaria para a vida e progresso de um povo, fallamos da escravidão.

Mas em substituição tambem trabalha-se para adquirir-se machinismos e immigração de estrangeiros industriosos e trabalhadores da velha Europa — sendo, porém, preferiveis os filhos dos importantes paizes da Allemânia e Inglaterra. Mas, para que tudo isto se leve á effeito, é a imprensa o meio mais poderoso e facil pelo qual poderemos chegar aos fins desejados.

E para partilhar na grande obra da humanidade, apparece hoje, cheio de vida, esta scentelha de luz, posto que fraca denominada — Echo de Cuyabá —, occupando tambem um cantinho ao lado de suas irmãs, afim de pugnar pelo progresso da terra onde nasce, pela moralidade e respeito, sobretudo, ás mais importantes instituições do nosso ainda atrazado paiz, garantidas pelas nossas leis fundamentaes ; apontar os erros que commetterem os que nos dirigem e aconselhar mesmo o bom caminho que devão seguir, afim de que possamos alcançar as benções de um povo tão novo na sua existencia e já cansados de supportar

tantas adversidades na luta infinita decretada pela Providencia Divina, neste mundo.

Caminhemos.

Cuyabá, 6 de Março de 1884.

Occurrenças locais.

Sermão quaresmal — No domingo ultimo, occupou a tribuna sagrada S. Ex.^a Rvm. o Sr. Bispo Diocesano; tratando da educação dos filhos, sobre cujo assumpto falou com a mais admiravel satisfação.

Condecoração — Foi merecidamente agraciado com o habito de cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz o nosso distincto amigo Capitão Joaquim Maria do Espirito Santo. Felicitemol-o.

Consorcio — No dia 24 de Fevereiro ultimo, pelas 4 horas da tarde, na frequentia de S. Gonçalo d. Pedro 2.^o consorciaram-se o Sr. Francisco Pereira de Souza e a Ex.^a Sra.^a D. Anna, tutelada do Sr. Tenente Coronel Joaquim Vaz de Campos.

Aos jovens conjuges nossas felicitações.

Folhetim.

Dialogos entre Professores.

na occasião da solemnidade da abertura do Lyceu Cuyabano.

En tout cherchez la femme
ALEX. DUMAS FILS.

— Como acharam a festa, perguntou o representante superior da instrucção provincial, aos mais distinctos senhores que o assistiram no acto de abrir as aulas do Lyceu Cuyabano?

— Boa, porém devemos lastimar que não tive-se maior numero de senhores presenciando aquella solemnidade, pois perderam o gosto do pa-

Sotró — Teve logar na 4.^a feira de Cinzas — o *Sotró* — off-recido ao Dr. Alfredo da Gama Lobo d' Eça filho do Exm. Sr. Barão de Batóvi, por tres pessoas que se dizem amigos do mesmo Dr. Alfredo.

Achamos que, o *sotró* nesse dia, alem de manifestar pouco respeito a nossa religião, foi tambem uma grosseria e imperdoavel falta de consideração a S. Exa. Rvm. o Sr. Bispo.

Não haveria inconveniencia alguma em adiar-o para o sabbado da mes na semana, visto como o lisongeado não ficaria, porisso, menos agradecido.

Passamento — Depois de uma longa e penosa enfermidade, foi Deus servido chamar á sua eterna mansão no dia 5 do corrente, o respeitavel ancião Antonio Thomé Ribeiro.

Nossos pezaes á sua inconsolavel familia.

Collaboração.

Srs. do — a Echo de Cuyabá.

Cumprimento-vos, desejando-vos saude, paz e gordura.

Podem me V. mercês para escrever alguma cousa ao *Echo*, podem, o que poderá escrever, que

negyrico, que em seu bem elaborado discurso acaba de lhes dedicar o perito orador e admirador da mais bella metade do genero humano,

— Já o ouviram, tornou um espirito maligno e hypocondriaco, ha mezes que a tribuna e a imprensa ensaião variações sobre o eterno hymno á mulher.

— Será esta uma critica, Sr. rabujento, replicou um joven amator do bello-sexo, pois como é de admirar-se que soa e resoa constantemente aquelle bonito canto, quando Dumas declarou que em tudo se acha a mulher, e que este thema, embora velho como o mundo, sempre apresenta tanta novidade e interesse?

— E' verdade, acrescentou o Sr. Philosopho, não se póde dissimular

preste ou que possa agradar aos vossos leitores, um individuo que traz na cachola um montão de idéas desordenadas que o privão de rabiscar quatro linhas?

E' a pura verdade. Para attender as vossas repetidas exigencias rasguei mais de dez tiras de papel sem conseguir cousa alguma.

E d'ahi o que ha cá por esta nossa boa terra que valha a pena narrar aos vossos assignantes?

— Nada absolutamente. O rio Cuyabá continúa no seu curso normal — sem adiantar coisissima nenhuma — é um verdadeiro e jubilado vadio; os mascates infestão a cidade com as suas latas ou bñhus entulhados de bgingangas; o jardim sem aquella concurrencia de outr'ora — pelo que a Camara Municipal entendeu economisar o *kerosene* que se gasta ali, cuja idéa tem sido assaz applaudida pelos *namorados*; o Canal, o Escalas e o Calháo fizeram emmudecer as lyras. Antes as taes *poesias* desses bailes de quaresma; das refeições de carne ao almoço e carne ao jantar e isto dizem que por *faltar peixes frescos ou seccos e o bacalhão*, deixando de observarem ao que pede S. Ex. Revma em sua pastoral. Seria mais *innocente* e não mesmo prohibido ler se Canal é apreciar Calháo, ou ler só Calháo e apreciar

a importancia da mulher; foi e comparada á alavanca que move o mundo, ao planeta em redor do qual giram os homens, o centro para onde radiam as accões humanas, ella é a falla principal nas conversas e escriptas, é no mundo natural o que é o verbo na *grammatica*.

— Bonito, accito a sua comparação, disse o Sr. Litterato, comquanto me desenvolve o Sr. Philosopho a sua nova *grammatica*, pois por si só não concebo o officio e significação deste importante verbo á não dar alma á um *periodo*.

— *Periodo* tem, completo e bom complexo embora curto, replicou o Philosopho, é a vida humana intrinseca do muitas orações cuja principal o *casamento*, regida pelo verbo acti-

Escalas, do que dançar-se na *quarta feira de cinzas*!

Também, a fallar a verdade; não sei que gana é esta pelos taes bailes!

O **Recreio**, de um lado, e a **Terpsychore** de outro, creio que são bastantes, fóra os achegos, para satisfazer o apetite dançante ou bailante dessa boa rapaziada, não achão?

Mas os da idéa do baile offerido ao sympathico Alfredo não estiverão pelos *autos* de perderem os *manaués, fates, bióis e queijadinhas* etc., pelo que, pondo de uma banda a *pasdoral*, não fizeram caso do dia em que a Igreja nos lembra de que somos **cinza**, pó ou cousa que isto valha.

Botafogo (!) Oh! ia me esquecendo: esse tratante foi daqui escrevendo **côbras e lagartos** contra o Sr. de Batovy. Que ty páo! Escreveu no *Echo do Sul* e em uma folha de Santos!

Que pat. fe! Esqueceu-se até que S. Ex. tomou a sua defeza d'uma maneira tal, que ia quasi desgostando esta população que o ouviu — na janella do palacio na tarde do **meeting**!

Que tratante! E teve a coragem cynica de negar o facio das chico-

vo excellencia, o verbo modelo da 1.ª conjugação, o verbo *amar* abrangendo o **complemento directo** os filhos

— Eia, bravo, Sr. Philosopho, representou o Mathematico que em materia de contas não se deixa prevenir, confessa, porém, que a sua oração é muitas vezes elliptica, pois que frequentemente lhe falta uma parte essencial, o dinheiro!

O Litterato. — Este é o **complemento de fim para que**, e para evitar embaraços na oração, é bom collocar a na ordem inversa, fazendo aquelle complemento terminativo preceder até ao complemento directo.

O Mathematico. — Acostumado

tadas, no *Jornal do Commercio* de 3 de Fevereiro!

Porem, meus amigos, o mais importante dos documentos levados daqui pelo Botafogo, é um abaixo assignado, em que a par de certos individuos, assignão-se também **tres Cuyabanos**, porem, tomem nota — tres cuyabanos sómente.

Tratarei disso no numero seguinte.

Adeus.

Anteob.

Fructas do tempo.

Dizem por ahi que na QUARTA FEIRA DE CINZA, 1.º dia da quaresma, houve um esplendido baile offerecido ao filho do Sr. Barão de Batovy, por alguns dos seus amigos, não obstante ter pedido em sua pastoral S. Ex. Rv.º. o Senr. Bispo Diocesano a abstenção neste tempo dos divertimentos profanos; e nós dizemos aqui que, com quanto não sejam verdadeiros catholicos os iniciadores da alludida offerta, ao menos deviam, respeitando as crenças dos qua o são, deixar para um outro dia tal folgança, em consideração á pessoa da primeira autoridade ecclesiastica, di-

como estou á lidar com algarismos e signaes algebricos, não percebo bem as consequencias deductivas do verbo para com o complemento directo.

O Philosopho. — Não ha de admirar, é que o Sr. firme no raciocinio mathematico que não é senão o syllogistico, requer premissas completas e claras: Conhecendo o verbo da oração, lhe falta para deducção uma premissa necessaria, o **sujeito**.

O Doutor. — Basta o methodo inductivo das sciencias naturaes para descobri-lo, é o **homem**.

O Mathematico. — Então a ri-

gna sem duvida de todo o acatamento.

Dizem por ahi que existem nesta capital uma escola publica d'instrucção primaria do sexo feminino, contando um limitadissimo numero de alumnas, que são leccionadas uma ou duas vezes por semana, visto serem, quasi todas occupadas pela respectiva professora em serviços estranhos á escola, segundo consta; e nos dizemos aqui que o Sr. Dr. director geral, tão solícito como se tem mostrado pela causa da instrucção, deve lançar suas vistas para este tão abusivo quanto escandaloso facto.

Dizem por ahi que anda vagando pelas ruas publicas desta cidade e mesmo entrando nos templos sagrados, e interrompendo o silencio desses lugares, com gritos e palavras obscenas, um alienado de nome Maxmiano; e nos dizemos aqui que odigno Provedor da santa casa da Misericordia deve fazer recolhê-lo áquelle estabelecimento quanto antes.

Dizem por ahi que o cemiterio do Cai-cai, onde se acham sepultadas diversas familias distinctas,

queza ou a pobreza serão os **complementos circumstanciaes do modo** como vivemos.

O Doutor. — Concorde, em quanto o segundo modo, isto é a pobreza, também sirva de **complemento restrictivo**, e a caridade de **complemento indirecto**.

O Philosopho. — E' humanitario o Sr. Doutor, é medico; ora facilmente esgotaremos a oração concluindo a pelo **complemento necessario**, a morte; pois nella é que se acha o maior estado de passividade, e com ella naturalmente apresenta-se também o **ponto final**.

Longue.]

A IMPRENSA DE CUYABA

PERIODICO POLITICO, MERCANTIL E LITTERARIO.

Se nos Domingos na Typographia de Sousa Neves etc. o Comp. Subscrive-se no Escriptorio da Directoria a rua Augusta numero 50.

PHASES DA LUA.	ASSIGNATURA ANNUAL.
1. a 2 h. 40' 50" da tarde	Para a Provincia 12 \$ 000
2. as 6 h. 30' 38"	Para fora 15 \$ 000
3. as 7 h. 26' 56"	Avulsos \$ 28C
4. as 9 h. 53' 44" da manhã.	
5. as 6 h. 4' 44"	

Justiça e louvor ao merito; censura e opposição aos abusos.

IMPRESSA DE CUYABA

Ministerio da Guerra

do de 28 de Janeiro. Ao ajudante general Lendo-se no incluso numero do Diario da Bahia um communicado, em que se diz que o coronel commandante das armas daquela provincia, tendo de mandar processar um official do exercito que se achava atenuado para com a fazenda publica na quantia de 1:287 \$, preferia promover entre os officios do exercito e armada uma subscrição, cujo producto fora applicado a indemnisar a mesma fazenda do destaque soffrido, entregando-se a mulher desse official o que sobrava da subscrição; determino que V. Ex. mande proceder os mais severos exames para conhecer-se o que ha de real em semelhante noticia.

Se por uma parte repugna hereditar que aquelle commandante das armas, correndo-lhe o dever de fazer punir o delinquento, provoque não só a impunidad, como a reproducção de iguaes factos pela perspectiva de igual resultado, por outra parte o silencio do referido commandante das armas, que devera apressar-se a explicar a V. Ex. o occorrido, chamando á responsabilidade quem publicara a noticia; infelizmente deixa recear não ser ella destituída do fundamento. V. Ex. se reconhecer que o procedimento havido nesta occurrencia não foi regular, dar-me-ha parte para se providenciar convenientemente, e fará proceder a conselho do investigação e ao de guerra contra o official a que se refere o communicado. V. Ex. sabe que não ha muito tempo foram condemnados e reformados diversos officiaes por crime identico; e, portanto, comprehendendo que o governo não deve ser parcial na distribuição da justiça, nem tão pouco tolerar que os chefes militares, nos quaes cumpre dar o exemplo de obediencia a lei, se arrogem o direito de amnistiar crimes desta ordem.

FOLHETIM

O SENTINELLA FELICIO

2. Quinzena de Julio.

Puff. Puff. Que é isso Nambu? De que vens correndo? Puff. Puff. estão espancando-te? Ah! já sei, é bem feito; para que és tolo; não sabendo viver com nossos proximos, e despresando as regras que todos os dias te prescrevo? É bem certo o que diztu Garrett: Formou Deus o homem, e o lançou n'um paraizo de delicias; o mundo reformou; o homem, e o arremessou n'um inferno de tollices. — É na verdade, o grande numero das taes moos Srs. tolos, em cujo contra marcha este seo creado (nada de vanguarda, nem de reatguarda, ou cá sou moderado) é infelizmente malco mil vezes do que o resultado dos nos-

O Aviso que acabamos de transcrever seria aos olhos do publico despercebido em relação a esta Provincia, se elle não tivesse uma applicação.

Não estamos deliberados a maiores commentarios, a referencia dulle ao que entre nós se tem passado, ao que se vê nas ordens do dia numero 30 de 2 de Novembro de 1859, e numero 53 de 15 de Dezembro do mesmo anno, com toda evidencia mostrão como S. Ex. o Sr. Antonio Pedro de Alencastro tem executado as ordens do Governo central, e como vai irrogando a si um poder alem das raizs do Moderador.

Si para a Bahia o actual Sr. Ministro da Guerra censura o comportamento do Commando das Armas por ter consentido na subscrição feita para indemnisação da fazenda nacional, julgando esse acto de amnistia abusivo e incompetente, quando nem hum processo de criminalidade se havia instaurado contra o delinquento; como não classificará o acto do Sr. Alencastro, quando o seo perdão se verifica depois de estar o official preso para responder á conselha de guerra? Como relevará a sua prevaricação na nomeação desse official, assim accusado, para Commandante de um ponto fronteiro como o da Corixa, se no caso mesmo de não pesar contra o official taes accusações, o simples facto de ser elle pertencente a arma de artilheria, era bastante, para, na conformidade do Aviso do Ministerio da Guerra de 9 d' Abril de 1859, e ordem do dia do Ajudante General do

soz mais largos calculos!

Assim pari passu da fragilidade humana vai marchando este mundo de Christo para o seo dies irae — e então . . . oh meo Deus! que de contrariedades haverá! então veremos a descoberto, e á toda a luz, as caras mentirosorum omnium, et trificanorum etc. etc., e que será dolles, meo Deus! Puccadores emendai-vos!

Voltemos ao fiboto: vom cá, para que implicaste com o teu chará, e passaste pelo bequinho em te de charota; pois não previas que elle havia de estar arrufado comtigo, o que é peor, poderia desancar-te com um páo? Tenhas juizo, filho, tenhas juizo que tudo te correrá menos mal; vivo com gesto que vale mais do que a força, como diz minha tia, e vê que um marotinho tem estado já em colices com tigo, por causa de certos pontinhos . . . e nada de emprestares attribui-

Exercito numero 120 de 23 do mesmo mez, sob pena de responsabilidade; não poder S. Ex. fazer essa nomeação?

Entretanto, o official accusado por crimes gravissimos, por ordem do dia do Commando do Corpo estava preso para responder á conselha de guerra — Eis as accusações e a ordem de prisão.

Ordem n. 39 de 2 de Novembro de 1859.

O Tenente Coronel Commandante sentu-se magoado sempre que por força de necessidade de cumprimento de seus deveres tem de tomar medidas fortes contra qualquer de seus commandados que afastando-se do trilho, gerado pelas leis militares, offende a disciplina, e moral, ao respeito e gratidão que devem ao seo Commandante que capricha em tratar a todos, mais como filhos que como soldados. Sendo pois de absoluta necessidade que o Sr. Capitão Joaquim José Ferreira Souto seja punido por crimes que ja tem praticado, e que á este commando parecem indecorosos a um official mórmente a um Capitão que tem estado no exercicio de mandante que é a pessoa d'este commando deve ser de uma conduta exemplar; e querendo o mesmo Tenente Coronel Commandante dar satisfação do seo procedimento, afirmo de que a todos chegue o conhecimento de que ponto tem chegado a sua protecção e paciencia para com o referido Sr. Capitão Souto; para apresentar varios factos quiza já bem conhecidos por muitos.

Este Sr. Capitão desde 24 de Fevereiro de 1854 deo logo a conhecer-se quando praticou o seguinte. Ao entregar n'aquella epocha o commando do corpo que exercia interinamente, apresentou um quadro do estado do cofre que ao ver se sem todo cuidado parecia exacto; mas passando-se a examinar achou-se logo um alcance de 2:212 \$ réis contra o dito Sr. Capitão de dinheiro que elle havia

nos pomposos a quem não os tem, falta sempre a verdade; e se o Céu não te talhou com a concessão de todos os dotes necessários para escrever abdicar já a penna; por que não vale a pena.

Ora eis — ahil a afflicção de acudir ao Nambu me fez commetter a falta de saudade aos amáveis leitores na minha entrada; tacs são as cousas d'este mundo! assim dizia um distincto estadista nosso, de saudosa memoria.

(Vejo que quando digo alguma cousa de certo logo incontinenti os auctores, por que a minha pobre cabeça, por si só, não vale um dex reis de mel coado, ou de mil quadras — como diz o Juhi-co.) Não se enfadem, pois, meos amigos, nem me tenham por desoite; VV. SS. sabem muito bem que não o sou; logo, ergo, não dem o cavaco com o seo creador; e se acontecer outra ou outras faltas, assim como podeis faltar tambem para com

consumido e a respeito disso já antes haviam muitos fallatorios e mesmo ficou elle muito promptamente convencido da realidade do facto. Tendo o dito Tenente Coronel Commandante então Major feito esta descoberta, conheceu claramente que este Sr. Capitão quiz ver se podia fazer passar de saperebidamente tal alcance para depois vir a rechar contra quem estivesse no commando, mas por consideração não quiz accusal-o e nem dar publicidade, e ordenou lhe somente em presença de 2 ou 3 officiaes que sabido do caso que tratasse com urgencia de fazer a reposição d'aquella quantia, assim prometteo fazel-o, porém qual foi a admiração do mesmo Tenente Coronel vendo que este official em vez de incommodar-se com se meliante facto, e de procurar remedial-o o quanto antes, continuava tão tranquillo como se não lhe tivesse acontecido coisa alguma, e despresando de este facto do tanto melindre para um militar honrado, assim se consorvou não se affligindo, nem mesmo com as instancias do Tenente Coronel; e vendo este que já se haviam passado 5 mezes sem que no menos o referido Sr. Capitão se mostrasse interessado por concluir e safar-se de um tal negocio e não quereudo ainda o Tenente Coronel lançar mão do meio ao seo alcance e do seo dever accusando, procurou ainda o recurso de ir fallar em particular ao Exm. Sr. Presidente e Commandante das Armas para que o ajudasse a fazer essa obra de caridade, e S. Ex. prestando-se a isso encarregou para estes amedrontal-o e diser-lhe que as coisas estavam dispostas para pol-o em Conselho de Guerra; ninda assim com grande difficuldade ficou o cofre indemnizado com uma delonga de alguns dias.

Pelo que fica dito é claro que o Sr. Capitão não foi punido por tal facto com as penas dos artigos 18 e 28 dos de guerra por que o Tenente Coronel

migo... andem lá—taes são as cousas deste mundo,—não hajão alterações entre nós, pois que eu cá não sou de ceremonias.

Traz para cá o pacote, Nambu, abramo-lo e veja-mos o que apanhaste no amplexo das tuas pesquiens durante os 15 ultimos dias deste secco mez—secco na essencia, secco na forma, secco no... arre com tanta seccura! A proposito de—seccura,—e as bicas e bicos não vão seccando progressivamente? E que me dizem da minha moina, a Exm. agoa da mataca? (não estranhem o tratamento, meus Srs.; todo o bicho fema tem agora excellencia, segundo um folhinhista.)

Mas ah, agoinha dos meos peccados! pois deveras não haverá um presidente de topete, uma assemblea de cabelo nas ventas, um engenheiro na accepção da palavra, que possa desencantar-te?

Dejdo, tres vezes ouvido, em quanto o povo conhar tudo nos enameados de posições que não merecem e nem as menos conhecem etc etc etc, segundo a respeitavel opinião de minha tia Voz. Ora quando um dos presidentes, o decimo—segundo na ordem chronologica das nomeações, atilado e lubrioso como elle só, teceo, virou, mechoo, consultou, planejou, e por fim, depois de teimar muito (honra a esse distincto patriota) desanimou e adibiu; eu que vi e ouvi tudo isso, através das cautelas e segredos do finario, o que heide esperar dos administradores ordinarios, e ainda menos que ordinarios? (isto é—na estatura; não tomei n'outra sentida.) Digão-me cá: não seria mais conveniente, e agradavel mesmo, que em vez de uma companhia como a do Theatro, incumbida de, por meio de expiacçoes, matar o tempo (cousa que deve viver) se tivesse formado outra encarregada de matar o seo de (cousa que não deve viver) trazendo nos a agoa da mataca, como começou o General João Carlos, que por meio de uma tal companhia venceu infatigavelmente o mais do trabalho? Appelllemos ainda pá... tempo, e tentamos té em boas (nao a fé Hol-

não quiz cumprir com o seo dever. Continuou o mesmo Sr. Capitão sempre com a mesma presença d'espírito praticando muitos actos menos decorosos que deixo de relatar-os por muitos, quando em fins do Abril de 1855, estando o Sr. Capitão no Forte de Coimbra, ali em qualidade de Commandante da guarnição, recebeu do commandante geral d'aquelle Districto dinheiros para distribuir as praças do seo commando, deixando de assim proceder consumo grande quantia em prevaricações que com o maior descaço praticara e deo motivo a que algumas d'aquellas praças se queixassem pela falta de seos pagamentos, e indo isto ao conhecimento de S. Ex. que alli estava ficou este negocio em perigo de conselho de Guerra; mas felizmente achava-se ali tambem o Tenente Coronel para proteger-lo e indo este ao mesmo Exm. Sr. pedio-lhe que consentisse que se podesse fazer as indemnizações sem perder a aquelle official e S. Ex. annuo com tanta bondade que até generosamente offereceo e estava muito disposto a dar de seo dinheiro affim de que desaparecesse aquella falta, com tanto que este Sr. Capitão não continuasse no dito commando pela sua incapacidade o que assim aconteceu dando este parte de derante e fazendo se retirar para a capital depois de ter indemnizado a referida quantia que certa pessoa lhe des por emprestimo.

Deixando ainda de mencionar minuciosidades bem como queixas por dividas particulares e outras coisas semelhantes, em Março de 1856 uma recio o requerimento de um soldado da 1.ª Companhia queixando-se de faltas no seo pagamento de alguns mezes, e procedendo-se as indagações conheceu-se que orão quantias que o Sr. Capitão havia recebido de um negociante por conta de Tenente Benedicto Jorge de Faria que por ter de retirar-se deixava para o paga-

landeza que esse maldito marismo hade acabar-se, ou com a vida ou com a morte de alguém, e a tal agoinha hade vir cá algum dia. (.)

Queizes o pacote, Nambu, é só folharada, não é? O que e que está neste embrulho? Será ainda algum resto do—bota fêra hollandez?—Ora não vale apenas—bota fêra isso.

Neste cartuxinho o que guardaste? Ah, sim, é a historia do certa casa, comprada em ausencia do digno Inspector—Gral dos Estudos, por bom preço, para escola, em lugar muito proprio e tambem reparada que vai ser toda demolida para se fazer de novo; tambem isto nada importar a pontaria—foi certinha o tiro desfechado com segurança e a bala descrevendo uma curva foi dar direitinha n' algibeira competente—traz, zã— está tudo direito.

Este saquinho é... ah, é a Festa do Carmo: esta novidade já foi bem apreciada, e a cujo respeito já se disse—cobras e legarjos.—Nada mais ha? pois passemos as

Remessas: Arrehta bem as penas rejadas da parte posterior do teu lindo corpo; embina o biquinho; e arruma uma bicada forte n'aquelle estrangeiro da rã da Esperança, que se mette a engraçado sem ter grãça alguma, arremediando o som da voz e certas expressões peculiares do povo cuja hanc diz: he que se isto pudesse ser engraçado, assentaria melhor n' um patricio nosso, e nunca n' um passaro de arribação (olhem que não sou historicista; mas acho muito mal feito vir um especulador lá do Jorubão, ocbar, aqui hospitalidade, ganhar o nosso dinheiro, e em cima de tudo criticar e ridicularisar os usos e costumes do nosso povo, sem saber o que qualquer—cujá—sabe, que cada Provincia tem o seo sotaque, e quem vai á Roma deve tornar-se romano.) Bem dizia o compadre Gravatao que a tal navegacao havia de trazer-nos muita paz e felicidade tem vindo tambem alguns medicos e outras pessoas morigeradas que sabem

mente do referido soldado e de outros a quem tinha deixado de pagar; mas que o mesmo Sr. Capitão não cumprio o pagamento, e parter negar-se a isso, dando isto motivo ao seo do referido Exm. Sr. Presidente e Commd das Armas de 8 de Abril do mesmo, e a execução ninda o mesmo Tenente Coronel annuo a não querer o descredito do Sr. Capitão, e fez executar por meios que se vados a indemnização d'aquelle soldado.

De então para cá continuando o Tenente Coronel a servir com este, ter outro remedio e sempre incomodado ser de grande necessidade trase-lo baixo de muita cautella, e sempre paciência com os erros que quasi não nos papeis que em qualidade de da Companhia ou de mandantados pelo Sr. Capitão quando o nel teve denuncia que aquelle Sr. Capitão do seo posto e emprego, por tomar o Commando traseo do T. de 1853 marchou a tomar o commando das armas; ninda este Sr. Capitão se estava a Corporação officio no q. occorrenças do serviço por motivos a o referido Exm. Sr. Presidente e Commd das armas de alguma forma maltratou ao Tenente Coronel; e que com este officio tem andado a mostrar a todos dando copias d' elle e fazendo multissimo mal do seo commando por movendo conspirações contra elle e até calumniando-o. Entrando o Tenente Coronel nas indagações d' este facto, ficou logo informado da veracidade d' elle, e agora apanhou-o em flagrante, porque o Sr. Capitão quando o Tenente Coronel accusou-o verbalmente com expressões fortes em presença de mais 6 officiaes ficou

apreciar o que vêem, e dar á cada um o que é seo, fazendo justiça aos cuyabunos, e nullificando as tuas—entimidade importadas.—

Não deixes escapar da arriosa um certo, carca... que querendo campar de sabichão e civilizado, mette-se a taralho, e espicha-se a toda hora por modos o palavrões, tão grosseiras que patenteo claramente toda a sua estupidez o tudo quanto tem de audaz, e pretenziosos: ferra-lhe com bico e unhas a, vor-se, e contem nos limites da cortozia, o lembra-lhe da quolla—via de facto—pela qual em certa noite o obrigara a calar-se por algum tempo; e a respeitor melhor aos homens: tú bem sabes, quã 6—fogo, fogo nelle.

Agora dá uma arranhadela: no tal mocho... que arrunou como a cara della, ninda abbi-lhar e café no Porto, e que por qualquer be galleta vai logo correndo a typographia, de maneira que raro é ver-se uma folha que não contenha annuncios nichilativos, para chamar a si a attenção do respeitavel? Como é engraçado o mocho! E minha mãe, coitada, que gosta de agradar a todos, o que hade fazer? E do mais elle... coitado tambem, vem sempre com os cobrinhos... vir, vai, filho, e nos teos biquinhos: bom á rapaziada de bom gosto convidou-os a irem desfructar o colibri café, e seo dono que se presia a tudo, com tanto que lhe veja o nome em mudo curritico redondo.

Por fim dá uma rã, e comparado n'outra histoparaguay, e a má não; ficou isso para outro dia, por hoje não fizemos pouco, e a minha mãe quer espôr para outras coisas melhores, logo ergo.

Era uma vacca... Entrou por aqui, Chá... Sábio pol... Acabou-se a historia...

(.) Já estava des... upto este periodo quando no dia 29 vi com muito prazer... que a opinião do digno correspondente da Villa... se a lista com a minha. Viva o correspondente!

poderão até hoje penetrar quem será o logradilho quem o bomaventurado. O Sr. Leopoldino também é indigitado por este circulo e com mais probabilidades que seus contendores. Pelo segundo circuito o mysterio não é tão grave, nem a evidencia também apparece. Fallão nos Srs. Deputados Peixoto, e Delfino, Capitão Cunha, Dr. Hollarria, seo Tio Vicente Antonio da Costa, e outros.

NOTICIARIO.

VILLA MARIA.—O cidadão José da Silva e Costa entregou á Camara Municipal a cadda d'aquella Villa, cujo edificio foi encarregado construir pela quantia de 7:000\$ reis; diz o nosso correspondente que, o esmero com que se empregou na obra aquelle cidadão, e a elegancia do edificio devia produzir-lhe, como lucro, um par de contos de reis fóra das algibeiras.

As eleições de Vereadores e Juizes de Paz estavam activas quanto as cabalas: duas chapas se apresentavão até 31 do p.p.; porem até aquella data não se havia emprido as disposições do artigo 41 da lei de 19 de Agosto de 1849, que manda convocar, na fórma do disposto nos artigos 4º, 5º, e 6º, da mesma lei, ás pessoas que devem formar a massa. Tratava-se antes de aterrar os guardas nacionaes por meio de escoltas armadas pelas ruas, prisões e etc.

Não havia noticia da expedição que foi em demanda do quilombo do Seputuba.

A propósito de expedição, diz o nosso correspondente: foi ella composta de tropa de linba e de 27 guardas nacionaes, os quaes devião votar nas eleições proximas: não sei se elles erão Gregos ou Troyanos; porem é certo que sobre elles se desenvolvia tanta energia que, um não qualificado guarda nacional, que se negou a ir na expedição, foi remettido algemado á Poconé; dizem que para responder a conselho, parece-me que de disciplinal... isto deo lugar a

Façamos agora um appello aos Legisladores Brasileiros. Ponde, Srs. termo á tanta desmoralisação, que distroa a mais nobre garantia do cidadão a da liberdade do voto, fazendo que deem suas listas somente aquelles, que passão comprehendendo o que devem á si e ao seo paiz.

Nesta provincia, por exemplo, onde é inteiramente nullo o recurso contra as indevidas qualificações, por causa da distancia, morosidade, dispendio etc, e nesta capital especialmente, o numero dos votantes, capazes de o serem, não chega a um terço do total; todo o mais é da classe infima, ignorante e muito dependente, em fim da gente que se vende e se entrega á imposição dos que a todo o custo, precisão de posições para apparecerem. Onde fomos parar? Attendei, attendei Augustos e Digníssimos! Disse. (Qual não tenho graça para podir nadaljudem-me, ou fação melhor: o pelor é estorem todos calados.) Minha mã apresentou um artigo muito bello no numero, precedente á respeito da soberania do povo na escolha de seus representantes: na verdade, a theoria é embriagadora; mas a pratica? A pratica? Onde está ella? Na nossa terra nem ao menos se salvão as apparencias: o descaço é geral!

uma questao energica entre o Subdelegado e o Tenente Commandante da Companhia do não qualificado.

A 25 do passado Cantara-se uma missa solemne e Sr. Luiz Padroeiro da Villa: forão juizes da festa o Sr Francisco Pinto de Arruda e a mulher do Sr José da Silva e Costa.

Até 31 de Agosto não se sabia ainda naquella Villa os nomes dos Candidatos; uns asseveravão que o Dr Hollanda ex chefe de Policia estava indigitado, e isto ja ia revoltando os espiritos e produzindo seus descontentamentos; de um e outro lado repugnava-se tal candidatura; outros porem asseveravão que os nomes dos Candidatos serião remettidos de vespuras; também essa idea de predominio tão absoluto era repelliã, fallava-se com franqueza que se tal acontecesse, sacudirião o jugo: qualquer que fosse o nome que levasse a chapa fechada ou carta de encomenda.

Poco a pouco procedeo-se e concluiu-se mansa e pacificamente a eleição municipal em Poconé. O partido *casco branco* abandonou in totum a urna aos *cascos pretos*.

Levantara-se na villa, diz o nosso correspondente, um terceiro partido ainda não denomina lo; porem pela bandeira incavava ser estrangeira e natural da Hollanda; mas o novo pavilhão achava resistencia em ser planta lo em terreno brasileiro, porque em ultimo caso mesclarião-se os cascos, e unidos os pretos aos brancos marcharião contra a patrulha Hollandeza á fazenda procurar terras de Mourão, ou assentã a em Bolivia se ahí lhe consentissem por 24 horas.

Retirou-se para a povoação de Albuquerque que o prestante cidadão Jacintho Pompeio; que não poucos e relevantes serviços tem prestado naquelle lugar ao commercio e á estação naval.

Nominação.—O Sr. F. Padilha foi nomeado Juiz Commissario pela Presidencia.

RESULTADO DA VOTAÇÃO MUNICIPAL PARA

Tambem je espichei-me de mais com a burla; deixemos isso.

Chega Tatú; que mais ha' no pacote? Ora, está chocho como as balas do Braz—mimoso: vamos portanto ás remessas.

Remessas.

Toma a tua casaca nova, do tempo de eleições, o uma gravata rendada, que está agora muito em uso, vai ao Sr. ajudante do administrador do correio, pede-lhe civilmente que não seja laconico demais; e que não continue a dizer nos annuncios.—No dia tal se remetterã muitas para o Rio de Janeiro e outras partes; porque apenas se entende que o Rio de Janeiro é uma parte de certo todo, enquanto que a respeito das taes outras partes ficamos inteiramente em jejum, do sorte que se quero mandar uma cartinha á Assumpção ou ao Paraná, nada sei do correio, so tocará ali ou acolá: o laconismo excessivo prejudica muito.

Depois cumprimenta aos senhores negociantes novos; ou de nova invenção, que trazem as facturas vicidas do Rio, de maneira que vendem a qui a fazenda a 30 ou 40 por cento e fica-lhes real o lucro de 60 e mais; lembra-lhes que isto é uma fraude que desacredita o negociante; e depois, ainda com facturas verdadeiras, não hão

VEREADORES.

Freguezia de N. Sra. da Guia.

General Leverger 177
 Commendador Joaquim Gaudie Ley 177
 Prop. Joaquim d' Almeida Falcão
 Commendador Henrique José Vieira
 Commendador Alexandre José Leite
 Commendador Luiz da Silva Prado
 P. M. Joaquim Antonio da Silva Rondon
 Brigadeiro João Baptista d' Oliveira
 Tenente Coronel Leopoldino Lino de P.

Freguezia das Brotas.

Commendador Joaquim Gaudie Ley
 General Leverger
 Commendador Alexandre José Leite
 P. M. Joaquim Antonio da Silva Rondon
 Commendador Henrique José Vieira
 Prop. Joaquim d' Almeida Falcão
 Commendador Luiz da Silva Prado
 Negociente Antonio Romualdo da Silva
 Brigadeiro João Baptista de Oliveira
 Tenente Coronel Leopoldino Lino de P.
 P. M. Manoel Pereira Mendes
 P. M. Ernesto Camillo Barreto
 Tenente José Eugenio Moreira Serra

Estradas de Ferro.

—No dia 15 de Maio ultimo inauguraram-se os trabalhos da estrada de ferro que liga Santos a Jundiaby. Por esta occasião os Srs. Conego Dr. Hldefonso, Xavier Ferreira, e Dr. Nebias pronunciarão discursos, que forão applaudidos com grandes vivas de aclamações dirigidas aos Srs. Marquez de Monte Alegre, Conselheiro Pimenta Bueno, e Barão do Mauá. (Extrahido do *Meio do Brazil* de 20 de Maio.)

Por tanto temos mais este incentivo da progresso e prosperidade para a nossa tão bella, como rica provincia de S Paulo. Louvores sejam dados pois aos Srs. Marquez de Monte Alegre e Pimenta Bueno pelo exito que obtiverão nesta grandiosa empreza, á qual ligarão seus nomes em honra das provincias que os vio nascer; um e outro mais dignos dellas se tornarão; e assim que proceder aquelles, que verdadeiramente amão o torrão em que virão a luz. Louvores não menos igualmente recebe este heróico patriota Barão de Mauá, incansavel em doprar o Brasil com emprezas gigantes, como attestão o Rio de Janeiro, que tem sido a monina querida de seus desvelos.

—A da Bahia Como Annunciamos em um dos nros

de achar quem lhes compre nada. Feito isto seria bom que fallassem também aos negociantes do Rio, visto como é tão feio a quem recebe como a quem fornece facturas falsificadas; mas não temos agora vapores para Ires: o Paranhos vive com o lemo quebrado, o Jaurú doente sempre sem poder andar; está tudo ruim!

Dã uma volta pelas Freguezias de fora, e lembra aos que nelas influem com a burla que cada um deve trabalhar por si e para si, isto é, para o seo andor; que não creiam na *gratificadissima* pota do agua que tanto mal faz, e serve ainda do pretexto aos tratantes; que somente ha ligados os embarrados deus conservadores; ou saquaremas, e outros deus já virados inteiramente, e estão do casaca nova como esse tuu; todos os mais estão certos de que a verdade cam a mentira, e a honra com a deshonra, não se ligam logo... ergo... ou nós ou vós.

Passo enfim pelo Theatro, e não esqueça de ver como vão as obras; a escuta se ahí fallão em *agua da menten*; depois fazo isto... rãs está calido o panno da bocca do Theatro, e não dos obreiros; acabou-se a *áccia* *áccia*!

ASSIGNATURAS

INTERIOR

Por anno 16\$000
" Semestre 9\$000

ASSIGNATURAS

EXTERIOR

Por anno 18\$000
" Semestre 10\$000

A OPINIÃO

PAZ, JUSTIÇA E LIBERDADE.

PERIODICO LITTERARIO E NOTICIOSO

Publica-se ás Terças, Sextas e Domingos

PROPRIETARIO — PEDRO MOSSELLER

EDITOR E REDACTOR. — Advogado A MANOIO PULCHERIO

ANNO II

Cidade de Santa Cruz de Corumba' — 14 de Janeiro de 1879

N. 103

A Opinião

TERÇA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 1879

Conversão de apolices.

No numero 40 de nossa folha dissemos que o actual ministerio fazendo sentir ao imperante a indeclinavel necessidade de emittir o papel moeda para acudir aos encargos do estado, não encarou a situação de frente e nem deu o passo gigantesco, que era de esperar de sua energia e luzes.

Conjecturamos que nada mais faria do que augmentar a divida fiduciaria, a emissão de sessenta mil contos, e fomos de opinião que se emittisse duzentos mil contos com tanto que fossem para recolher-se 200 mil apolices da divida publica interna.

O *Journal do Commercio* era a verso a emissão da moeda inconvertivel, e aventurava que só o largo corte nas despeças publicas poderia equilibrar o orçamento.

Em 23 de Novembro assim se exprime:

Algumas apolices, relativamente poucas, se apresentariam ao resgate; para acudir a esse pagamento não faltariam recursos ao governo. Teria em primeiro lugar algumas sobras da emissão de papel-moeda, depois empréstimos dos bancos e particulares sobre bilhetes do thesouro, e por fim, se tanto fosse preciso, emissão de apolices de 500. Ainda quando esta emissão se não podesse fazer ao par, e tivesse de aceitar-se preço que de facto convertesse o juro em 600, sendo necessariamente muito pequeno o numero d'ellas, lucraria o governo (o Estado) sobre a totalidade da operação.

A *Reforma* afirma que ha abundancia de capitaes no mercado, e que o governo deve aproveitar a occasião, por que terá linheiro a 300, ao passo que os contribuintes pagão juros de 600.

O *Journal do Commercio*, pois, parece-nos que modificou de opinião, visto pretender agora a remissão da

divida interna com as sobras da emissão do papel moeda, depois empréstimos dos bancos e particulares sobre bilhetes do thesouro, e por fim, se tanto fosse preciso, emissão de apolicea de 500, quando em 18 de Abril, se bem nos recorda, condemnava em absoluto a emissão do papel-moeda.

Se os bancos estão habilitados para levantar o Estado das difficuldades em que se tem visto, nenhum outro passo economico poderá o governo dar se não a liquidação peremptoria de seo debito interno, procurando assim derramar maior somma de capitaes na circulação.

Todas as outras ideas poderão trazer algum resultado, mas com certeza de inferior vantagem ao que produz a extincção de uma fonte perenne de despeza, que engrossa os orçamentos annuos, e que alimenta a centralização da riqueza.

Gazetilha

O nosso illustre collega do *Inicia*

Folhetim da Opinião

O ANJO DA BONANÇA

Por A. Correia.

(Continuação do n. 102).

Olympia, tu não esta's nesse estado desesperado que julgas: vaes ficar em breve restabelecida!... não penses na morte, anjo da minh'alma; não ves que se tu morreres a mesma campa recebera dous corpos? Tão moça! tão boa, tão linda... não é possível, tu não podes morrer, ou Deus é ma'u, é um tyranno, um coração de pedra, um assassino que se não rende a's mais ardentess supplicas e... descreio delle.

Que é isso Octavio?! Esta's blasfemando? Olha que Deus castiga!

Então cala-te, não me falles na morte! dize-me que hasde viver ainda, muito tempo, que em breve iremos passeiar em terra como faziamos todas as noites no Bom-Fim.

Olympia ouvia-me e naquelles labios divinos, pairava um suave e melancolico sorriso. Eu estava assentado a um lado e ella passava as assetinadas mãos nos meus cabellos, e dizia-me:

Esta' bom, meu Octavio, Deus é grande e justo: socaga, filho.

Depois mudando de tom continuou:

Tu.. tens-me muita amisade?

Ainda o duvidas?

Não duvido, mas...

Vamos, tu queres dizer-me alguma cousa... falla, sê franca.

Da-me aquella caixinha que esta' ali na prateleira.

Obedeci.

Ella tirou da caixinha uma tesoura e uma medalha com o seu retrato e me disse: corta um pouco dos meus cabellos e guarda-os com esta medalha, como uma recordação de uma pobre moça que não sabe como pagar a tua amisade.

Cortei uma madeixa daquelles lourças

e sedosos cabellos, beijei-os e a' medalha e guardei tudo na minha carteira.

A donzella ia fallar mas tossio e o lenço que levou a-bocca ficou finto de sangue. Ves? me disse ella, mostrando o lenço, e um sorriso amargo lhe roçou nos labios.

Escondi nas mãos o rosto e quiz chorar, mas dos olhos ressequidos nem uma lagrima consoladora brotou.

Senti que a razão me abandonava, e cahi.

Quando dei accordo de mim, estava n'um camarote da camara e tinha febre.

Extranhei o lugar em que me achava e com a perturbação que se experimenta ao despertar de um sonho, a minha primeira palavra foi: Olympia...

D. Laura que estava proxima, chegou a' porta do camarote e perguntou-me se precisava de alguma cousa.

Como esta' ella?

Mulher.

dor attribue-nos um equívoco, por termos affirmado que a disposição legal sobre cartas com valores declarados fôra derogada pelo Ministerio, e diz que o arbitrio parte da administração dos correios.

Consultando os jornaes redigidos pelo collega, pois que tínhamos lembrança de um edital a semelhante respeito, deparamos, com effeito, no numero 53 do *Iniciador* de 11 de Outubro de 1877 o seguinte:

Por esta Repartição se faz publico que em virtude de ordem da Directoria Geral dos Correios, transmittida em aviso circular sob n.º 814 de 22 de Agosto ultimo, á Administracão Geral dos Correios d'esta Provincia, e communicado a esta Agencia em officio de l.º do corrente, não é mais admittida a correspondencia registrada com valores em dinheiro, em execução de cuja ordem reenviou a Administracão a esta Agencia as cartas registradas sob numeros 162 e 163 dirigidas a M. Christina Ferreira Jorge, e bem assim, deixou de seguir a carta dirigida a D. Candida Firmina da Costa, por identico motivo; devendo por isso os Srs. remetentes apresentarem-se n'esta Agencia para os devidos fins.

Outr'osim, em vista das constantes reclamações que tem motivado a entrega de cartas, jornaes, & a individuos que não são os proprios, não será entregue objecto algum senão ao proprio destinatario, ou mediante autorisacão escripta e assignada. — Corumbá, 1.º de Outubro de 1877. — O Agente, *Eduardo José Tarves*.

Porque me trouxeram para este camarote?

Porque teva uma pequena syncope e julgamo' conveniente transportal-o para aqui.

Ahi disse eu, e recordando-me pouco a pouco do que se passara, tentei erguer-me, mas os musculos trahiram meus desejos e recahi no leito.

No dia seguinte Olympia levantou-se e passou quasi toda a tarde conversando comigo.

Esta's vendo? ja' estou quasi boa: sinto-me mais forte e as dores ja' não são tão intensas.

O Anjo da bonança vinha acalmar as tempestades do meu dilacerado coração e derramar em minh'alma as doces consolações da esperança. Eu recuperava as forças que um choque violento me roubara e ella, a pobre enferma, me servia de enfermeira, e no fim da semana ja' eu subia ao tombadillo.

O navio completamente desarvorado arribou de novo á Bahia e eu voltei a

Foi, por isso, a nossa queixa, e se o Ministro não pôde atacar a lei, me nos o Director geral dos correios:

A lei, sabe o collega, *devia* estar em pleno vigor, mas infelizmente é para outros pontos mais favorecidos, quando nós mais necessitamos do favor que della dimana.

A menor Suzana, raptada pelo italiano Antonio Bruno, fugira da casa do Sr. José Luiz Martins, onde fôra judicialmente depositada.

Dois raptos mais se deram. Carecemos informações, e sabemos apenas que um delles foi da menor Carlota, que já se acha depositada.

E' digno de louvor o Sr. J. T. Ribeiro pela solicitude que tem mostrado a prol das infelizes moças.

Fallecera na manhã de ante-hontem e foi sepultado a tarde o Sr. Tenente Antonio Paulo Correia.

Na Camara Municipal, dizem-nos, fizera-se concertos, proporcionando um salão para funcionar o jury.

Da Gazeta de Noticias:

Ja' devem estar casados Guilherme III, rei da Hollanda, com a duqueza Isabel de Saxe-Weimar, filha do grão-duque reinante de Saxe-Weimar, neto do fallecido monarcha dos Paizes-Baixos, Guilheme II, e sobrinha da Imperatriz da Allemanha.

O noivo tem 61 annos e noiva 24.

casas de D. Martha onde completei a convalescença. Olympia, graças aos desvellos da familia e de um bom facultativo, melhorava sensivelmente. Uma tarde o commandante deu ordem para que a vella grande viesse para terra para no dia seguinte ser levada.

Enfeitou-se a vella com laços de fita e fomos descalços entoando o Bemdicto pelas ruas cumprir a nossa promessa.

D. Laura e Olympia tambem descalças ajudavam a transportal-a.

O dia estava horrivelmente quente e o sol abruzador. Durante o trajecto q' levou perto de duas horas fomos obrigados a descansar muitas vezes.

Quando voltamos parecia-me que o sangue me fervia na cabeça e Olympia que ardia em febre chegou a casa delirando.

Chamou-se um medico que nos tranquillou mas os accessos repetião-se uns sobre outros.

Aquella casa tão alegre antes da viagem tornara-se lugubre e só se viam ros-

Completo a 23 de Novembro, o 22º o anniversario de sua existencia a benemerita sociedade Propagadora das Bellas Artes, que mantém, ha 20 annos, o tão utilissimo, e conhecido Lyceu de Artes e Officios.

As seis grandes companhias de linhas ferreas francezas transportaram, de 1º de Janeiro até 31 de Agosto, para Paris, 13,820,513 passageiros, de Paris 14,057,507. O caminho de cintura transportou 3,464,360 passageiros. Totalidade do movimento 31,342,380.

Esta influencia da exposição na circulação dos passageiros foi ainda mais pronunciada no mez de Setembro.

No anno de 1867, da primeira exposição o movimento dos passageiros durante os 12 mezes não passou de 12,900,000.

O Retiro Litterario Portuguez, além das aulas que ja' conta, resolveu fundar mais uma pelo methodo João de Deus. Esta, instituida apenas para os que não tem a minima noção da lingua escripta, sera' gratis e accessivel a todas as idades e nacionalidades. Lembremos, pois, a's pessoas que desejarem inscrever-se, que na sala das sessões do mesmo Retiro encontrarão o respectivo livro de matricula.

Sobre a facilidade do methodo nada diremos; basta que a pratica demonstre o quanto é proficuo.

Em Buenos-Ayres constava a ultima hora que uma das medidas fundamentais apresentadas ao governo pela commissão de saude publica era o fechamento dos portos.

tos macerados pela dor e pela vigilia. O medico vinha vital-a amidadas vezes.

Eu não sabia de junto do seu leito e nos curtos intervallos do delirio, em q' misturava com o da familia o meu nome, sempre ella tinha uma phrase amorosa para mim.

Uma tarde estava eu asós com ella, olhou-me longo tempo immovel e tomando-me a mão, me disse:

Octavio, nem tu sabes como eu sou feliz.

Olha, eu não acredito no que todos me dizem. O meu estado não é bom; eu bem sinto que vou morrer.

Que é isso Octavio? não chores meu querido! Escuta... sabes qual é o meu pesar? é pensar que podes esquecer-te muito breve de mim e va's dar a tua amizade a outra... a outra que talvez te não mereça... o que eu sinto por ti, não é só amizade, é mais alguma que não sei definir, mas julgo que é o amor.

(Continúa.)

ASSIGNATURAS

INTERIOR

Por anno 16\$000
Semestre 9\$000

ASSIGNATURAS

EXTERIOR

Por anno 18\$000
Semestre 10\$000

A OPINIÃO

PAZ, JUSTIÇA E LIBERDADE.

PERIODICO LITTERARIO E NOTICIOSO

Publica-se ás Terças, Sextas e Domingos

PROPRIETARIO

PEDRO MOSELLER

EDITOR E REDACTOR

Advogado **AMANCIO PULCHERIO**

ANNO II

Cidade de Santa Cruz de Corumbá — 21 de Janeiro de 1879

N. 106

A Opinião

TERÇA-FEIRA, 19 DE JANEIRO DE 1879

O FUTURO

O corpo legislativo vae em breve dar começo aos seus trabalhos e o povo inteiro tem os olhos cravados nos delegados de sua inalienavel soberania e espera as reformas de ha tanto prometidas e que até hoje jazem no pó do esquecimento.

O Brazil espera ancioso que os obreiros do progresso e do futuro deixando de parte a vaidade ou mania oratória, tratem seriamente da missão augusta que lhes foi confiada e sem longos e arredondados discursos procurem extirpar, os males que nos cercam e ameaçam por todos os lados.

O thezouro da nação está exaurido, o povo sobrecarregado de onerosos impostos, o commercio tacteia timidamente em suas transações, a industria sem iniciativa e acorçoamento, a lavoura morta a falta de braços, não

temos estradas; não temos credito, não temos nada por que a cruel centralisação, essa enorme *pieuvre*, mata atrophia, estiola e emerva a tudo e a todos

A colonisação com que tanto se tem gasto, não tem produzido os almejados fructos e por má direcção muitos colonos tem passado aos estados vizinhos, por que não encontram nas leis do paiz garantia bastante á sua estabilidade e sujeitos ás arbitrariedades d'aquelles que os dirigem, são obrigados a levantar as suas tendas e vão acampar nas republicas do prata, mais pobres que nós, mas onde podem desassombadamente exercer todos os ramos de sua actividade, onde encontram meios facéis de transporte a suas mercadorias e recebem o acolho hospitaleiro que lhes é devido.

A constituição que seria boa para a época em que foi feita, não serve para hoje por que tem alguns defeitos; precisamos de igreja livre no estado livre, da grande naturalisação e sobre tudo da educação do povo. Pra-

sa aos ceus que compenetrando-se de seus deveres os illustres representantes da nação, cumpram á risca o programma inscripto na bandeira em que militão e receberam as benções da presente e futura gerações.

Gazetilha

A Exma. Sra. D. Anna Luiza Duarte, professora da instrucção primaria, abriu desde hontem a matricula respectiva, e tem a eschola á rua do Palacio.

A professora particular, Exma. Sra. D. Olympia Amelia de Freitas mudou-se para outra casa da rua de Lamara.

Na Delegacia de Policia existe uma sobrecaza e um relógio de prata com corrente, que forão tachados, e que serão entregues á quem der os signaes.

Folhetim da Opinião

OS BAILES

Estamos em pleno Corumbá; na muita nobre, e muita nova cidade da provincia de Matto-Grosso.

Precisamos fallar sobre alguma coisa, mas que diremos nós pobres mortaes que neste vale de lagrimas estamos gemendo e chorando se pouco ou nada ha que se possa dizer? Theatros não ha, divertimentos também não. perdão não me lembrava agora que havia um salão que tem por nome o Barraza onde todas as semanas se dão bailes.

Falamos dos bailes. Os bailes do Barraza podem ser classificados de dous modos diferentes segundo o estado e condições das pessoas por quem são frequentados. Os primeiros são os bailes propriamente ditos, os bailes aristocraticos, os bailes de gente fina, ali se

encontram empregados publicos militares, negociantes &c. &c. quanto ao sexo barbaço.

Do lado feminino predomina o elemento paraguayo, unico que esta sempre prompto ao saltar da valsa de um estafado realejo. As nove horas da noite convergem dos quatro angulos da cidade os convidados e dentro em pouco penetrao n'aquelle jardim, de fadas as bellas CUNHATAINS acompanhadas de editor responsavel, que quando não dança, acompanha com o olhos ciumentos a sua predilecta que vò nos braços de algum patusco e ouve os protestos de um amor de força de quinhentos cavallos, sem temer de errar o passo. Os *toilettes* são modestos, simples, mas de gosto e o vestido branco tem a primazia sobre os demais.

Depois de uma hora as conversas estão animadissimas e o *barrio* faz-se ouvir em todos os cantos do salão, que por modestia tem por em feito alguns ra-

mos de coqueiro e tres lampeões de keroseene, e se o baile é de grande gala escondem-se as paredes com bandeiras e signaes.

O cavalheiro que conduz uma CUNHATAIN-IPORAM quer obsequial-a depois de ter dançado, vae com ella ao balcão da tasca que tem junto a porta e manda abrir cerveja preta unico refresco que ellas aprecião e ao terminar-se a libação volta o olhar languido ao amavel CARITY e diz-lhe e com ton melifluo — muitas graças — e voltão a passear na sala mais altivas que uma princesa russa: dali vem a ciunada e no dia seguinte quem possede estar occulto ouviria mais ou menos um dialogo destes: Então já sei que também arranjou um amadorado! Que é que aquelle moço te disse? Olha que elle é casado!

Que se importa você com isso? É de sua conta?

...Eu sei que não. Da minha conta é trazer-te vestido e botinas para bailar.

Litteratura

O Sr. Joaquim Timotheo Ribeiro, Juiz Municipal em exercicio, segundo nos informaram, determinou a prizão de 2 individuos que faziam das suas, e que tiverão de experimentar um revolver.

Carecemos de confirmação, porem.

Pela Delegacia foi mandado apresentar ao Sr. Capitão do Porto o Imperial Marinheiro, Bernardino Francisco Leite, que procurava ir viver para os lados do Urucum.

Por cauza de 500reis forão filados o paraguay de nome Pedro Valente, e um soldado da patrulha do dia. Jogavam amigos, até que o dinheiro os fez discordados, actuando no espirito do soldado uma boa dose de espirito em liquido.

O Sr. Commandante da Fronteira, no intuito de melhorar o serviço da guarda da Cadeia, requisitou, como nos informaram, ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito, os recursos indispensaveis. Naõ podendo fazer a Autoridade civil, solicitára providencias á Presidencia da provincia.

A Inglaterra publica 1,885 folhas e 618 colleccões periodicas, alem de 56 de sociedades scientificas. Tem 287 jornaes illustrados, sendo 77 com illustrações coloridas.

E se quizer, se não quizer...
Ou então deste modo.
Você, carahi pensa que eu não vi voce hontem com aquella lambida todo cheio de partes? CAMBA TUJAL...

Não quero mais ficar com você, vou-me embora.

E muitos outros destes e outros systemas. Annuncia-se outro baile, esquecem-se as anteriores dissensões e lá vão de novo os devotos da terpsicore cançar as pernas, perder o somno e trazer para casa novos ciumes que terminão pela logica irresistivelmente fatal, do cacete.

Temos agora os segundos bailes, os bailes do povo, os bailes dos criados, dos mainheiros, dos carroceiros e soldados.

Nesses não ha ceremonias: entra-se, paga-se milreis e dança-se ate ao romper do outro dia. O sexo masculino é representado pelo Zé Povinho de todas as nações, paraguayos, argentinos, orientaes, brasileiros, italianos; e emfim, e uma verdadeira Babel. Quanto a's damas, essas são todas paraguayas e vão a fiescata, em

A instrucção e a ignorancia

A ignorancia das massas é a condição necessaria dos governos despoticos; por isso os vemos permanentemente occupados em condensar as trevas.

Todo o raio de luz os offusca, todo o ser que pensa lhes parece uma ameaça.

Guarda vigilante e a s vezes ferozes de um rebanho, só temem uma coisa — é que esse rebanho se torne um povo.

A politica dos despotas, é, pois, conservar no mesmo estado o rebanho, e para cumprir esta obra infernal, nada melhor que a ignorancia; sem fallarmos ja' no erro e na superstição, estas duas molestias mortaes da intelligencia humana.

E' com esse unico fim que se inventaram a falsa moral, as falsas sciencias, as falsas religiões, as feiticieras, os espiritos maos, os demonios, que pervertem a fé e degradam a humanidade.

Perguntai aos despotas, se o erro não tem mais forças que os algozes!

E' com elles que prendem as nações.

Se amam tanto a mentira, não é se não, porque leram no Evangelho, que só a verdade nos torna livres!

Tal é a condição dos estados despoticos.

Vejamos agora os principios em que DEVEM apoiar-se os paizes verdadeiramente constitucionaes.

Onde o povo é chamado a exercer direitos, deve conhecê-los, porque não se podem exercer direitos, que se não conhecem.

mangas de camisa e descalças por principios da hygiene e de economia. O chail tradicional com que se embrulham, mesmo dentro de uma fornalha, é sacudido sobre o banco em que se acham e lá vão requebrando, havaneras e valsas risonhas e saptisitas, embora esse dia não tenham no estomago mais que uma espiga de milho verde, ou alguma raiz de mandioca mal cosinhada. Não são raros os excessos da cerveja e por consequencia, brigas e questões por causa de pares de walsa, onde ferve então o cascudo de grosso calibre, que a placida policia não escuta por que dorme o placido somno da inocencia encostada pelas portas, ou ronca enviuagrada no meio da rua.

As vezes la' sahe uma dama do baile, como quem vai para casa do dentista, com os queixos enflamados pelo amoroso contacto de uma amavel bofetada, que lhe beijou as faces, em geral da cor do jambo.

Infeliz povo paraguay, tão infeliz,

Os governos livres são, pois, favoraveis aos progressos da razão humana.

Esclarecer o povo, não é somente para elles o cumprimento de um dever, é uma condição de sua existencia.

A sua segurança esta' na luz, como a dos governos despoticos esta' nas trevas: é isto, o que nos dizem ao mesmo tempo a razão, a experiencia e Montesquieu.

Para julgar das intenções secretas de um estado, basta lançar os olhos sobre as escolas publicas.

Todo o governo, que sinceramente quizer a liberdade, apressar-se-ha a esclarecer o povo; todo o ministro que quizer retrogradar para o poder absoluto, chamara a ignorancia em socorro de todos os crimes da estupidez, e de sua conspiração.

Só os adversarios da intelligencia e da liberdade accusam a instrucção de todas as ingratidões da ignorancia.

Sim, um povo abysmado na ignorancia é estúpido, cruel, idolatra, supersticioso, e é precisamente por isso que é necessario esclarecel-o.

Sim, sem duvida; a tyrannia degradante, a miseria envilece-o e é precisamente por isso que é necessario tornal-o livre, que é necessario fazel-o feliz.

Eu vi, e ainda tremo, hordas de canibae apoderarem-se de minha patria, cobril-a de ruinas! vi-as destruir, incendiar, beber o sangue de meus concidadãos, fartarem-se de carne humana! vi-os cantando e rindo sobre montes de cadaveres, e perguntei a mim mesmo: Quem criou estes monstros?

E a ignorancia respondeu: — São meus fillos!...

Sim, por toda a parte por onde reina

tão desgraçado e tão risonho, e saptisfeito sempre! Eras digno de melhor sorte... mas, nada de lyrismo, vamos aos bariles do Barraza, onde o madamismo com toda a sem cerimonia fuma, de perna crusada a seu PO-GUASÚ e se é PASSAVEL ouve as PHRAZES SACRAMENTAES em todas as linguas, a' que elle responde sorrindo com o maior desembaraço deste mundo: e o cavalleiro, de ponche pala sobre a camisa, faz-lhe as suas impudentes confissões.

Rompe a orchestra composta de uma harpa, uma clarineta, intragavel e isto tudo de pé, em signal de alarma. Rompe então o deboche mais desbragado e entre a voseria infernal d'aquella bachanal, saltão, pulão, pinoteao como loucos até que extenuados de cansasso vão atirar-se na enchergera onde dormem o dia seguinte. Quando o baile termina desinfecta-se a sala, por que das flores dos bailes apenas esta o perfume.

Eis o que são os bailes do Barraza.

o cr
obra
H.
hord
ram
da s
viver
rem
pass
rem
cujas
de re
nos
para
estes
lução
D.
escla
ao pe
perst
torni
os cr
E'
os p
tem
A
antes
cas:
DE O
A
obra
intél
O
a sua
se ti
crim
pagu
D.
amar
é rec
cial;
sob o
os, é
les q
impe
novo
Q
dai-ll
vire?

Dom
De
po
sel
do
tid
Ch
A
da D
Beng
demp

Pec

AGSINATURASS

INTERIOR

Por anno 16\$000
Semestre 9\$000

ASSIGNATURAS

EXTERIOR

Por anno 18\$000
Semestre 10\$000

A OPINIÃO

PAZ, JUSTIÇA E LIBERDADE.

PERIODICO LITTERARIO E NOTICIOSO

Publica-se ás Terças, Sextas e Domingos

PROPRIETARIO — PEDRO MOSELLER

EDITOR E REDACTOR. — Advogado AMANIO PULCHERIO

ANNO II

Cidade de Santa Cruz de Corumbá — 31 de Janeiro de 1879

N. 110

A Opinião

SEXTA-FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 1879

ENSINO

Temos procurado ler todos os artigos que nos vem ás mãos sobre o importante assumpto — ensino livre e ensino obrigatorio, e, como todas as questões, soffrem as ideas os embates das controversias. Uns se pronunciam a favor da liberdade do ensino, sem obrigatoriedade; outros querem a obrigatoriedade com liberdade.

Este ultimo alvitre nos parece o mais acertado, ao menos para esta provincia, onde ha absoluta e condemnavel tendencia para o ócio.

Em cada um districto escolar e com o systema das nossas leis, nota-se, a simples observação, que uma decima parte de analfabetos frequentam as aulas primarias.

Aqui em Corumbá, fará o observador identica consideração.

Os paes não cuidam do futuro de seus filhos e criminosamente deixam que se entreguem á pratica dos vici-

os, o primeiro degráo para a pratica dos grandes crimes.

Quando muito permitem que o menino saiba ler e escrever alguma couza, e isto mesmo depois dos conselhos dos amigos, que os importunam. Devemos, pois, procurar a liberdade.

Nem se diga que a lei que decretar o ensino odrigatorio atque os nossos direitos.

Se o homem tem a protecção da sociedade em que vive, deve para bem de sua individualidade, da familia e da propriedade, ficar sujeito ás prescripções convencionadas para felicidade commum.

De que servem as emanaciones do direito, se não as conhecermos, nós a quem são ellas sabiamente destinadas?

Por isso disse um vulgo: «somos livres por sermos escravos da lei.» á Alemanha, deo-se bem com a lei de reforma da instrucção publica.

Não é, por tanto, uma couza nova.

É preciso a salvação dos ignorantes, e se para ella a força da imposição é o unico movel, empregue-se-a, sem receio de condemnação.

É esse o nosso pensar.

Gazetilha

Fomos obzegnado pelos Srs. Girod & Comp., de Pariz, com a correspondencia que começamos hoje a publicar, e que muito agradecemos, visto tornar a *Opinião* interessante.

Sahio a 28 para Cuyabá o Vapor Coxipó. Dizem-nos que fóra de passeio o Ilmo. Sr. Dr. Antonio José de Sta. Anna, em companhia de sua Exma. Sra. e de seo concunhado Antonio M. Pereira do Lago.

Entrou em julgamento a 28, e foi por nós defendido, o ex-escrivão da Collectoria Luiz José da Costa e Arruda.

Quer no folhetim, acerca dos factos da provincia, como na noticia dada, houve um erro de data. Onde se lê 1826 deve-se ler-se 1726.

—Começamos a publicar em hespanhol folhetins de alto merecimento.

Folhetim da Opinião

El demonio de la perversidad

Al examinar las facultades ó inclinaciones, — móviles primordiales del alma humana, — los frenólogos han dejado de enumerar una tendencia que, aunque visiblemente existe como sentimiento primitivo, radical é indestructible, no ha sido tampoco enumerada por ninguno de los moralistas que han precedido a aquellos. Todos, en la infatua-cion completa de la razon, nos hemos olvidado de ella. Hemos consentido que su existencia se ocultase a nuestros ojos solo por falta de creencia, — de fe, — otra fuese la fe fundada en la revelacion ó ya en la cabala. Su idea no nos ha ocurrido jamás por efecto simplemente de su caracter especial.

No hemos sentido la necesidad de comprobar este inclinacion, — esta tendencia. No podiamos concebir que fuese necesaria. No podiamos adquirir facilmente el conocimiento de esta primitiva movible, y aun cuando por fuerza hubiese penetrado en nosotros, no hubieramos podido comprender jamás que papel representa dicha inclinacion en el orden de las cosas humanas asi temporales como eternas. Es innegable que la frenología y gran parte de las ciencias metafisicas han sido concebidas a priori. El hombre de la metafisica, de la logica, pretende, mas bien que el de la inteligencia y la observacion, comprender los designios de Dios, — dictar-le planes. Despues de haber penetrado así a su placer las intenciones de Jehová, con arreglo a dichas intenciones ha formado innumerables y caprichosos sistemas. En frenología, por ejemplo, hemos asentado, cosa por otro

lado muy natural, que por designio de Dios debio comer el hombre. Despues hemos senalado en el hombre un organo de ALIMENTABILIDAD, y este organo es el estímulo por el cual obliga Dios al hombre a que, de grado o por fuerza, coma. Hemos decidido en segundo lugar que voluntad de Dios era que el hombre perpetuase su especie, y acto continuo hemos descubierto un organo de AMATIVIDAD. Del mismo modo hemos encontrado la COMBATIVIDAD, la IDEALIDAD, la CASUALIDAD, la CONSTRUCTIVIDAD — y en suma, todos los organos que representan ya una facultad de inteligencia pura. En esta recoleccion de principios de la accion humana los SPIRITUELISTAS no han echo más que seguir en sustancia, con razon ó sin ella, en todo ó en parte, los pasos de sus predecesores; deduciendo y asentando cada cosa con arreglo al supuesto destino del hombre y tomando por funda-

Não os traduzimos muito de proposito.

Afirmão-nos ter sido nomeado comandante das Armas nesta provincia o brigadeiro José Joaquim de Carvalho.

Estão nomeados agentes consulares: da Republica Argentina o Sr. Ricardo Pettis, e da Italia o Sr. Vicente Solaris. Era uma necessidade que vemos supprida, e os nomeados muito podem fazer a prol dos interesses das nações que representam, bem como dos nossos.

Tentaram assassinar o redactor de LA PATRIA (de Buenos Ayres), Dr. Cettandini.

Recebemos uma circular da sociedade typographica Rio Grandense, pedindo-nos o nosso jornal para a bibliotheca que pretende fundar. Satisfaremos a tão nobres desejos.

Mais um descobrimento maravilhoso para accrescentar aos muitos devidos a sciencia do seculo, a que se póde chamar — PAPEL CANTANTE.

A experiencia foi feita recentemente em Pariz, em casa do Sr. Cb. du Monnoel, membro do instituto, em presença de varias pessoas, pelo auctor o Sr. Pollard, official de marinha.

Collocado um caderno de papel de escrever sobre uma mesa qualquer, foram introduzidas entre as folhas umas delgadissimas laminas de estanho, formando o que em physica se denomina um CONDENSADOR elemental. Foi depois communicado a um TELEPHONE collocado n'uma habitacao distante, o qual tinha uma BOBINE de indicação em circulo.

Em seguida uma pessoa cantou o

mento las intenciones del Criador.

Ma's prudente y seguro hubiese sido fundar la clasificacion (ya que por absoluta necesidad tenemos que clasificar) sobre los actos habituales del hombre, como tambien sobre los que ejecuta ocasionalmente, siempre ocasionalmente, que no sobre la hipotesis de que la Divinidad le obliga a ejecutarlos. Como, si no podemos comprender a Dios en sus obras visibiles, podremos comprenderle en sus impenetrables pensamientos que dan vida a aquellas obras? Como, si no podemos concebirle en sus creaciones, habremos de concebirle en sus incondicionales modos de ser y por su aspecto creador?

La induccion a POSTERIORI hubiera llevado la frenologia hasta el punto de admitir como principio primitivo e innato de la accion humana, un no sé que de paradógico que nosotros, a falta de palabra ma's propia, llamaremos diversidad. Esto, en el sentido que aqui

TELEPHONE, e as pessoas que estavam juntas no salão onde estava o papel, ouviram que este CANTAVA EM VOZ ALTA, com uma força superior a' de todos os TELEPHONES, considerando-se receptadores de sons!

Lista nominal dos Srs. passageiros que conduzio o Paquete Nacional «Jaurú» precedente de Montevideo com destino a este porto Comandante Juli. Lemes com 27 de tripulação.

Eduardo J. Pinho, Arthur do Valle, Vicente Solari e filho menor, Estevan Figara, Antonio Luiz Pereira, Antonio Moreira Serra, Joaquim da S. Castro, Natalio Paganini, Rosa Recalde, Maria Vera, Maria A. Vera, Simiona Barloza, Rosa Agucero, Feliciano Barrios, Manoel Pereira, Brazilia Moreno, Luiza Lopes e 2 filhos menores, Estanilada Moreno é uma filha menor, Maria Marta Orriga, Candelaria Balcante, Remigio Albertino, Antonio Calastre, Eduardo Eliton, Luciano Ferro, José dos Santos Fanaia, 2 Presos e 3 Praças, 3 mulheres de ditos.

Relação dos Srs. passageiros que seguiram a bordo do Paquete a Vapor Coxipó:

Antonio Ribeiro Bastos, Bernardino Roza do Prado e sua familia, João de Cannos, D. Francisca Nunes de Carvalho e sua filha Maria de 8 annos, Capitão Antonio Moreira Serra, Eduardo Rezende Fernandes de Pinho, Torquato José de Oliveira, Antonio Miguel d'Oliveira, Anna Maria do Santo Souto, Marcolina Fer-

se toma, es realmente un movil sin motivo, un motivo inmotivado. Por su influjo obramos sin objeto inteligible, y por si en estas palabras se encuentra contradicción, podemos modificar la proposicion diciendo que, por su influjo, obramos sin ma's razon que porque no DEBERIAMOS HACERLO. No puede haber en teoria un razon ma's antirracional; pero de echo no hay nada ma's incontestable. Para ciertos espiritus, en condiciones determinadas, llega a ser absolutamente irresistible. Mi propia existencia no es para mí ma's cierta que esta proposicion: la certeza del pecado o error que un acto lleva consigo es frecuentemente la unica fuerza invulnerable que nos obliga a ejecutarlo. Y esta tendencia que nos obliga a hacer el mal por amor del mal, no admite analisis ni descomposicion alguna. Es un movimiento radical, primitivo, elemental. Dirase, yo lo espero, que si persistimos en ciertos actos porque sa-

reira da Silva, Pedro Nolasco Riquelme, Julio Orgerac, José Ignacio Salcedo, José do Rosario, João Nunes de Barros, soldado Julio Anacleto do Santo Souto Bazilio Vieira de Souza, 1.º Cadete 2.º Sarg. Floriano Gomes de Barros, Antonio Maria Pereira do Lago, Dr. Antonio Jose de Santa Anna e sua Sra. D. Joanna Moreira Serra Santa Anna 1 filho de peito, 1 de 2 annos e 1 dito de 4 annos.

CORRESPONDENCIA

FRANCO-BRAZILEIRO

Pariz, 23 de Novembro de 1878.

FRANÇA

A Camara dos deputados ainda não rematou a verificação dos poderes dos seus membros, embora exista desde 14 de Outubro do anno p. p. Já a maioria republicana annullou mais de 80 eleições de conservadores, e ainda não está consummada a sua tarefa. Na semana passada, assistimos a um brilhante debate entre o Sr. de Fourtou, ex-ministro de 16 de Maio e a commissão de inquerito, encarregada de ir aos departamentos indagar os factos de pressão eleitoral que se derão durante o reinado dos conservadores, no anno findo. O ex-ministro, em vez de defender-se,olveo-se accusador, e, n'um brilhante arrazoado, resumio todas as accusações que se assacão aos Republicanos. Trabalho perdido!

bemos que no DEBERIAMOS persistir en ellos, nuestra conducta no es mas, que una modificacion de aquella a' que da origen la combatividad frenologica; pero una simple ojeada bastara para descubrir la falsedad de semejante idea. La combatividad frenologica tiene por causa la necesidad de la defensa personal: ella es nuestra salvaguardia contra la injusticia; su principio tiende a favorecer nuestro bienestar; asi es que al mismo tiempo que la combatividad se desarrolla, crece en nosotros el deseo del bienestar. Siguese de aqui que el deseo del bienestar debiera excitarse en todo principio, que no fuera otra cosa sino modificacion de la combatividad; pero en el caso de este no se qué, a' que llamo REVERSIDAD, no solamente no se despierta el deseo del bienestar, sino que aparece un sentimiento completamente contradictorio.

(Continúa).

GAZETA DO

Estado de Matto-Grosso

CUYABA

BRASIL

ANNO 4.º

SABBADO, 6 DE MAIO DE 1893

NUMERO 425

PARTE OFFICIAL

Estatutos

do

LYCEU CUYABANO

Approvados com modificação pelo decreto estadual n.º 42 de 24 de Abril de 1893.

De Instrução Secunda

(Continuação do numero antecedente.)

2.º Anno.

Francês.

Grammatica elemental; traducção de autores facéis; versão de trechos simples de prosa; exercicios de conversação.
Estudo theoretico e pratico da phonologia franceza.
Conjugação, na terceira e primeira pessoa, dos tempos simples de *avoir* e *être* do verbo *aimer*.
Estudo elemental do pronome, artigo, substantivo, adjectivo e suas variações.
Noções essenciaes da syntaxe respectiva.
Conjugação completa dos verbos auxiliares; dos regulares *aimer*, *finir*, *recevoir* e *contredire*.
Orthographia dos verbos terminados em *cer*, *ger*, *eter*, *eter* e outros.
Verbos pronominaes e impessoaes.
Verbos irregulares mais communmente empregados.
Noção de adverbios, preposições essenciaes e principaes conjunções, sua syntaxe em regras claras e resumidas.

Parte pratica.

Leitura, no principio reiterada, de trechos facéis, dando o professor o modelo da pronuncia. Leitura e traducção de exercicios de grammatica, de prosadores classicos mais facéis.
Themas variados e gradualmente mais difficéis.
Exercicios de conversação.
Livros: Halbois, Grammatica franceza, 6.ª ed. Moreira de Sá, selecta franceza. Dictionarios, francez-portuguez e vice-versa.

Latim

Grammatica elemental, leitura e traducção de trechos facéis.
Phonologia alfabeta latino, divisão e classificação dos sons, pronuncia.
Syllabação, regras geraes de quantidade, accentuação; mutação e transformação dos sons.

Morphologia. Raizes, themas, palavras, classificação das palavras, desinencias, flexão nominal, substantivos, genero, numero e casos. Flexão dos differentes themas dos substantivos. Paradigmas. Flexão dos adjectivos: graus de comparação. Pronomes, adjectivos e adverbios pronominaes. Particulas. Flexão verbal: desinencias pessoais, modos e tempos; voz activa e passiva; verbos medios e mixtos, impessoaes e defectivos. Syntaxe, regras geraes da syntaxe, analyse da proposição simples, syntaxe dos casos.

Exercicios continuados e graduados sobre as differentes partes da morphologia e syntaxe.

Livros:

Grammatica de Clitock, traducção do Dr. Lucindo Pereira dos Passos.

Mathematica elemental.

Arithmetica. — Quantidade e numero. Numeração. Estudo das operações fundamentaes: potencias e raizes de 2.º e 3.º graus. Operações sobre fracções. Principaes propriedades dos numeros.

Noções sobre fracções decimaes, periodicas e continuas. Metrologia. Problemas e exercicios de calculo pratico.

Livros:

Serravallo, Arithmetica.

Geographia.

Lição 1.º = Esphera celeste. Astras. Nebulosas. Movimento diurno dos astras.

Lição 2.º = Estrellas.

Lição 3.º = Sol. Movimentos reais e apparentes. Eclipses. Constellações zodiacaes.

Lição 4.º = Planetas.

Lição 5.º = Cometas.

Lição 6.º = Estrellas ca lentas, fixas, Aerolitos. Luz zodiacal.

Lição 7.º = Systema da Ptolomaeu e Copernico. Lei de Kepler.

Lição 8.º = Attractão e repulsão.

Lição 9.º = Forma da terra. Suas dimensões.

Lição 10.º = Movimentos da terra. Consequencias physicas desses movimentos. Horizonte. Diferença horaria.

Lição 11.º = Superficie da terra. Eixo. Pólos. Linhas e zonas traçadas em sua superficie. Objecto da Geographia.

Lição 12.º = Continentes e ilhas e seus accidentes. Dimensões comparadas. Definições relativas ás terras.

Lição 13.º = Oceanos e suas divisões. Lagos. Rios. Definições relativas ás aguas.

Lição 14.º = Pontos ca, deães e collat-raes. Cartas geographicas. Escalas e principaes medidas itinerarias.

Lição 15.º = Latitudo e longitude.

Lição 16.º = Clima. Distribuição dos vegetaes e animaes pela superficie da terra. Linhas isothermicas, isothermas e isochimetas. Extremos de temperatura.

Lição 17.º = Brazil: posição, superficie e configuração geral. Clima e principaes produções. Divisão politica em geral. Principaes cidades. Estados limitrophes.

Lição 18.º = Brazil: Bahias, Ilhas.

Lição 19.º = " " Systema orographico, grandes planicies.

Lição 20.º = " " Rios Amazonas, S. Francisco e Paraná.

Lição 21.º = " " Rios secundarios, Lagos.

Lição 22.º = Divisão politica em geral da America. Limites e posição astronomica. Grandes cidades. Produções mais importantes.

Lição 23.º = Idem. Idem. Idem. Idem da Europa.

Lição 24.º = " " da Asia.

Lição 25.º = " " da Africa.

Lição 26.º = " " da Oceania.

Lição 27.º = Mares, golfos e estreitos da America.

Lição 28.º = Ilhas da America. (Nações a que pertencem).

Lição 29.º = Peninsulas, istmos e cabos da America.

Lição 30. = Systema orographico da America.
 « 34. = Volções, massiços, planicies e steppes da America.
 « 32. = Vertentes, linha de divisão das aguas, lagos e lagunas da America.
Lição 33. = Rios da America.
 « 34. = Mares, golfos e estreitos da Europa.
 « 35. = Ilhas da Europa.
 « 36. = Peninsulas, istmos e cabos da Europa.
 « 37. = Systema orographico da Europa.
 « 38. = Volções, massiços, massiços planicies, steppes, vertentes, linha de divisão das aguas, lagos e lagunas da Europa.
Lição 39. = Rios da Europa.
 « 40. = Mares, golfos e estreitos da Asia.
 « 41. = Ilhas da Asia.
 « 42. = Peninsulas, istmos e cabos da Asia.
 « 43. = Systema orographico da Asia.
 « 44. = Volção, s, massiços, depressões, steppes, desertos, vertentes e lagos da Asia.
Lição 45. = Rios da Asia.
 « 46. = Mares, golfos, estreitos e ilhas da Africa.
 « 47. = Peninsulas, cabos, systema orographico, volções, e desertos da Africa.
Lição 48. = Lagos, lagunas e rios da Africa.
 « 49. = Mares, golfos, estreitos, lagos, lagunas e rios da Oceania. Principaes rios do globo.
Lição 50. = Peninsulas, cabos, systema orographico e volções da Oceania. Mais altos massiços, montanhas e volções do globo. Idem idem do Brazil. Exercicios cartographicos sobre os continentes, no principio á vista e depois de côr, procedendo sempre dos traços guaeas para os particulares.
 Compendio e atlas (últimas edições) :
 Elementos de geographia, de Pedro de Abreu. Provincias do Brazil, da Moreira Pinto. Atlas de Schrader & Anthonin (ed. Hachette). Atlas do Brazil, de Lomellino de Carvalho.

3. Anno.
Portuguez.

(Grammatica historica, exercicios de composição com subsidio do professor).
 Leitura e recitação de trechos de prosadores e poetas brasileiros e portuguezes : explicação do sentido geral de todo o trecho lido ou recitado. Exercicios orthographicos sub dictado, em que entrem homonymos, paronymos e formas divergentes.
Grammatica. — Revisão das doutrinas aprendidas no anno anterior, com desenvolvimento da morphologia : noções de etymologia portugueza : exercicios de composição e derivação das palavras e sobre vocabulos de formação popular e de origem erudita : thems, analyse syntactica e etymologica. Composição : exercicios de conversação e verso em prosa e de mudança da estrutura da composição a periodos : breves narrações, descripções e cartas, conforme o subsidio que ministrar o professor.
Livros :
 Lições de grammatica portugueza, por João Ribeiro
 Seleção Litteraria, por Fausto Barreto e Vicente de Souza,

Francez.

(Grammatica complementar, tradução de autores mais difficeis, exercicios de versão e conversação. Estudo completo).
 Recapitulação da grammatica estudada, insistindo-se mais em particulares.
 Regras sobre a formação dos tempos : verbos irregulares.
 Lições resumidas de syntaxe, sendo os exemplos escriptos na pedra afim de habituar os alumnos com a orthographia da lingua, tomando tambem as regras de mais facil intuição. Com preferencia a syntaxe do pronome e do verbo. Idiotismos mais communs.
 Notícia succinta sobre a origem, formação e desenvolvimento da lingua franceza.

Parte pratica.

Leitura e tradução de trechos, escriptos na pedra, dictados pelo professor, Tradução e versão escripta de autores em la vez mais difficeis, prosadores e poetas.
 Composições sobre assumptos indicados pelo professor.
 Exercicios de conversação.
 As recordações serão por escripto.
Livros :
 Halbout, grammatica franceza ;
 Moreira de Sá, seleção franceza ;
 Charles André, Petit Cours de Littérature Française ;
 Racine, Belianicus ; Berénice e Athalie ;
 Fausto Barreto, seleção litteraria ;

Latim

Grammatica elementar : leitura e tradução de trechos facéis.
 Repetição da phonologia quanto ás mutações e transformações dos sons, desenvolvimento das regras de quantidade.
 Morphologia. — Observações a respeito do genero, numero e caso dos nomes. Substantivos irregulares e abundantes. Comparativos e superlativos irregulares. Systema de numeración. Estudo detido da conjugação, formas irregulares e archaicas dos verbos.
 Syntaxe da proposição, emprego dos modos e tempos : *narratio, recta e obliqua*. Versão, na pedra, de orações formuladas pelo professor, em que entrem em jogo as diversas regras da construção.
 Leitura, tradução e recitação de prosadores e poetas latinos.
Livros :
 Cæsar, *De bello gallico*.
 Cornelius Nepos, *De viris illustribus*.
 Dictionario de Saraiva.
 Grammatica de Clintock.

Mathematica elementar.

Arithmetica. — Revisão das doutrinas estudadas no anno anterior, de modo mais completo.
Algebra. — Emprego dos signaes algebricos e suas consequências principaes. Estudo comparativo das operações fundamentais, bem assim das potencias e raizes que se referem ao 1.º e 2.º grão. Propriedades geraes dos numeros. Equações do 1.º e 2.º grão a uma incognita. Da eliminação das equações do 1.º grão á muitas incognitas. Analyse indeterminada do 1.º grão entre duas variáveis. Discussão dos problemas e equações do 1.º e 2.º grão a uma incognita.
 Problemas. Exercicios sobre calculo algebrico.
Arithmetica. — Proporções. Progressões. **Logarithmos.**
 Regra de tres, de juro, de desconto, de companhia e de annuidade. Problemas e calculos praticos.
Livros :
 Serrasqueiro, Algebra.
 Idem, Arithmetica.

Geographia.

Lição 1. = Geographia politica e economica. Superficie, população, divisão e forma de governo de um Estado. **População geral do globo.**
Lição 2. = As religões.
 « 3. = Povos selvagens, barbaros e civilizados. **Raças humanas.**
Lição 4. = Brazil : produções, commercio e industria : vias de comunicação e telegraphicas.
Lição 5. = Brazil : população e organização politica e administrativa, religião e instrução.
 Dimensões comparadas entre si e com os diversos paizes.
Lição 6. = Brazil : Estados do Amazonas e de Matto-Grosso.
 « 7. = » de Goyaz e Parana.
 « 8. = » de Minas Geraes.
 « 9. = » do Maranhão e Piauly.
 « 10. = » do Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba.
 « 11. = » de Pernambuco, Alagoas.
 « 12. = » de Sergipe e Bahia.
 « 13. = » do Espirito Santo, Rio de Janeiro e do districto federal.
 « 14. = » de São Paulo e Parana.
 « 15. = » de Santa Catharina e Rio Grande do Sul.
 « 16. = » Republicas do Paraguay, Uruguay e Argentina.
 « 17. = » Republicas do Chile, Bolivia e Peru.
 « 18. = » Republicas do Equador, Colombia, Venezuela e Guyanas.
 « 19. = » Antilhas e America Central.
 « 20. = » Mexico e Confederação Canadiana.
 « 21. = » Estados Unidos.
 « 22. = » Inglaterra e possessões.
 « 23. = » Dinamarca e possessões, Suecia e Noruega.
 « 24. = » França e possessões. Principado de Monaco.
 « 25. = » Belgica e Hollanda e possessões.
 « 26. = » Allemanha e possessões.
 « 27. = » Austria-Hungria, Principado de Liechtenstein.
 « 28. = » Suissa e Portugal.
 « 29. = » Hespanha, Republica de Andorra.
 « 30. = » Italia, Republica de S. Marino.
 « 31. = » Russia.
 « 32. = » Roumania, Servia, Montenegro e Bulgaria.
 « 33. = » Turquia e Grecia.
 « 34. = » Possessões russas na Asia, Turkestão.
 « 35. = » Turquia d'Asia, Persia.
 « 36. = » Arabia, Afghanistan e Belutchistão.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABAURRE, Maria Bernadete. *Nasalização no português do Brasil*. IN: Gramática da Português Falado. Org. Ingedore G. Villaça Koch. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Fapesp, 1996;
- AGUILERA, V. de A. (Org.) *Português no Brasil: Estudos Fonéticos e Fonológicos*. Londrina: UEL, 1999.
- ARAÚJO, Olga Maria Castrillon Mendes. *O discurso de constituição da fronteira de Mato Grosso*. IN: Fronteira: Memória e linguagem. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras Incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: SP, Editora da Unicamp, 1998.
- BARTHES Roland. *Réponses*. IN: Tel Quel: Littérature, Philosophie, Science, Politique. 47, Automne 1971.
- BISINOTO, Leila Salomão Jacob. *Atitudes sociolinguísticas em Cáceres – MT: efeitos do processo migratório*. Dissertação (Mestrado) em Sociolinguística, sob orientação de Tânia Alkmin – UNICAMP – IEL – Campinas (SP), 2000;
- BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica: ciência das significações*. São Paulo: EDUC, 1992.
- BRUNOT, Ferdinand. *Histoire de la Langue Française : Dès origines a nos jours*. Tome III. La Formation de La Langue classique 1600-1660. Première partie. Bibliographie établie par Roger Lathuillère. Paris, 1966.
- CAMARA JUNIOR, J. Mattoso. *Ensaio Machadianos: língua e estilo*. Livraria Acadêmica. Rio de Janeiro, 1962.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* 2ª ed. rev. São Paulo: Livraria Martins Editora.

- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *A dialectologia no Brasil: perspectivas*. DELTA, 1999, vol. 15, no. spe, p.233-255. ISSN 0102-4450.
- CORBIN, Alain. *Bastidores*. IN: História da Vida Privada -4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra – sob a direção de Michelle Perrot; Trd.: Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4 – São Paulo; Companhia das Letras, 1991.
- CUNHA, Celso. *Nova Gramática do Português contemporâneo*. Celso Cunha e Luís F. Lindley Cintra. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CUNHA, Celso. *Conservação e inovação no português do Brasil. O Eixo e a Roda*, 1986.
- ELIA, Sílvio. *Romantismo e Lingüística*. IN: J. O Romantismo. J. Guinsburg (Org). Editora Perspectiva. São Paulo, 1978.
- FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística Histórica*. Editora Ática. São Paulo, 1991;
- FRAGOSO, Élcio Aloísio. *A relação entre língua (escrita) e literatura (escritura) na perspectiva da história da língua no Brasil*. Dissertação de Mestrado sob orientação de Eni P. Orlandi. IEL. Unicamp - Campinas - SP, 2001.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro (O funcionamento discursivo do clichê no processo de constituição de brasilidade)*. IN: Discurso Fundador. Org. Eni P. Orlandi. 2ª edição. Pontes: Campinas – SP, 2001;
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 6ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível*. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Pontes: Campinas, 2004;
- GALLO, S. L. GALLO, Solange Leda (1992). *Discurso da Escrita e Ensino*, Campinas, Editora Unicamp. GENETTE, Gérard. *O discurso da narrativa*. Editora Vega Universidade. Lisboa, 1972.

- GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni P. *Apresentação: Identidade lingüística*. IN: Língua e cidadania: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- _____. *Semântica e Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: SP. Editora Pontes, 2002.
- HAROCHE, Claudine. Trad. E. P. Orlandi . *Fazer dizer, querer dizer*. Editora Hucitec, São Paulo, 1992.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. *A história não exuste?* IN: Gestos de Leitura: da história no discurso. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997;
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzzi. *A Discussão do Sujeito no Movimento do Discurso*. Tese de Doutorado em Lingüística – IEL – Unicamp, Campinas, 1998.
- LAJOLO, Marisa. *Oralidade, um passaporte para a cidadania literária brasileira*. IN: Língua e Cidadania: o português no Brasil. Orgs.: Guimarães, Eduardo & Orlandi, Eni. Campinas, SP: Pontes, 1996. (História das Idéias Lingüísticas).
- LEÃO, Duarte Nunes de. *Ortografia e origem da Língua Portuguesa*. Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalho – Imprensa Nacional da Casa da Moeda – Jornal do Comércio – RJ, 1983.
- LEITE, Mário César Silva. *Literatura, Regionalismo e Identidades: Cartografia Mato-grossense*. IN: Mapas da Mina. Ed. Cathedral. Cuiabá, 2005.
- MACHADO de Assis. *Instinto de Nacionalidade*. IN: Críticas Literárias. Editora Mérito, São Paulo -SP, 1959.
- MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. *As academias do século XVIII – Um certo discurso sobre a História e sobre a língua do Brasil..* IN: Língua e Cidadania: O português no Brasil. Guimarães, Eduardo & Orlandi, Eni P. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: Uma História*. São Paulo. Companhia das Letras. 1996.
- MILNER, J. C. *L'amour de la Langue*. Paris Editions du Deuil, 1978.

- NADAF, Yasmin Jamil. *Rodapé das Miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2ª ed. Completamente refundida. Rio de Janeiro, Simões, 1953.
- NETO, Serafim da Silva. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Presença/INL, 1986;
- NEVES, Margarida de Souza. *Uma escrita do tempo: Memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas*. IN: *A crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. CANDIDO, Antonio (Org.) Campinas, Sp: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá. *Tentativa de Explicação dos Fenômenos Fonéticos em Português*. 2ª ed. Livraria Clássica Editora. A. M. Teixeira & Cª. (Filhos). Praça dos Restauradores, 17. Lisboa, 1941.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípio e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- _____. *Discurso e Leitura*. 5ª edição. São Paulo, Cortez; & Editora da Unicamp, Campinas: SP 2000;
- _____. *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- _____. *Do sujeito na história e no simbólico*. IN: Contextos epistemológicos da Análise de Discurso. Revista Escritos nº 4 - Labeurb - Unicamp, Campinas: SP., 1999.
- _____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. Editora Cortez, São Paulo: SP., 2002;
- _____. *Reflexões sobre escrita, Educação Indígena e sociedade*. IN : Escritos : Escrita, Escritura, Cidade I. N° 5. Labeurb : Unicamp. Campinas, 1999.
- _____. *Terra à vista: discurso do confronto - velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

- _____. *O conhecimento sobre linguagem*. IN: Introdução às ciências da linguagem: Linguagem, História e Conhecimento. Claudia Castellanos Pfeiffer e José Horta Nunes (Orgs.) – Pontes Editores. Campinas, SP, 2006.
- _____. *A Linguagem e seu Funcionamento*. 2ª ed., Campinas, Pontes, 1987.
- _____. *Do sujeito na história e no simbólico*. IN: Contextos epistemológicos da Análise de Discurso. N. 4. Laboratório de Estudos Urbanos – Nudecri. Revista Escritos. Unicamp. Campinas, SP., 1999.
- _____. *Efeitos do verbal sobre o não-verbal*. IN : Rev. RUA, 1 (35 – 47). Rev. do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI – março, 1995.
- _____. *Discurso e Texto – Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- _____. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Vozes, Petrópolis – RJ, 1996.
- PAGOTTO, Emílio Gozze. *Variação e identidade*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem – IEL, da Unicamp, sob orientação de Maria Bernadete Abaurre – Campinas, 2001;
- _____. *Norma e Condescendência; Ciência e Pureza*. IN: Línguas e Instrumentos Lingüísticos. Nº. 2 (Julho-Dezembro). Pontes Editora: Campinas – SP. 1999.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
- PFEIFFER, Claudia Castellanos. *A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX*. IN: História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e da constituição da língua nacional. Eni P. Orlandi (Org.) Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001;
- POSSENTI, Sírio. *Pesquisa na Graduação*. Palestra a propósito da pesquisa nos Cursos de Letras, por ocasião do FALE, em Alta Araguaia – MT, 1996;
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo / Bahia: Contexto / Editora Universidade Federal da Bahia, 1991.

- SILVA, Telma Domingues da. *Os manuais da imprensa no Brasil: da redação à circulação pública*. IN: *História das Idéias Lingüísticas: construção do saber lingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: SP., Pontes, Cáceres: MT., Unemat Editora, 2001
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- SOUZA. Maria Clara Paixão de. *Lingüística Histórica*. IN: *Introdução às ciências da linguagem: Linguagem, história e conhecimento*. Orgs.: Claudia C. Pfeiffer e José Horta Nunes. Pontes Editores - Campinas: SP, 2006;
- TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Trad. Celso Cunha - 2ª ed.. - São Paulo: Martins Fontes, 2001.